

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 16 - Nº 46
JANEIRO / ABRIL - 2010

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 16, N° 46, (jan./abr.2010) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 158 p.

Quadrimestral
ISSN 1413-6457

1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segundo Secretário:

Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. José Mario Botelho

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Afrânio da Silva Garcia

Delia Cambeiro Praça

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

José Mario Botelho

Amós Coêlho da Silva

José Pereira da Silva

Antônio Elias Lima Freitas

Nataniel dos Santos Gomes

Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha

Ruy Magalhães de Araujo

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL	05
1. A “língua brasileira” vista por Monteiro Lobato – <i>Edson Ferreira Martins</i>	07
2. Consequências (orto)gráficas e morfossintáticas das nominalizações em português – <i>José Mario Botelho</i>	28
3. Léxico e conhecimento de mundo – <i>Tania Maria Nunes de Lima Câmara</i>	46
4. Manuscritos gregos na tradição textual do novo testamento – <i>Paulo José Benício</i>	55
5. Os campos léxicos do Testamento de D. Afonso II – <i>Evanice Ramos Lima Barreto</i>	65
6. Teatro português medieval: cenário histórico – <i>Rosângela Divina Santos Moraes da Silva</i>	88
7. Um acordo para tudo! Ambiguidades no léxico e a nova ortografia – <i>Fernando José do Amaral</i>	108
8. Uma proposta de descrição da pronúncia do latim clássico no final da república romana – <i>Lincoln Almir Amarante Ribeiro e Gláucia Vieira Cândido</i>	122
9. Verbo-suporte ou expressões lexicalizadas? – <i>Hilda Monetto Flores da Silva</i>	144

RESENHAS

1. Homenagem ao professor Leodegário – <i>Adelto Gonçalves</i>	152
2. A ortografia do português de novo – <i>Amós Coelho da Silva</i> ..	156

DITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 46 de sua *Revista Philologus*, com nove substanciosos artigos e duas resenhas, de autoria dos seguintes professores, filólogos ou linguistas: Adeldo Gonçalves (p. 152-155), Amós Coelho da Silva (p. 156-15), Edson Ferreira Martins (p. 07-27), Evanice Ramos Lima Barreto (p. 65-87), Fernando José do Amaral (p. 108-121), Gláucia Vieira Cândido (p. 122-143), Hilda Monetto Flores da Silva (p. 144-151), José Mário Botelho (p. 28-45), Lincoln Almir Amarante Ribeiro Cândido (p. 122-143), Paulo José Benício (p. 55-64), Rosângela Divina Santos Moraes da Silva (p. 88-107) e Tânia Maria Nunes de Lima Câmara (p. 46-54).

Sinteticamente, podemos informar que este número 46 da *Revista Philologus* apresenta os seguintes temas, artigo por artigo:

O primeiro artigo analisa as ideias linguísticas desenvolvidas por Monteiro Lobato no conto *O Colocador de Pronomes*, valorizando o português brasileiro face ao europeu.

No segundo artigo, o autor mostra que toda regra tem seu escopo e sua aplicação, fazendo-nos atentar para o fato de que não há preocupação, nesses estudos, com as conseqüências gráficas que as regras de formação de palavras têm, tão importantes no processo de ensino-aprendizagem da ortografia.

O terceiro artigo analisa a importância do léxico, na perspectiva cognitivo-representativa, lembrando que seu domínio facilita a interação social, destacando o papel dos estrangeirismos e dos empréstimos linguísticos nesse processo.

O quarto artigo trata da confecção e transcrição dos manuscritos do *Novo Testamento* grego e aponta características daqueles, considerados importantes na área em questão.

O quinto artigo levanta e descreve as lexias do português arcaico através do *Testamento de D. Afonso II* e confronta a aceção apresentada nos *dicionários* contemporâneos e nos etimológicos, a fim de verificar se a lexia sofreu alterações no significado ou na forma e averiguar o conhecimento e o uso dessas lexias hoje.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O sexto artigo contextualiza historicamente o teatro português medieval, evidenciando a relevância do auto, sua origem, tipologia, caracterização estética e funções lúdico-pedagógica e política, como uma das formas dramáticas mais utilizadas pelo teatro popular português, com destaque inquestionável para Gil Vicente.

O sétimo artigo discute implicações práticas causadas pelos efeitos da nova ortografia, mostrando algumas situações na escrita de letras do português brasileiro que poderão gerar ambiguidades, quando inseridas em contextos de uso corrente.

O oitavo artigo propõe a descrição da pronúncia da língua latina, em sua modalidade clássica, tal como provavelmente era falada no término da República Romana. O trabalho mostra um levantamento de sons vocálicos e consonantais que se constituem como aqueles que provavelmente eram usados na época especificada.

O nono artigo apresenta uma proposta de análise dos valores semânticos e discursivos de construções com verbo-suporte e de expressões cristalizadas correntes no português brasileiro, mostrando que o verbo estende e/ou modifica a significação das demais palavras no processo discursivo.

Por fim, apresentam-se duas resenhas: a primeira, dos anais do congresso realizado em homenagem ao professor e acadêmico Leodegário Amarante de Azevedo Filho e a segunda, do livro sobre a nova ortografia da língua portuguesa, que acaba de sair em sua segunda edição pela Editora Impetus.

A Direção da *Revista Philologus* e do CiFEFiL pede sua contribuição com críticas e sugestões para que seus serviços possam melhorar, apesar dos poucos recursos. Além disso, lembra que esses artigos são disponibilizados em www.filologia.org.br/revista para que um maior número de usuários possa usufruir deles, considerando o grande e rápido alcance dos modernos meios de informação e comunicação, dos quais faz bom e proveitoso uso.

Rio de Janeiro, abril de 2010.

José Pereira da Silva

**A “LÍNGUA BRASILEIRA”
VISTA POR MONTEIRO LOBATO¹**

*Edson Ferreira Martins (UFV)²
eferreiramartins@hotmail.com*

Crescerá essa menina [a língua brasileira ou Brasileira], far-se-á moça mulher e sentar-se-á um dia no trono ora ocupado por sua empertigada e conspícuca mãe. Imperará no Brasil inteiro – não como hoje, às ocultas e medrosamente, mas às claras, de justa e de direito; e não na língua falada apenas, mas na falada, na escrita e na erudita. E a velha língua-mãe, que cá vige, mas não viça, abdicará de vez em favor da filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada. (Monteiro Lobato, 1950b)

RESUMO

O presente trabalho visa analisar, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto intitulado *O colorador de pronomes*. Escritor versátil, ao mesmo tempo editor, almejando-se um reformador da cultura brasileira, Lobato desejava promover uma modificação na forma de se conceber língua e gramática no contexto do ensino brasileiro. Partindo especificamente do texto em questão, mas considerando também apontamentos presentes em outras obras do autor, busco identificar os momentos privilegiados da narrativa para a definição das ideias linguísticas defendidas por Lobato, que gravitam em torno de uma motivação central: a valorização das divergências linguísticas entre as duas variedades, o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão e da afirmação da “língua brasileira”.

Palavras-chave:

História das ideias linguísticas. Monteiro Lobato. História da Língua Portuguesa.

¹ Registro meus agradecimentos à Prof^a. Dra. Neiva Ferreira Pinto (UFJF) pela leitura prévia do texto, de que resultaram várias críticas e sugestões feitas à versão preliminar. As falhas persistentes são, naturalmente, de minha inteira responsabilidade.

² Professor Assistente II do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. Doutorando em Linguística Histórica pela Universidade de Évora, Portugal.

INTRODUÇÃO

Quando retornou a Portugal, no ano de 1925, o escritor português Miguel Torga contava ainda os dezoito anos de idade. No paquete de volta, levava a experiência de ter vivido os últimos cinco no interior de Minas Gerais, onde, menino pobre, trabalhava literalmente para ganhar o pão, coisa para que a circunstância de ser sobrinho do dono da *Fazenda Santa Cruz* não ajudava muito. Na verdade, até atrapalhava. Vida de roça, telúrica, que ele já conhecia de Trás-os-Montes: capinando, colhendo café, caçando cobras... Esta época de dureza e de pobreza experimentadas não impediu que o escritor dos *Contos da Montanha* desenvolvesse uma relação afetiva com a pátria de Machado, carinho que a memória encarregou-se de alimentar. Ter passado sua adolescência no Brasil era “um dos seus títulos de glória”, diria ele mais tarde. Tanto carinho com uma terra estrangeira teria algo a ver com a linguagem, com a língua portuguesa, com o reino encantado do Verbo? Certo é que, findada a longa viagem de volta, ao desembarcar no cais lisboeta, a primeira sensação que causou nos familiares foi o estranhamento, pela língua que, agora, falava. Os pais acharam estranho o sotaque brasileiro³ do rapaz, e pediram-lhe que acabasse com aquele falar oblíquo:

– Tem paciência... [...] E acaba-me lá com este palavreado! Conversa à moda de cá, que eu assim não entendo.

Meu Pai, pouco sensível às coisas formais e plásticas, não reagia tanto. Mas minha Mãe protestava indignada contra o meu sotaque brasileiro.

– Falas-me português, homem! (*Apud* HERRERO, 1979, p. 203-4)

O estranhamento sentido por esta humilde família portuguesa é provocado pelo sentimento, perceptível na história cultural dos povos, que relaciona, de forma mais ou menos passional, uma sociedade e sua(s) língua(s).⁴ Se pensarmos no campo literário, vamos nos

³ Este episódio da biografia do escritor português, ocorrido em 1925, continua ressoando como uma crença comum no imaginário linguístico dos portugueses, cujos falantes via de regra se sentem, ainda, os “donos” da língua. Como brasileiro que vive em Portugal há dois, tenho podido presenciar situações em que os portugueses se riem quando, surgida esta ou daquela divergência de uso, eles logo concluem que tal acontece porque nós “falamos brasileiro”(!).

⁴ O que nos leva a pensar no escorregadio termo *comunidade de fala*, que pode se aplicar a escalas menores ou maiores, como a do agrupamento de falantes que pertencem a um mes-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

recordar de inúmeros exemplos advindos de certos *carmina*, em que a nostalgia da pátria inspirou os proscritos (uns, exilados de fato, outros apenas na imaginação) a entoarem suas “canções do exílio”, em que a saudade da pátria é também saudade da língua. A *inventio* do tema parece ter sido pensada pela primeira vez por Ovídio, que, mandado para o longínquo e inóspito Ponto Euxino por um enfurecido e moralista Augusto – o mesmo que tutelara outros vates, os do círculo de Mecenas – escreveu nos seus *Tristia*:

Barbarus hic ego sum, qui non intellegor ulli,
et rident stolidi uerba Latina Getae.⁵

Os tempos vão mudando, grandes impérios se esfacelam, outras águias ensaiam seus vôos, e vemos um gramático quinhentista português inflar as velas do nacionalismo linguístico, ao defender que

...bem como os Gregos e Roma haviam por bárbaras totalas outras nações estranhas a eles [...], assi nós podemos dizer, que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando quérem imitar a nossa” (Cf. JOÃO DE BARROS, 1971, p. 123).

O tom imperialista de João de Barros não é muito diferente do adotado por Fernão de Oliveira, para quem “melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma” (Cf. OLIVEIRA, 1975, p. 42). Se tivermos em conta a feliz expressão de Nebrija, de que “siempre la lengua fue compañera del imperio”, pode-se compreender melhor as afirmações de Barros e Oliveira. No contexto em que escrevem os fundadores da tradição gramatical portuguesa, o Estado vivencia, com bons ventos, o século das grandes navegações, e as condições socioculturais do Quinhentos impeliram o país a promover o português ao posto de “língua de ensino”, em substituição ao latim, língua da ciência de toda a Europa (MATTOS E SILVA, 2004). Desse modo, a idealização da língua portuguesa – na variedade do PE, naturalmente – como *norma padrão* nasce *pari passu* à tradição da gramatologia portuguesa.

O Brasil também teve a sua querela idiomático-nacionalista. A busca pela consolidação de uma “língua brasileira” é bastante an-

mo bairro, a uma mesma cidade, ou, como é o caso em questão, a toda uma nação.

⁵ “O bárbaro aqui sou eu, porque não sou entendido por ninguém;

e riem-se das palavras latinas os estúpidos dos Getas” (Ov., *Tr.*, V. 10. 37-38, tradução nossa)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tiga, mostrando-se presente, ainda de que forma incipiente, desde os tempos em que o país ainda era uma colônia portuguesa. No caso de nações como o Brasil, onde já havia no território falantes de outras línguas, que viriam a ser aculturados, inclusive linguisticamente, é interessante observar que o caminho trilhado não é o da imposição de um padrão linguístico, mas, pelo contrário, o da “libertação” da língua da metrópole, em busca de uma identidade linguística própria, brasileira. É no século XIX, entretanto, que a questão ganha contornos mais definidos e ares de polêmica, em parte por conta da proclamação da independência do país, invadindo a esfera da política, palco ávido das paixões. Assim, em 1823, a *Constituição* decretada despoticamente por D. Pedro estabelecia que a língua falada no Brasil era a *língua portuguesa* (ORLANDI, 2005, p. 29-30). Três anos depois, o deputado José Clemente propõe ao parlamento brasileiro que os diplomas dos médicos passem a ser redigidos em “língua brasileira”. Por sua vez, na esfera do literário, o debate Brasil vs Portugal ganha força na querela fundada entre José de Alencar, de um lado, e Pinheiro Chagas mais Feliciano de Castilho de outro, estes apontando os “erros” do autor de *Iracema* – ao mesmo tempo em que louvam o legado linguístico luso –, aquele defendendo a legitimidade da língua brasileira. Ainda no âmbito das discussões políticas, como demonstra Luiz Dias (1996), a arenga linguística luso-brasileira perdura na história política de nosso país, mostrando-se novamente vigorosa na década de 1930, pondo-se sempre em evidência a importância do “rótulo”: o Brasil fala português ou brasileiro?

O quadro histórico apresentado sucintamente acima confirma a presença e a importância do tema da identidade linguística no ambiente cultural brasileiro, caminhando-se em direção da busca pela consolidação da língua nacional do país, situação que afetou naturalmente a produção de discursos como o literário e o gramatical, sobretudo a partir da independência do Brasil frente à ex-Metrópole. Nesta época, entretanto, muito pouco se conhecia de fato sobre o que constituía o PB como uma variedade diferente do PE, tampouco se reconhecia a própria diversidade intralinguística do PB no gigantesco território brasileiro. Diante deste estado de coisas, a língua literária se transformaria no espaço privilegiado para a configuração da identidade da língua brasileira, primeiro nas arengas travadas por um José de Alencar, mais tarde sob o impulso revolucionário do movimen-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to modernista. A propósito da língua literária usada no Brasil até então, vale a pena considerar as palavras com que José Veríssimo (1998) abre a sua *História da Literatura Brasileira*, em texto datado de 1915:

A LITERATURA QUE SE *escreve* no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, *apesar da comunidade da língua*, não é mais inteiramente portuguesa. (Grifos meus)

Pode parecer contraditório Veríssimo defender neste passo a *comunidade de língua* entre Brasil e Portugal, mas o historiador está tomando a expressão num sentido que, permanecendo ainda hoje, nada mais é do que aquilo que faz com que reconheçamos que o brasileiro usa a mesma língua que o moçambicano, o angolano ou o português, para ficar nestes exemplos. Na sua afirmação subjaz a ideia que o português como língua é algo diverso de outras línguas históricas: aquilo que faz com que percebamos que uma pessoa fala uma língua que nos é *estrangeira* (repare-se que este adjetivo é o mesmo que aparece no cognato *estranho*) ou que – no efeito contrário – promove em nós um sentimento de irmandade, nos fazendo sentir de certo modo ligados afetivamente por sermos dialogicamente *eu* e o *outro* parte da comunidade lusófona. Entretanto, afirmar que todos os que pertencem ao universo da lusofonia partilham uma mesma língua só é possível a partir de certa homogeneização dos fatos, em que as particularidades das variedades são postas de lado, em razão de se querer enfatizar a existência de uma realidade mais universalizante, supranacional. Esta visão, digamos, mais conciliadora, a encontramos defendida por Silva Neto (1996, p. 633), que busca compreender as relações entre as variedades brasileira e portuguesa sob o princípio da “unidade na diversidade e da diversidade na unidade”. É assim que o autor defende que a unidade de escrita entre Brasil e Portugal se deve, em parte, “à vontade e à consciência de falar Português, manifestadas pela *elite* colonial, e de imitar os cânones da metrópole, *através da leitura de bons autores e da obediência aos códigos gramaticais de além mar*” (Grifos meus).

À observação do grande romanista brasileiro, falecido em 1960, quando engatinhavam os estudos sociolinguísticos no Brasil, cabe um reparo. Ora, sendo a língua uma das mais importantes manifestações discursivas da identidade, e levando-se em conta a busca

da expressão do pensamento e do sentimento brasileiros de que fala Veríssimo, a postura de “obediência aos códigos gramaticais de além-mar” não poderia representar o comportamento linguístico de toda a gente que formava o corpo real e heterogêneo daquela “elite colonial”. Vista sob este prisma, a espinhosa questão da variação intralinguística é reduzida a uma análise superficial, que desconsidera a complexa rede de contatos linguísticos travados entre a língua do colonizador e as línguas indígenas, africanas e, mais tarde, de imigrantes que conviveram na sócio-história do país.⁶ Mais condizente com a realidade da formação histórica do PB é reconhecer que o idioma que se denomina de forma homogeneizadora como *língua portuguesa* veio a constituir-se lentamente, *pari passu* ao processo de colonização e de descolonização do Brasil, num *topos* de confronto entre as duas culturas, do que deriva um outro *topos*, o da gradativa afirmação da cultura brasileira, de que a língua é uma manifestação, naturalmente, das mais importantes.

A referência que fiz à obra de José Veríssimo é interessante para o propósito deste texto também num outro aspecto. É que sua história da literatura termina, como aponta o subtítulo, tendo Machado de Assis por último autor analisado. Estamos em 1915, a três anos da estreia literária de Monteiro Lobato, mais precisamente a cinco da primeira edição de *Negrinha*, conjunto de contos em que o escritor paulista cria as páginas surpreendentes de uma das histórias⁷ recolhidas no livro. Trata-se do conto intitulado *O colocador de pronomes*, sobre o qual proponho uma leitura que revise, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas por Lobato ao longo da narrativa. Escritor versátil, mas também editor, educador, almejando-se um reformador da cultura linguística brasileira, Lobato se vale, no conto em questão, de uma verve que muito dá a pensar sobre as modifica-

⁶ Sobre o assunto, veja-se Guimarães (2005), *A língua portuguesa no Brasil*. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, pp. 24-6.

⁷ Segundo Alberi, *Lobato: a cultura gramatical em “Emília no país da Gramática”* (Dissertação de mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2005, p. 84, ainda que publicado originalmente em 1924, *O colocador de pronomes* aparece pela primeira vez editado em forma de livro somente em 1935, numa reunião de contos do autor, provenientes de suas obras *Urupês*, *Negrinha* e *O macaco que se fez homem*. Nas edições atuais da obra de Lobato, porém, o conto é editado como parte de *Negrinha*.

ções que desejava promover na forma de se conceber língua (seja no uso literário, seja no popular) e gramática no contexto brasileiro das primeiras décadas do século passado, fazendo convergir em seu texto certos movimentos que apontam para a valorização das divergências linguísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira. Noutras palavras, Lobato procurar realçar as diferenças naquilo que, poucos anos antes, Veríssimo via apenas como semelhanças linguísticas no plano formal da Literatura Brasileira.

1. Do santo ao gramático: a expressão do dogma

O interesse de Lobato sobre as questões de língua e linguagem é uma marca recorrente em sua obra. Quando se pensa nesta temática lobatiana, vem à mente do leitor de Lobato a sua *Emília no país da Gramática*, livro que faz parte da produção lobatiana denominada “literatura infantil”. Não é propósito deste texto discutir este tipo de classificação, mas, se é válida esta distinção conforme um público específico destinatário do texto, *O colocador de pronomes* se enquadraria na denominada “literatura para adultos”. Lobato começou a redação da história ainda em 1917, conforme comprova sua correspondência com Godofredo Rangel⁸, vindo a publicá-la pela primeira vez apenas em 1924.

O tom satírico é a marca inconfundível do texto, com o uso da técnica da caricatura, embora a maneira com que o narrador abra a história nos dá a falsa impressão de que se vai escrever um panegírico à vida do protagonista, o filólogo Aldrovando Cantagalo. Sua vida foi quase de todo insossa. Não há muito que se contar de sua existência particular, pois que o homem não vivenciou as coisas humanas da vida – amores, dilemas, medos. Teria passado mesmo despercebido pelo mundo, não fosse algum lampejo vital que lhe arrebatou o espírito ao amor incondicional pela gramática e a língua. Mas não qualquer gramática/língua. Ainda que brasileiro, do interior paulista, Al-

⁸ Eis um trecho da carta de 11.12.1917: “Estou com aquele conto gramatical a me morder a cabeça como um piolho. Vida, aventuras, males, doenças e morte trágica dum sujeito, tudo por causa da gramática.” Cf. M. Lobato, *A barca de Gleyre*, vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1950.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

drovando é admirador prostrado da gramática e da língua lusa. De modo que sua biografia, um drama particular, tem como marcos estes dois acontecimentos em que assombra o fado do destino: filho de um pronome mal colocado, ele “veio ao mundo em virtude dum erro de gramática”, e morreu “vítima dum novo erro de gramática”: “Mártir da gramática, fique este documento da sua vida como pedra angular para uma futura e bem merecida canonização.”

Rompida a primeira página, a primeira impressão da *laudatio* em relação à memória de Aldrovando se esvai tão logo se avance na leitura da história. O leitor percebe, na verdade, que está diante de um narrador extremamente irônico, que busca fazer uma caricatura do linguisticamente castiço Aldrovando. Apoiando-se no recurso à ironia, em busca de fornecer “subsídios” memorialísticos para um possível processo de beatificação de Aldrovando, Lobato se vale de inúmeras comparações entre o campo de atuação do cientista (afinal, estamos a falar de um filólogo, um cientista da linguagem) e o campo de atuação do homem de religião. É fundamental entender o uso desta estratégia argumentativa – a ironia –, para se compreender como Lobato pretende satirizar certo tipo de gramático e de gramática, ao mesmo tempo em que expõe seu ponto de vista sobre língua e linguagem. Analisemos, portanto, os momentos da narrativa em que o filólogo flerta com o santo.

Começemos por reler a citação em destaque que fiz pouco acima. Repare-se que Aldrovando é um *mártir* da gramática. A escolha vocabular lobatiana⁹ me parece estilisticamente bastante interessante, desde que se observe a etimologia da palavra. Pensando em termos absolutamente sincrônicos, o mártir é aquele “que padeceu tormentos e até a morte pela fé” (Cf. AULETE, 1952, s.v.), donde se percebe a semantização da palavra pela via do cristianismo. Mas a palavra, na sua origem grega, significa *testemunho*. Desta perspectiva, a ideia semântica de *sofrimento/padecimento* presente na palavra deve ser entendida como uma consequência do ato de se dar teste-

⁹ Em qualquer (bom) escritor, naturalmente que a seleção do léxico é um componente da manifestação do estilo. No caso de Lobato, entretanto, esta busca pela palavra justa era uma verdadeira tarefa lexicográfica, pois o autor passava horas e horas lendo o dicionário *Caudas Aulete*, no que via um prazer pitoresco, como o de um general que vê 70 mil homens a desfilar, cada um de um jeito (cf. *A Barca de Gleyre*, 1º tomo, p. 263).

munho de algo. Este significado primevo do léxico pode ser depreendido, por exemplo, da leitura do seguinte trecho do Evangelho de João (1, 6), em que o apóstolo afirma: "Houve um homem enviado da parte de deus, o nome dele era João; *este veio para testemunho a respeito da luz.*"

O cotejo com o texto grego original (transcrevo apenas o trecho em negrito) elucida a questão: οὗτος ἦλθεν εἰς μαρτυρίαν περὶ τοῦ φωτός (Cf. BRANDÃO, 2005, p. 60). Em outras palavras, quero dizer que, se entendemos que João Batista foi um mártir do incipiente cristianismo porque sofreu (teve a cabeça decepada!), seu padecimento foi causado por um ato anterior (o testemunho a respeito da luz), sentido que a palavra (mártir/martírio) guarda na sua origem. Ora, a ironia da expressão lobatiana, ao taxar Aldrovando de um “mártir da gramática”, se revela na constatação de que o professor-filólogo é, quando muito, um pseudomártir (cuja grande causa por que morreu não existe, a não ser para ele). Também pincelada de fina ironia está a consideração que o narrador diz almejar para a sua *laudatio* às avessas, sugestivamente definida, a partir da alegoria bíblica, como a “pedra angular” da futura santificação do dito cujo.

O Aldrovando construído por Lobato é um ávido leitor de literatos portugueses. Interessava-lhe, entretanto, a *gramática*, e não a *língua*, pois que o nosso professor só tinha olhos para o pernostismo da forma, para a casca desta succulenta expressão literária. Se, por um lado, na adolescência já tinha desenvolvido uma estranha forma de estimular seu prazer, quando “apalpava com erótica emoção a gramática de Augusto Freire da Silva”, feito homem não deixou de confirmar “este latejar do furúnculo filológico”. Lia todos os clássicos portugueses: Filinto Elísio, Lucena, Rodrigues Lobo, Fernão Mendes Pinto, Frei Pantaleão do Aveiro. Sem falar de Vieira, em quem “viveu, três anos, acampado”. O culto deste cânon lusitano gerava em Aldrovando uma reverência ao (denominado hoje) PE, que se apresenta a ele como um código linguístico perfeito, qual uma revelação do verbo divino aos homens de pouca fé. Textualmente, Lobato vai dizer que,

A língua lusa era-lhe [para Aldrovando] um tabú **sagrado** que atinge a perfeição com Fr. Luiz de Souza, e daí para cá, salvo lucilações

Neste ponto do texto, o detalhe revelado sobre a preferência de Aldrovando, dentre tantos mestres da *ars recte loquendi et scribendi*, pelo vernáculo de Frei Luís de Sousa é significativo para a conclusão da narrativa. Mais adiante, quando Aldrovando, apelando para a última forma de cumprir seu legado apostólico na terra, termina de compor sua obra máxima em “três tomos de 500 páginas cada um, corpo miúdo”, não hesita em imortalizar, na pungente dedicatória, o nome do sacerdote e escritor português:

Dedicou-o a Fr. Luiz de Souza:
Á memória daquele que me sabe as dores,
O Autor.

Mas Deus, parece, se fez surdo, cego e mudo aos sofrimentos de tão dedicado mártir. Com os fados conspirando contra si, um erro tipográfico inesperado – mácula horrenda impressa nas milhares de cópias – expõe o infeliz Aldrovando, nu, em pecado, diante dos leitores:

Aldrovando abancou-se á velha mesinha de trabalho e deu começo á tarefa de lançar dedicatórias num certo número de exemplares destinados á crítica. Abriu o primeiro, e estava já a escrever o nome de Rui Barbosa, quando seus olhos deram com a horrenda cinca:

“daquele QUE SABE-ME as dores”.

Se a dedicatória era simples na forma, tematizando mais as dores do *súdito* que a onisciência seráfica do seu *Senhor*, a grandiosidade imensurável da obra reservaria um posto glorioso no céu a Aldrovando. Lá, ele se sentaria “ao lado direito dos sumos cultores da língua”. Mas o golpe abrupto da mudança de posição do pronome o atinge como um lance final. Acometido de uma iné dita dor humana, a dor gramatical, Aldrovando reverbera o velho diálogo entre Jesus e o Pai, destes dois que também eram, misteriosamente, um; no texto lobatiano, eram necessariamente dois mesmo, Androvando e (observe-se a intimidade¹¹) Luís:

¹⁰ Optei por manter a ortografia original na transcrição dos trechos referentes aos textos de Lobato; As citações de *O colocador de pronomes* são da seguinte edição: M. Lobato, *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

¹¹ O intertexto bíblico parece condicionar o escritor a optar por um só nome nesta reescrita, mas entendo que o texto de Lobato tenha ganhado em ênfase estilística ao sugerir uma maior

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Aldrovando não murmurou palavra. De olhos muito abertos, no rosto uma estranha marca de dor – dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia – permaneceu imóvel uns momentos.

Depois, empalideceu. Levou as mãos ao abdômen e estorceu-se nas garras de repentina e violentíssima ânsia.

Ergueu os olhos para Frei Luiz de Souza e murmurou.

– Luiz! Luiz! Lamma Sabachtani?!

Aldrovando, neste momento derradeiro, abandona a prosa lusa, e mostrando seu erudito purismo, dirige-se, na língua do povo eleito, à estátua do escritor. Frei Luiz de Souza convertera-se em Deus. Terminava ali o testemunho e o sofrimento do nosso mártir, que, enquanto pôde, “apostrofou o país com o verbo tonante de Ezequiel.”

Além de compor um texto literário elaborado com um humor refinado, por meio da sátira da figura do gramático de tendência exclusivamente normativista, Monteiro Lobato apresenta também em seu texto posições inovadoras sobre o tratamento de algumas questões linguísticas, que podem ser resumidas em: (i) uma visão lúcida da oposição entre descrição e prescrição gramaticais no estudo do português; (ii) a adoção dos pressupostos teóricos gerais da linguística de orientação naturalista, típicos do século XIX; (iii) uma apologia da diferença linguística como *valor* no contraste entre PE e PB. Nas seções seguintes, passo a comentar o desenvolvimento destas temáticas em/por Lobato.

2. Prescrição versus descrição linguística

Monteiro Lobato apresenta ideias bastante inovadoras no texto em questão. Para se perceber este aspecto de modernidade no escritor paulista, deve-se observar primeiro que *O colocador de pronomes* foi escrito em 1924, época em que os estudos linguísticos de tendência descritivista estavam ainda em processo de formação. Para se ter uma ideia mais clara do que isso significa, basta ter em vista que o *Curso de Linguística Geral* – obra póstuma do suíço Ferdinand

proximidade, isto é, maior afetividade entre o suplicante e o suplicado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Saussure, considerada na história da linguística o divisor de águas da dita linguística moderna – tinha sido escrito, em francês, há apenas quatro anos. E, se falo em “processo de formação” da linguística descritiva, isto é válido mais para os contextos europeu e norte-americano, pelo surgimento das escolas de diferentes correntes estruturalistas. No que se refere ao contexto brasileiro, os avanços científicos conseguidos pela linguística estruturalista demorariam algumas décadas a se fazer sentir, em que pesem as investigações do gênio pioneiro de um Matoso Câmara Jr. Entre nós, começava a se esboçar um saber gramatical brasileiro, construído desde finais do século XIX, por autores como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (também 1887) e Eduardo Pereira (1907), que escreveram obras com uma “tendência gramatical de clara inspiração positivista” (SILVA, 2006). No mais, existiam as publicações consistentes, frutos da tradição de filólogos brasileiros da época, em que figuram, entre outros nomes, os de Said Ali e Antenor Nascentes. Na análise de Maurício Silva, que estudou especificamente o período da gramaticografia entre 1880-1930 (os anos por assim dizer da formação de Lobato), “tudo isso acabava por criar uma espécie de cultura normativista a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos do período”. Lobato via com extremo descrédito a possibilidade de aprendizado da língua a partir desse tipo de tradição gramatical, apoiada no modelo do certo *vs* errado. Noutra carta a Rangel, escrita em 1915, relata uma experiência ruim que teve com o ensino gramatical tradicional (tinha sido reprovado), que gerou nele “uma revolta surda contra gramática e gramáticos”¹².

Como foi possível notar, Lobato procura estabelecer, na análise da vida da personagem Aldrovando, uma relação próxima entre os terrenos da gramática e da religião, ou, melhor dizendo, do gramático e do mártir/santo. Se esta comparação garante um bom fio con-

¹² São costumeiras na obra do escritor as qualificações pouco amigáveis para a figura do gramático e dos que cortejam a filogramatiquice. Além da caracterização de Aldrovando como se-bento, há o trecho exemplar em que Emília define o rinoceronte Quindim, que tinha devorado a *Gramática Histórica* de Eduardo Carlos Pereira, como “um grandíssimo gramático”, cujo traço mais característico era o seu “cascão gramatical” (cf. Uma ideia da senhora Emília. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 12 e também p. 42). Em outro lugar, compara os gramáticos a ratazanas (cf. Uma nova interjeição. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 94).

dutor da expressão do humor característico da obra do escritor, ela também permite a Lobato lançar um olhar arguto sobre a função que o gramático e a gramática de orientação normativa tinham (e ainda têm) no estudo e no ensino do português, particularmente na descrição do PB a partir de usos nem sempre são representativos da variedade brasileira do português.

Mas por que Lobato insiste em usar esta comparação sistematicamente na história contada? Ou, perguntando-se de outra forma, mais direta: o que há, efetivamente, de comum entre religião e gramática (normativa)? A resposta é que, assim como a religião, a gramática normativa (GN) se apoia na tradição, no argumento de autoridade, possuindo uma doutrina. Filiado a uma *doutrina gramatical*, o posicionamento do gramático repele do seu horizonte a possibilidade do questionamento, marca fundamental da ciência, preferindo apoiar-se no conservadorismo, nas suas *autoridades*. Como demonstra a história do pensamento filosófico e do pensamento científico, uma das diferenças básicas entre a ciência e a religião é o fato de que a primeira admite a refutação de hipóteses e a reformulação de posições teóricas em seus princípios e métodos investigativos, ao passo que a segunda, por operar na esfera do dogma, não se interessa por admitir correções. Ora, a análise linguística praticada nos moldes normativos trabalha de modo semelhante ao da religião, reconhecendo apenas a tradição como forma correta de descrição dos fatos. Como os fatos que a GN pretende descrever são os fatos de língua, os gramáticos buscam estabelecer quais são os usos considerados corretos com base na análise de obras literárias de alguns escritores, que são eleitos como os verdadeiros representantes da norma culta, que poderia ser entendida na confluência gramática-religião como uma *verdade linguística*. Assim é que Aldrovando apoia-se em Frei Luís de Sousa e no seu séquito de *pais da língua*, como portadores do código divino a ser revelado a todos os falantes possíveis do universo da lusofonia. Para continuar a metáfora religiosa, as outras variedades de português (que não a europeia) são encaradas como falsas religiões, e seus falantes como gentios.

Se a autoridade é inquestionável, pelo seu caráter mediador face ao divino, não há outra escolha (e nem se deseja outra) à GN a não ser utilizar o maniqueísmo como mola-mestra na expressão do dogmatismo gramatical, pois se considera, de um lado, o correto cor-

relacionado com o belo; de outro, resta aquilo que é definido pelos gramáticos em termos negativos: o *não* correto, o *não* belo, isto é, os usos linguísticos tidos como incorretos ou feios. Para a realidade de ensino do português no Brasil daquela época, o Aldrovando desenhado por Lobato é uma figura plena de verossimilhança, em sua maneira preconceituosa de agir, separando o sagrado do profano, os santos¹³ e os sodomistas. Como nos prova a História, os gramáticos – mimeticamente representados na ficção pelo Aldrovando lobatiano – insistem em ver a seara da língua (da língua viva, palpitante, popular, heterogênea) formada por pouco trigo e muito joio.

3. Língua e evolução

Monteiro Lobato (1882-1948) tem sua vida encerrada num momento de virada dos séculos. No conto, é possível perceber a influência que o autor recebeu dos pensamentos científico e linguístico desenvolvidos ao longo de todo o século XIX, época em que os estudos linguísticos foram predominantemente históricos. No plano científico, o conhecimento advindo das postulações darwinistas sobre a evolução da espécie humana tinha proporcionado as condições suficientes para que as ciências pudessem especular sobre seus objetos de estudo de forma mais empírica. No que toca ao estudo da linguagem humana, questionou-se pela primeira vez, de uma forma teórica consistente, a visão bíblica da origem da linguagem (Genesis, 11). A proeminência de Darwin neste século teve impactos consideráveis para os estudos linguísticos. Sofrendo a influência de uma ciência “estranha”, a linguística chegou mesmo a definir seu objeto de estudo, a língua, como um ser com vida própria, independente da vontade de seus falantes, assemelhando-se aos organismos da natureza, que nascem, crescem e morrem. Esta visão das línguas como *plantas* é defendida, entre outros, pelo linguista alemão Augusto Schleicher, na formulação da sua teoria da *árvore genealógica* (*Stammbaumtheorie*).

¹³ Lobato não usa a palavra *santo*, mas é como se a usasse, pois que o mártir é a metade de um santo, um santo em formação. O adjetivo *sanctus* em latim significa *separado*. O casamento entre adjetivo e substantivo vem ao caso.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A concepção evolucionista de língua engendra uma ideia de mutação com valor degenerativo, pois entende equivocadamente a língua como objeto natural (e não cultural). Afetada pelas regras da natureza, a língua teria fases de crescimento, amadurecimento e, enfim, a sua morte.¹⁴ Nesta perspectiva, as mudanças que acometem a língua (um organismo vivo) são vistas como deteiorizações gradativas deste organismo. As línguas estariam, nesta ótica, em terreno de competição, e apenas sobreviveriam as mais aptas.

Numa passagem do texto, Monteiro Lobato demonstra conhecer de perto as teorias linguísticas dominantes em sua época. Trata-se da cena em que o autor simula um diálogo entre Aldrovando e um seu contestador. É o gramático quem fala primeiro:

– A ingresia d'hoje, declamava ele, está para a língua, como o cadáver em putrefação está para o corpo vivo.

E suspirava, condoído dos nossos destinos:

– Povo sem língua!... Não me sorri o futuro de Vera-Cruz...

E não lhe objetassem que a língua é organismo vivo e que a temos a evoluir na boca do povo.

– Língua? Chama você língua á garbulha bordalenga que estampam periódicos?

Há dois posicionamentos interessantes aqui. Primeiro, Aldrovando sustenta a ideia purista de que existem duas realidades linguísticas: um barulho informe (ingresia) que, qual um cadáver, já está morto e fedendo; e a verdadeira língua, com “L” maiúsculo, corpo vivo, que já sabemos onde está vivo, para ele. Em seguida, Lobato registra, na voz do narrador, a partir do verbo com agente indeterminado (objetassem), a ideia de língua como organismo vivo, acrescida da observação de que “a temos a evoluir na boca do povo”. Este voz do contestador, que Aldrovando trata por “você”, não é outro senão a do próprio Lobato. As ideias com que tenta refrear o ânimo profético de Aldrovando, mostram-no sintonizado com a visão naturalista de língua predominantemente no novecentos. Além disso, especificamente neste texto, ele aborda o fenômeno da evolução do idioma de

¹⁴ “As palavras nascem, crescem e morrem, como tudo mais”, diz Lobato noutra texto (cf. No acampamento dos verbos. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 19).

um modo positivista, projetando uma ideia de evolução como progresso na língua.¹⁵ No suposto diálogo não há um desenvolvimento desta ideia progressista; o discurso é assimétrico neste ponto do texto, com o predomínio do azedume de Aldrovando.

Ao longo do texto, porém, Lobato se aproveita das situações embaraçosas da tentativa de militância de Aldrovando para demonstrar onde se pode perceber a evolução na língua portuguesa. O que me parece importante esclarecer na cena dramatizada é que Monteiro Lobato busca opor dois movimentos contrários, duas forças que atuam sobre o fenômeno linguístico: a evolução do idioma, promovida pelo “povo”; e o freio à evolução, defendido pelos Aldrovandos que existem por aí. Uma atitude está voltada para o presente da língua; a outra olha passivamente para o seu passado. Os autores em quem Aldrovando busca o modelo do “falar e escrever corretamente” compuseram seus textos em momentos distantes do português daquela época. Seu cânone “seráfico” admite apenas autores lusitanos, situações preferivelmente entre o renascimento e o barroco.¹⁶

4. A valorização da diferença linguística e do PB

O maniqueísmo com que a GN elabora as suas descrições elitistas do uso linguístico, consoante o modelo frágil do certo *versus* errado, tem a sua contrapartida na defesa da posição de que, nas lín-

¹⁵ Entretanto, em outros momentos de sua obra, pode-se perceber que Lobato adere claramente ao ponto de vista de que a linguagem se degenera com o passar do tempo. Um exemplo, a explicação do verbo *pôr* como representante único da 4ª conjugação (cf. No acampamento dos verbos. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 12 e também p. 58): “*Antigamente Pôr pertencia à Segunda Conjugação e chamava-se POER. Mas o tempo, que tanto estraga e muda os verbos como tudo mais, fez que apodrecesse e caísse o E de POER.*” (negritos meus). Seja como for, o Lobato admirador do progresso ou o adepto do naturalismo linguístico está cometendo um equívoco porque a língua não reconhece evoluções nem involuções; modifica-se, na verdade, nem para melhor, nem para pior, mas antes para continuar servindo às (novas) necessidades comunicativas dos falantes.

¹⁶ Registro os autores/épocas que Lobato, sempre satírico, faz com que Aldrovando cultive: Bernardim Ribeiro (1480/1500 - 1530/1545); Fernão Mendes Pinto (1510-1583); João de Lucena (1549/1550 - 1600); Frei Luís de Sousa (1556-1632); Francisco Rodrigues Lobo (1579-1621); Francisco Manoel de Melo (1608-1666); Padre Antônio Vieira (1608-1697); Frei Pantaleão do Aveiro, de quem se ignora as datas de nascimento e morte, mas cuja situação não é muito diferente, pois se sabe que a primeira edição do seu *Itinerário da Terra Santa* é de 1593; Padre Manuel Bernardes (1644-1710); e, finalmente, Filinto Elisio (1734-1819), poeta neoclássico, o autor “mais próximo” que entra no cânone de Aldrovando.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guas, não existem *deficiências*, mas sim *diferenças*. O legado do modelo sociolinguístico (LABOV, 1973), neste sentido, é bastante esclarecedor, ao propor que qualquer comunidade de fala comunga um sistema linguístico estruturalmente complexo, dotado de todas as potencialidades expressivas de que o grupo de falantes necessita. Neste ponto de vista, não há *uma* língua, mas um conjunto de usos (variedades de língua) sócio-historicamente determinados, perspectiva que valoriza o reconhecimento da coexistência de normas e, portanto, da *diversidade linguística*.

Se é verdade que a GN se utiliza deste maniqueísmo para cumprir uma função ideológica, como observa Marcos Bagno (2001: 22), valendo-se de suas definições de correto/incorreto como “um instrumento de legitimação das classes dominantes”, o combate contra esta investida ideológica que visa impor usos linguísticos alheios deve ter na *norma linguística real* o repertório de onde se torna possível separar o que, de fato, é característico de uma variedade linguística (do português brasileiro, por exemplo, ou do europeu, ou ainda pertencente ao português africano, ao asiático etc.) daquilo que representa uma mera *norma linguística ideal*.

Enfocando a importância da língua como característica de cultura, Monteiro Lobato põe em evidência as diferenças linguísticas, ao buscar explorar na narrativa os conflitos gerados pelas diferenças entre o PE e o PB, partindo sempre das situações cômicas em que o malgrado Aldrovando lhe serve como cobaia para a expressão de uma pormenorizada caricatura verbal do modelo do *magister-grammaticus*. Definitivamente Aldrovando, o brasileiro de fala lusa, não se entende com os seus conterrâneos tupiniquins. Falavam e não falavam a mesma língua.

Para compreendermos plenamente a maneira pela qual Lobato visa satirizar a figura do gramático, é necessário focalizar como se dá o uso da *caricatura* como técnica de produção literária na obra do contista brasileiro. Segundo Lia Cupertino Duarte, que estudou pormenorizadamente como o escritor taubateano se apropria do humor em sua obra, o recurso à caricatura é largamente utilizado por Monteiro Lobato. Segundo a autora,

Visto que a atitude humorística é desmistificadora por excelência, o perfil caricaturesco é a opção escolhida por Lobato como concepção de

uma considerável parcela de suas personagens. Para o autor, a caricatura, indissociada da sátira, é uma forma de punição, de assepsia social e moral, com grande poder de transformação [...] (DUARTE, 2007, p. 269).

Em *O colocador de pronomes*, a construção da personagem Aldrovando é desenhada plena de traços caricaturais. Estamos diante, entretanto, de um tipo de caricatura construída por meio de palavras, onde o processo dialógico da leitura ocorre numa dimensão diferente do que sucede com captação do sentido da imagem, isto é, com a caricatura visual. A personagem se constrói enquanto texto, resultando desta “costura” narrativa uma *caricatura verbal*. Como compreender, então, o delineamento destes traços? Neste jogo entre autor e leitor, para desvelar a tessitura lobatiana, é necessário observar cuidadosamente tanto a caracterização física (do personagem, das coisas à sua volta, do “meio” à maneira tainiana), mas, sobretudo, a linguagem da personagem. No conto em análise, para além das intervenções do narrador de 3ª pessoa, os discursos diretos dão o contorno definitivo da caricatura de Aldrovando. Se Lobato nos apresenta com detalhes os fatos biográficos do “mártir da gramática”, é na língua, na expressão de formas e ideias, que Aldrovando Cantagalo se revela plenamente ao leitor, através de seu vocabulário e de sua sintaxe de contornos tipicamente definidos por construções oriundas do PE.¹⁷

5. Concluindo: no meio do caminho tinha um mistério

O colocador de pronomes demarca, de um lado, um momento de amadurecimento das ideias linguísticas de Monteiro Lobato. A correspondência trocada pelo autor com Godofredo Rangel demonstra que os anos anteriores à redação de *Negrinha* foram uma época de crise intelectual para o autor, que buscava a forma adequada de abordar a questão da língua dentro da perspectiva da afirmação do Brasil como nação (do que decorre a abordagem reformadora da lín-

¹⁷ Para uma análise detalhada da características morfológicas e sintáticas da fala de Aldrovando (momento privilegiado em que Lobato materializa na narrativa as divergências entre as duas variedades), veja-se MARTINS (2008), *Em torno das ideias linguísticas presentes em O colocador de pronomes, de Monteiro Lobato*, disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slp04/07.pdf>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gua e da gramática que o autor busca propor com a produção do conto), ao mesmo tempo em que Lobato necessitava elaborar formalmente a sua própria expressão como literato. De outra parte, para além do seu valor literário inestimável, o conto funciona como um documento rico, plurissignificativo, para a compreensão do processo histórico de consolidação da língua literária brasileira, e, por conseguinte, da própria história do PB.

Primeira formulação consistente do pensamento linguístico do escritor, a narrativa nos deixa perceber em Lobato um profundo conhecedor da realidade linguística brasileira, com um faro apurado para a compreensão do comum e do diferente nas encruzilhadas da constituição histórica – nada lineares – entre PE e PB. Obra de um homem para lá de multifacetado: moderno, se não modernista; entusiasta do progresso; pensador das grandes questões culturais do país, da educação popular, pondo em primeiro plano a educação literária e linguística. Fez isso, inclusive, a um só tempo, sem ter de prescindir desta ou daquela abordagem da linguagem, postura que talvez mereça a atenção de alguns profissionais de Letras dos dias atuais que, assumindo posturas tendenciosas – para não dizer questionáveis – no ensino de língua e literaturas em português, pretendem ver estudo linguístico e estudo literário como uma querela neoapocalíptica entre Deus e Mefistófeles. Eis aí mais uma via de leitura, a conciliatória, que o texto nos abre.

Já que fiz aqui a apologia do trabalho interdisciplinar, termino com outro grande escritor, o poeta itabirano, sintomaticamente um dos autores representativos do Modernismo Brasileiro, movimento artístico que tanto lutou para a consolidação da língua brasileira, assim como o fez Monteiro Lobato, este último o autor marco-zero do movimento, como viria a reconhecer, mais tarde, Oswald de Andrade. Seja a última palavra, então, a de Drummond que, com seu verso singelo e potente, poetiza sobre a estranha diglossia que assola o usuário do PB:

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.

A linguagem
na superfície estrelada de letras,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.

O português são dois; o outro, mistério.

(ANDRADE, C. D. de. *Aula de português*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Aula de português*. In: _____. *Esquecer para lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ALBIEIRI, T. M. *Lobato: a cultura gramatical em “Emília no país da gramática”*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*; reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Introdução ao grego antigo*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases e-nunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1996.

DUARTE, Lia Cupertino. *Lobato humorista: a construção do humor nas obras infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo: Unesp, 2007.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- HERRERO, Jesus. *Miguel Torga poeta ibérico*. Lisboa: Arcádia, 1979.
- LABOV, William. The logic of non standard English. In: KEDDIE, N. (org.) *The myth of cultural deprivation*. Penguin, 1973.
- LOBATO, Monteiro. *Emília no país da gramática*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.
- _____. *A barca de Gleyre*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1950a.
- _____. Prefácio ao *Dialeto Caipira*. In: _____. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1950b.
- _____. O colocador de pronomes. In: _____. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português brasileiro. In: _____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, São Paulo: Parábola, 2004, p. 109-120.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa; introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.
- ORLANDI, Eni Picerni. A língua brasileira. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, 2005. p. 29-30.
- SILVA, Maurício. A gramática brasileira noventa e seis: uma história. *Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*. Ano 3, n. 4, 1º semestre de 2006.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

**CONSEQUÊNCIAS
(ORTO)GRÁFICAS E MORFOSSINTÁTICAS
DAS NOMINALIZAÇÕES EM PORTUGUÊS¹⁸**

José Mario Botelho (ABRAFIL e UERJ)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Em todos os estudos, relacionados à produtividade de certas regras de formação de palavras numa dada língua, observam-se dois distintos aspectos fundamentais: o escopo e a aplicação da regra em si, conforme ressalta Kastovsky (1986, p. 585). Também tem sido enfatizada a distinção entre condições de produtividade e condições de produção de uma determinada regra, como observou Basilio (1990, p. 3).

Contudo, observam-se nesses trabalhos sobre produtividade uma relativa preocupação com as consequências morfossintáticas dos produtos, decorrentes da aplicação de tais regras de formação de palavras (RFP), como se verifica em Basilio (1980), e nenhuma preocupação com as suas consequências gráficas, tão importantes no processo de ensino-aprendizagem da ortografia da língua.

Assim, o objetivo deste artigo é o de chamar a atenção para o problema e oferecer subsídios para eventuais pesquisadores sobre o tema e, mormente, para os profissionais de ensino da língua portuguesa.

Palavras-chave:

**Produtividade lexical. Condições de produção lexical.
Consequências morfossintáticas. Consequência ortográficas.**

INTRODUÇÃO

É muito comum observarmos nos estudos sobre produtividade de certas regras de formação de palavras numa determinada língua uma grande preocupação em torno do campo de ação e da aplicação das referidas regras.

De fato, esses dois aspectos de uma pesquisa sobre produtividade lexical fundamentam os seus estudos em si.

¹⁸ O presente artigo se refere à Aula-Conferência, apresentada no II SINEFIL (II Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Daí, a preocupação de Kastovsky (1986) em relação ao número e ao tipo de implicações impostas numa dada regra – escopo – e a frequência da aplicação atual da referida regra no desempenho medido em termos do número de formações atestadas.

Basilio (1990), por sua vez, além dessas preocupações, que se observam em Kastovsky (*Op. cit.*), também ressalta a necessidade de se distinguir condições de produtividade e condições de produção de cada regra de formação de palavras. Tal preocupação se prende ao fato de existirem fatores relacionados à causa e às consequências de certas formações.

Entretanto, a preocupação com as consequências gráficas e morfossintáticas da formação de palavras, mormente em relação à nominalização, não é a principal. Na verdade, embora tenha recebido a atenção de alguns estudiosos, como Basilio (1980, 1990, 2001 e 2006), Kastovsky (*Op. cit.*), Sandmann (1992), Rocha (1999), entre outros, o tema é secundário e não tem sido descrito de forma efetiva.

No que se refere às mudanças gráficas, como consequências inexoráveis do processo de formação da nova palavra, tão importante para o aprendizado de ortografia, o problema é ainda maior, já que nem ao menos recebe uma referência. De certo, o fato não desperta interesse aos estudiosos, pois se trata de uma temática específica ao ensino do uso escrito da língua, e sendo assim, quicá de menor valor científico.

No entanto, a temática não é exclusiva a essa área de estudo; é uma consequência da formação de palavras e, por conseguinte, deveria merecer mais atenção daqueles que teorizam sobre o tema.

Neste artigo, as consequências ortográficas e morfossintáticas das nominalizações em português serão trabalhadas, porém de forma sintética por questões óbvias.

Logo, não se pretende esgotar o tema neste breve artigo. Contudo, esperamos chamar a atenção para a necessidade de um estudo mais aprofundado do assunto.

Para isso, o texto será dividido, praticamente, em duas partes: na primeira, uma sintética apresentação de aspectos teóricos fundamentais, em que trataremos da formação de palavras, das funções das

formações e da produtividade lexical; depois, uma parte mais específica, embora sintética, na qual trataremos da nominalização e as suas consequências ortográficas e sintáticas.

Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

1. Sobre a formação de palavras

Convém ressaltar, primeiramente, que a Morfologia Lexical é aquela que tem como objeto de estudo o léxico: os elementos estruturais da palavra, seus processos de formação e, em parte, a classificação das palavras.

Assim, como ressaltou Botelho (2005, p. 19), o processo denominado “derivação” é uma das preocupações da Morfologia Lexical, que se trata de um elemento da competência lexical de todos os usuários de uma dada língua, conforme observou Sandmann,

...interessa-nos saber como o falante-ouvinte ou escrevente-leitor entende as palavras, sua estrutura ou constituição, seu relacionamento semântico-formal com outras unidades lexicais que integram o estoque ou léxico da língua. (SANDMANN, 1992, p. 12)

Assim o é que, no referido trabalho, o autor demonstra interesse pelo modo como falantes e escreventes formam as unidades léxicas novas aceitáveis e evitam as inaceitáveis.

Kastovsky (*Op. cit.*) já ressaltara anteriormente que o importante mesmo não é a produtividade de um padrão morfológico global, mas de um tipo de variação semântica com um padrão morfológico.

Finally, one should not talk of productivity of a global morphological pattern, but rather of the various semantic types within a morphological pattern such as agent nouns, instrumental nouns, locative nouns in -er, etc. (KASTOVSKY, 1986, p. 585)

E ao finalizar o artigo, o autor volta a falar sobre isso, observando que “não se pode falar sobre a produtividade de um ‘modelo morfológico’ como um todo, mas sobre a produtividade de um ‘tipo morfossemântico’” (KASTOVSKY, *op. cit.*, p. 596-7. Trad. nossa).

Contudo, convém lembrar que para que uma palavra exista, basta que seja usada por um falante, pois só é usada aquela palavra

possível (virtual) na língua em referência, formando ou não um neologismo¹⁹. Exatamente porque o usuário aplica consciente ou inconscientemente uma dada regra de formação de palavra (RFP) (Cf. BASILIO, 1980).

Kastovsky observa que o neologismo pode ser rejeitado, mesmo seguindo a um modelo produtivo, porquanto o item lexical é uma unidade linguística que faz parte de um estoque definido; o que não existe nele, não existe.

*Neologisms will invariably be checked against the existing inventory of lexical items and may be rejected if they do not answer an immediately obvious need. This is probably the case with the example quoted in the beginning (*electronize). Inversely, neologisms are normally not produced when the language already possesses an established equivalent lexical item. (Id. ibid., p. 593)*

Para Basilio (1980, p. 49) a competência lexical se relaciona a dois aspectos particulares, porém complementares: as regras de formação de palavras (RFPs) e as regras de análise estrutural (RAEs). Uma vez internalizadas as RFPs, qualquer usuário normal se torna competente para a formação de novas palavras. Ao mesmo tempo em que se torna capaz de formar novas palavras aceitáveis, torna-se capaz de reconhecer formas aceitáveis na sua língua.

É conveniente lembrar que existem à disposição dos usuários três recursos, de que a língua portuguesa se serve para a ampliação do seu léxico: o empréstimo de línguas estrangeiras, a criação sem qualquer motivação morfológica e a criação a partir de outra(s) forma(s) preexistentes.

A ampliação do léxico a partir da utilização de palavras de outra língua – empréstimos linguísticos – é um processo secundário e de pouco interesse para este trabalho. Também a ampliação a partir da combinação de fonemas, sem que se leve em consideração um elemento morfológico já existente também é secundário e não será enfatizado neste artigo.

¹⁹ Aqui, entendido como uma formação não dicionarizada (nova ou uma nova acepção de uma forma antiga) ou não reconhecida como uma palavra do vocabulário padrão-culto da língua.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Já a ampliação a partir de uma forma já existente na língua, receberá a nossa atenção, não só porque se trata do principal recurso de ampliação do léxico do português, mas porque vai ao encontro do tema desta incipiente pesquisa.

Praticamente são dois os processos de formação de palavras a partir de formas preexistentes em português: a derivação e a composição, se deixarmos de lado a metáfora e a metonímia e a conversão.

Como a temática deste texto gira em torno da nominalização, que se insere no estudo de derivação sufixal, os demais tipos de derivação e os de composição serão também deixados de lado, em virtude da natureza do presente trabalho.

Logo, tomemos a derivação sufixal, que é o recurso principal de ampliação do léxico do português, como um processo que se caracteriza por ter um sufixo, acrescido a uma base.

Esse processo de formação de novas palavras, que é muito simples, se dá com muita frequência no uso normal da língua. O usuário comum se utiliza constantemente desse artifício na formação dos enunciados, sem se dá conta dessa sua competência que é imamente a todos os seres humanos normais, que introjetam as RFPs no seu dia-a-dia.

Quase sempre fazemos uso automático das palavras, sem parar muito para pensar nelas. E não nos damos conta de que muitas vezes estas unidades com que formamos enunciados não estavam disponíveis para uso e foram formadas por nós mesmos, exatamente na hora em que a necessidade apareceu. (BASILIO, 1990, p. 5)

Como se pode ver, a autora praticamente anuncia duas das características da derivação, o caráter fortuito e o caráter aberto do referido processo de formação lexical.

Mas adiante Basilio faz referências a um mistério com a pergunta: “Por que formamos palavras?”. Na tentativa de responder, a autora retoma a ideia de que a formação de novas palavras tem a ver com a necessidade da mudança de classe na formação de enunciados. Isso porque temos a necessidade de “utilizar o significado de uma palavra já existente num contexto que requer uma classe gramatical diferente” (BASILIO, *op. cit.*, p. 7-8).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Basilio respeita a referida ideia, lembrando-nos de que ela tem sido muito difundida pelas Gramáticas Tradicionais e por teorias renomadas como o Estruturalismo e o Gerativismo-Transformacional, mas em seguida apresenta elementos que reascendem a dúvida: "Mas a mudança de classe não responde suficientemente a pergunta do porquê da formação de palavras, já que temos muitos processos de formação que não mudam a classe de palavras" (*Idibidem*, p. 8)

Para ilustrar, ela apresenta o caso de palavras formadas por prefixação, que não mudam de classe. Há, nesse caso, um acréscimo semântico, o qual deve ser o real objetivo de quem faz uso desse processo de formação.

Depois, chega à conclusão, a qual corroboramos, de que formamos novas palavras a partir de uma base acrescida de um afixo para economizar a nossa memória e tornar a retenção da relação significado-significante mais prática e simples.

Assim, a razão básica de formarmos palavras é a de que seria muito difícil para nossa memória – além de pouco prático – captar e guardar formas diferentes para cada necessidade que nós temos de usar palavras em diferentes contextos e situações. (*Id. ibid.*, p. 10)

2. Funções da formação de palavras

Apesar de ser, muito provavelmente, a razão básica de formarmos palavras a partir de uma base preexistente o fato de tal prática facilitar o trabalho da nossa memória, como afirma Basílio (*Ibidem*, p. 10), não podemos ignorar a importância das funções semântica, discursiva e sintática nos processos de formação de palavras.

A função semântica ou denominadora diz respeito à significação dos elementos formadores e à realidade do objeto ou referente, o qual a nova forma denomina. Assim, a significação que veicula nos vários afixos da língua portuguesa, por exemplo, que estão à disposição de seus usuários, será de grande importância no estabelecimento da palavra que será formada para denominar uma nova realidade.

Convém ressaltar que, embora tenhamos regras regulares de formação de palavras, não se podem estabelecer generalizações rígidas acerca da função semântica, uma vez que a imprevisibilidade nos resultados é uma realidade (Ex.: “carrão”, em “O meu fusca é um

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

carrão!”, não é exatamente um carro grande à semelhança de “orelhão”, “narigão”, “livrão”, etc.; ou o fato de existir a forma “limpeza” não deve nos fazer pensar em outros verbos com o acréscimo de “-eza”).

A função discursiva diz respeito aos aspectos do enunciado, que pode ser de atitude subjetiva ou textual. A função de atitude subjetiva normalmente se faz presente juntamente com a função semântica. Relaciona-se a palavras ou a formações pejorativas. Há, na língua portuguesa, um bom número de afixos que servem à pejoração, como é o caso de sufixos aumentativos e diminutivos, “-eiro”, “-ice”, “-udo”, entre outros tantos.

A função textual em muitos casos se apresenta com a função sintática. Relaciona-se normalmente a nominalizações, que têm função sintática. Em síntese, a função textual tem a ver com a estruturação do texto, que pode ser formal ou coloquial.

A função sintática, por fim, diz respeito à adequação estrutural, isto é, refere-se à colocação e todos os atributos sintáticos de uma dada forma na frase. Assim, o comportamento de uma nominalização, por exemplo, será diferente da forma verbal que a originou, e provocará, por conseguinte, um novo comportamento das formas periféricas a ela relacionadas.

É muito comum a estrutura com uma forma verbal e seus complementos e complementações nas frases da linguagem coloquial, enquanto a nominalização daquela forma verbal é mais comum de ser encontrada nas frases da linguagem acadêmica ou formal.

3. *Sobre produtividade lexical*

Neste item, pretendemos apresentar um breve estudo sobre produtividade de regras de formação de novas palavras e não de regras de formação de novas formas.

Logo, não trataremos de produtividade de regras sintáticas e nem traçaremos uma comparação entre os fenômenos de derivação e de flexão como é comum nos estudos sobre produtividade lexical.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em estudos sobre o léxico de uma dada língua, o conceito de “produtividade” tem, de fato, uma importância capital.

Começemos por definir o termo como sendo “a possibilidade de certa regra em formar novas palavras numa dada língua”, em conformidade com a definição de Aranoff (1976).

O termo “palavra”²⁰ aqui se distingue do termo “forma”, do mesmo modo como o fez Matthews (*Apud* BOTELHO, *op. cit.*, p. 60-3).

Assim, excluem-se as formas em que se verifica um tipo de transgressão à regra – formas impossíveis (Ex.: *bonitação, *expulsez); ou de acordo com a regra, mas rejeitada (Ex.: *ensinador, *elegeção); ou qualquer outro tipo de problema em relação à produtividade da regra (Ex.: *retratizar, *enriquecidade, *dizente).

Também não podemos deixar de observar que há muitas palavras que adormecem no léxico da língua – arcaísmos –, mas que podem voltar a ser usadas a qualquer momento, como ocorre não raramente. Há outras antigas que não são arroladas em dicionários por um motivo ou outro e as que realmente são formadas por necessidade num dado enunciado – neologismos.

Daí, a dificuldade que temos em definir que palavras existem de fato.

Logo, o conceito de produtividade está relacionado aos conceitos de restrição e bloqueio (Cf. ARANOFF, 1976), que serão estudados a seguir, em “condições de produtividade e condições de produção”.

Na verdade, é muito comum encontrarmos propostas que se fundamentam nos dicionários na delimitação da produtividade de uma regra, o que reflete uma confusão entre os níveis de produtividade e produção, como bem observou Basilio (1990).

Convém atentar para o fato de que produtividade de uma regra também se refere à frequência de sua aplicação. Aliás, como afirma Kastovsky (*Op. cit.*, p. 593), “é a frequência da regra de apli-

²⁰ Trata-se da palavra semântica ou lexema, como concebe Matthews (1974).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cação que normalmente chamamos de produtividade – e tendemos a esquecer que este conceito se refere tanto à competência quanto à execução ao mesmo tempo” (Tradução livre.).

Corbin (1984) introduz o conceito de “disponibilidade”, visando distinguir produtividade e frequência. Para ele, disponibilidade, que é um conceito pertencente à competência lexical, refere-se à possibilidade de utilização pelo usuário de uma dada regra de formação, independente de a forma resultante ser ou não ser atestada. Nesse caso, formas inexistentes por conta de bloqueio estariam à disposição dos usuários, apesar de não serem atestadas. De certo, o conceito de bloqueio fica abalado, se considerarmos pertinente tal asserção de Corbin.

A par do conceito de produtividade tem-se, também, o de improdutividade, que se refere àquela regra, a partir da qual não mais se forma uma nova palavra, como é o caso de “casebre” e “engraxate”. Sabemos que são formas derivadas de “casa” e de “graxa”, respectivamente, porque se enquadram numa RAE: aquela {[X]_N ebre}_N e esta, {en [X]_N ate}_N.

Em síntese, não é o fato de existir uma série de formas lexicais de uma mesma regra que define a sua produtividade, mas sim a frequência de sua atuação, como se pode depreender da seguinte observação: “Nem sempre um conjunto de construções lexicais corresponde a uma regra produtiva e quase nunca podemos atestar o conjunto concreto de palavras que corresponderia a uma regra produtiva”. (*Idem*, 1990, p. 2)

Sendo assim, no que se refere à probabilidade de ocorrência, convém se falar em graus de produtividade, como sugere Basílio mais adiante, lembrando-nos de que, na literatura sobre a formação de palavras, frequentemente se adotam o estabelecimento de graus de produtividade das RFPs e a ideia de produtividade em termos de graduação e não em termos absolutos.

Contudo, em termos de competência lexical, para ela, “é irrelevante a questão dos graus de produtividade”, pois há ou não há a possibilidade de uma nova formação a partir de uma regra.

Em consequência disso, sugere distinguir tais níveis com a distinção entre “condições de produtividade” e “condições de produção”.

4. Condições de produtividade e condições de produção

Tenhamos em mente, *a priori*, que “as condições de produtividade de uma regra devem ser distintas das condições de produção, que dependem de fatores de ordem pragmática, discursiva e paradigmática” (BASILIO, 1990, p. 3). As condições de produtividade de uma regra se referem ao seu potencial de formação de palavras, o qual é determinado pelas especificações e restrições sobre as bases com que a referida regra opera.

Assim, dizemos tão-simplesmente que certa regra opera com essa ou aquela base e não, que ela é mais ou menos produtiva com tal base do que com outra. Portanto, não se deve confundir as condições de produtividade de uma regra com o grau de frequência de aplicação dessa regra com um determinado tipo de base.

Também não devemos confundir as noções de especificação e de restrição com a noção de bloqueio, que está para as condições de produção. No estabelecimento de uma RFP, observa-se a especificidade em relação à base com que a RFP pode operar, podendo ocorrer restrições na utilização da referida base, mormente quando mais de uma base pode servir a um mesmo afixo ou quando uma única base pode ocorrer com mais de um afixo.

Em termos práticos, consideremos os sufixos “-ção”, “-mento”, “-(i)dade” e “-agem”, formadores de nomes substantivos. Os dois primeiros só operam com uma base verbal ($\{[X]_V \text{ção}\}$ ou $\{X\}_V$ mento): “fixação, medicamento”); o terceiro, com uma base adjetiva ($\{[X]_{Adj} \text{idade}\}$): “realidade”) e o último, com uma base verbal ou nominal ($\{[X]_V \text{agem}\}$ ou $\{[X]_N \text{agem}\}$): “lavagem, selvagem”). A noção de especificação se refere à seleção da base; a noção de restrição, à seleção de uma base em detrimento da outra, o que cria as duas regras com a base verbal e os sufixos diferentes e as duas regras com as bases diferentes e o mesmo sufixo.

Sandmann (*Op. cit.*, p. 65), para ilustrar as restrições, que afetam a produtividade de determinados modelos de formação de pala-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bras, observa que não encontrou nenhum verbo com a anteposição do prefixo “anti-”, que só ocorre com base adjetiva (Ex.: anticorrosivo) e substantivos (Ex.: anti-herói).

Quanto ao bloqueio, que se caracteriza pelo fato de uma determinada regra deixar de produzir certa palavra por já existir outra atestada, aceita e de uso efetivo, podemos dizer que é um elemento caracterizador das condições de produção.

Somos da opinião, a bem dizer, de que não há conveniência de se acreditar na existência do bloqueio absoluto, uma vez que uma palavra não deixa de ser formada tão-simplesmente por já existir outra em uso. Ao lado de “medicamento”, “visita”, “justiça”, “aceitado”, por exemplo, temos “medicação”, “visitação”, “justeza” e “aceito”. Também temos a palavra “estacionamento”, que designa o ato de estacionar e o local onde se estaciona. Como, por exemplo, se justificaria o fato de qualquer usuário proficiente da língua portuguesa recusar, ou ao menos estranhar, a forma “*empobrecidade”, cuja ocorrência é provável? Pelo fato de já existir “empobrecimento”? E a ocorrência comuníssima de “suprimentista” (ao lado de “supridor”) entre os militares?

De certo, o fenômeno relacionado ao impedimento da existência de uma determinada forma não é exatamente o de bloqueio, mas o de um alto grau de restrição causado por fatores de ordem pragmática ou discursiva, i. é, um “obstáculo à veiculação da forma nova”, que pode vir a ser aceita.

Sobre a ocorrência de um neologismo, Kastovsky (*Op. cit.*, p. 595) afirma que “o modelo de formação de palavras só será ativado se uma designação é requerida”. Daí, soarem os neologismos sem uma referência plausível como desviantes (Ex.: “*dogburger”, “*radshade”, em inglês, ou “*bebemorar” e “namorido” em português), mas não devem ser considerados inaceitáveis, apesar de serem pouco usados.

Destarte, corroboramos aquela proposta de Corbin (*Op. cit.*), referente à noção de disponibilidade e reiteramos a ideia de que “formas inexistentes por conta de bloqueio estariam à disposição dos usuários, apesar de não serem atestadas” e fazemos nossas, as palavras de Matthews:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Há, pois, uma falta de regularidade (para falar bem cruamente) em quaisquer possíveis séries de paradigmas: *salute*, mas não *salution*, *elocution*, mas não *elocute*, *function*, mas não *funct*, e assim por diante. Essas lacunas não são predizíveis por regras gerais. (MATTHEWS *apud* SANDMANN, *op. cit.*, p. 66)

5. Nominalização e a questão sintática

Primeiramente, vale ressaltar que “enquanto os transformacionistas atribuem a formação de palavras a transformações sintáticas, os lexicólogos (ou lexicalistas) atribuem ao léxico” (KAS-TOVSKY, *op. cit.*, p. 589. Tradução livre). Por conseguinte, convém refletir sobre a possibilidade de a nominalização, como um resultado do processo de formação de uma nova palavra por meio de sufixação, ser de natureza puramente sintática ou se há questões sintáticas em torno dela.

Já afirmamos que a nominalização se relaciona com a função textual, que, em muitos casos se apresenta com a função sintática, uma vez que a nominalização tem função sintática, e que a função textual se refere à estruturação do texto, que pode ser formal ou coloquial.

Como a função sintática reflete uma adequação estrutural, o comportamento sintático de uma forma nominalizada sempre será diferente da forma verbal que a originou, provocando, em consequência disso, um novo comportamento das formas periféricas a ela relacionadas. Assim, a nominalização de "admitir" em: "Pretendo admitir jovens inexperientes." (Pretendo promover a admissão de jovens inexperientes.)

Tal fato tem uma importância fundamental no processo ensino-aprendizagem da linguagem escrita. Mormente, se considerarmos as influências da modalidade oral sobre a prática da escrita, num primeiro momento, e as da modalidade escrita sobre a prática da oralidade, num segundo momento.

Também já afirmamos anteriormente que estruturas com uma forma verbal e seus complementos e complementações ocorrem com frequência nas frases da linguagem coloquial, e que nominalizações são comumente encontradas nas frases da linguagem formal. Portan-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to, interessam e muito ao professor de língua portuguesa, preocupado em levar o seu aluno a ser proficiente na escrita, as questões sintáticas que se instauram em torno da nominalização.

Sem desprezar os estudos sobre mudança categorial, que está presente na nominalização, como sendo a transformação, sobretudo, de uma forma verbal em uma forma nominal²¹ – forma deverbal –, com o aproveitamento semântico da forma verbal base, vamos enfatizar as conseqüências dessa transformação.

De certo, o fato de o falante fazer uso de uma forma deverbal, para aproveitar um signo linguístico existente numa base semântica e morfológica de outra classe – nesse caso, um verbo –, caracteriza uma função de natureza semântica, mas também caracteriza uma função de natureza sintática.

Tal função gramatical pode gerar uma série de transformações na estrutura frasal, que exigirá do usuário uma competência linguística. Deverá ele aplicar certas regras de concordância, de regência e de colocação, cujos conhecimento e domínio deverão ser impostos.

(01) *Eleger* esse pseudodemocrata foi um caos!

(02) *Expelir* gases tóxicos é a sua principal função.

(03) Quando o Senhor vai *conceder*-me uma bolsa de estudos?

(04) Não vejo a hora de você *chegar*!

(01a) A *eleição* desse pseudodemocrata foi um caos!

(02a) A *expulsão* de gases tóxicos é a sua principal função.

(03a) Quando o Senhor vai fazer a *concessão* de uma bolsa de estudos para mim?

(04a) Não vejo a hora da sua *chegada*!

²¹ Neste trabalho, adotaremos tal concepção tradicional, por conveniência temática. Não desprezamos a concepção exposta por Basílio, que corrobora a de Chomsky e a de Jakendoff, que veem o fenômeno como uma relação paradigmática entre verbos e nomes no léxico (BASÍLIO, 1980, p. 73).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nas frases (01) e (02), o verbo, que é transitivo direto, exige um complemento sem preposição necessária; em (03), que é transitivo direto e indireto, o verbo exige um complemento sem preposição necessária e outro em forma de pronome oblíquo átono; e em (04), o verbo é intransitivo.

Percebemos que nas frases (01) e (02) a oração subordinada reduzida de infinitivo, a qual é o sujeito da oração complexa, apresenta-se com o sujeito indeterminado, o que tornou a transformação menos complicada, já que o complemento direto do verbo passou a complemento do nome. Logo, bastou inserir a preposição exigida pelo nome deverbal.

No terceiro exemplo, porém, em que figura um sujeito da forma verbal de infinitivo – parte da locução verbal (“ir conceder”) e um complemento indireto (em forma de pronome oblíquo átono), uma pequena complicação se instaura: além do surgimento de uma nova locução verbal (“ir fazer”) e o complemento direto do verbo passar a complemento do nome deverbal com a preposição exigida por ele, também o complemento indireto sofreu alteração: inseriu-se uma preposição que exigiu uma forma tônica do pronome, e passou a exercer uma função sintática de adjunto adverbial de finalidade.

No último caso, a complicação também é maior: o sujeito (pronome pessoal de tratamento) do infinitivo intransitivo, da oração subordinada restritiva (ou adjetiva justaposta), passa a adjunto adnominal (pronome possessivo) ao nome deverbal, que se antepõe de uma preposição exigida pelo núcleo “hora”, ao qual serve de adjunto adnominal.

Tais alterações sintáticas, que se estabelecem com a nominalização, são deveras interessantes não só para os teóricos transformacionistas, estruturalistas, lexicalistas e outros, mas também, e, sobretudo, para o professor de língua portuguesa, que tem a partir desse estudo um bom motivo para não se sentir um professor de gramatiquices.

Limitamos ao estudo dos deverbais, mas poderíamos estendê-lo às formas substantivas, originadas de bases adjetivas, que também se nos mostra muito interessante.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Corroboramos, portanto, a observação de Basilio (2001, p. 73), que dá “ao nome geral de ‘nominalização’ ao conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos”.

Estamos de acordo também quando chama a atenção para a complexidade desse tipo de formação de palavras, em relação à função, visto que a nominalização por vezes apresenta funções múltiplas simultâneas.

O exemplo (9a), que a autora apresenta (“O Governo queria que a economia crescesse a qualquer custo.” / “O Governo queria o crescimento da economia a qualquer custo.”), além de ilustrar e reiterar esta nossa descrição, mostra que o fenômeno se dá também com formas verbais desenvolvidas e não tão-somente com formas verbais de infinitivo, como poderia parecer aos nossos leitores.

6. Nominalização e a questão ortográfica

Não menos interessante que as consequências morfossintáticas para o mister do professor de língua materna são as consequências ortográficas da nominalização.

Tomemos, como *corpus*, os mesmos exemplos do item anterior. Sem nos atermos à etimologia das palavras²², de modo que possamos descrever sincronicamente as formas contrastivas verbo-substantivo, observemos as seguintes alterações gráficas nelas: “eleger” passa a “eleição”; “expelir”, a “expulsão”; “conceder”, a “concessão”; e “chegar”, a “chegada”,

São flagrantes as diferenças que existem entre as formas. Contudo, tais alterações são paradigmáticas na língua, porquanto se podem arrolar uma série de forma que compõem tal paradigma de alterações ortográficas. Verbos, cujo radical do infinitivo termina em “-ced-”, apresentam derivados com a forma “-cess-” (Ex.: “ceder –

²² De certo, num estudo de gramática histórica do português, teríamos formas de etimologias diferentes para os referidos pares: em “eleger” (< *eligere*) e “eleição” (< *electione*); “expellir” (< *expellere*) e “expulsão” (< *expulsione*); “conceder” (< *concedere*) e “concessão” (< *concessio-ne*) e “chegada” (de “chegar” + “-da”).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cessão”; “conceder – concessão”; “exceder – excessivo”; “proceder – processo”); depois de ditongo, representa-se o fonema /s/ com “c ou ç” (Ex.: “eleição”, “louça”, “foice”, “fauce”); usa-se “s” em nomes derivados de verbos, cujo infinitivo apresenta radical em “-pel-” (Ex.: “expelir – expulsão, expulso”; “impelir – impulso”; “repelir – repulsivo, repulsor”); o sufixo “-da” acresce-se a verbos ergativos (Ex.: “ida”; “corrida”; “chegada”); e outras tantas regras para o uso de “s ou z ou x”; “x ou ch”; “s, ss, c, ç”; “j ou g”; “e ou i”; e “o ou u”.

Cabe ao professor observar tais quadros paradigmáticos, que compõem alguns compêndios gramaticais e analisar junto aos seus alunos, tornando-os, assim, capazes de redigir um texto com o mínimo de incorreções ortográficas possíveis. Principalmente, neste momento de adaptação das poucas novas regras ortográficas. Aliás, o texto do Acordo Ortográfico de 1990, embora humilde, arrola alguns casos de uso dos grafemas.

Em relação à nominalização, que sempre provoca alterações gráficas na forma base que são refletidas na forma resultante, o conhecimento de tais regras ortográficas se faz necessário.

7. Considerações finais

Ao término deste artigo, esperamos ter esclarecido alguns problemas, relacionados à formação de palavras por meio de afixos e alertado para outros, que, por ventura, foram aqui levantados e não receberam os esclarecimentos pertinentes e satisfatórios.

Esperamos ter, sobretudo, refletido sobre as consequências ortográficas e morfossintáticas da nominalização, que constitui um processo de derivação sufixal produtivo, as quais devem ser uma preocupação de todos que se propõem ao ensino de língua materna.

Certamente, não se pretendeu esgotar nesta breve pesquisa, por motivos óbvios, tal assunto, que se nos apresenta como um campo fértil de estudos, em virtude dos muitos aspectos que o envolvem. Logo, muito ainda se pode pesquisar acerca dele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANOFF, M. *Word Formation in Generative Grammar*. L. I Monograph I. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press, 1976.

BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

———. *Teoria lexical*. 7. ed. São Paulo, 2001.

———. Produtividade e Função do Processo de Formação de Palavras no Português Falado. In: *IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*. Campinas: Unicamp, 1990.

———. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo em português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2005.

CORBIN, D. La Forme et le sens: explorations des relations derivationnelles em français. *Quaderni di Semantica*, v. V, n. 1, 1984. p. 58-69. (Cópia xerográfica)

JAKENDOFF, R. Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language* 51. 1975. p. 639-71. (Cópia xerográfica)

KASTOVSKY, Dieter. The problem of productivity in word formation. *Linguistics*, N. 24. 1986. p. 585-600. (Cópia xerográfica)

MATTHEWS, P. H. *Morphology: an Introduction to the Theory of Word structure*. Cambridge: CUP, 1974.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Minho: Livros Horizontes, 1973. v. I, II e III.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

NOVA ORTOGRAFIA OFICIAL. Lei n° 5.765, de 18 de dezembro de 1971. São Paulo: Formar, 1972.

PROJETO DA ORTOGRAFIA UNIFICADA DA LÍNGUA PORTUGUESA (1990). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1990.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ROCHA, Luiz Carlos. *Estruturas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SANDMANN, Antônio. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a língua portuguesa).

LÉXICO E CONHECIMENTO DE MUNDO

Tania Maria Nunes de Lima Câmara (UERJ / UNISUAM)
taniamnlc@gmail.com

RESUMO

Numa perspectiva cognitivo-representativa, o léxico constitui a codificação da realidade extralinguística interiorizada de uma comunidade linguística. Quanto maior for o domínio lexical do usuário, maior será sua capacidade de interação com o outro. Considerados os diferentes níveis de uma língua, o lexical apresenta-se, sem dúvida, como a porta mais aberta na relação entre as várias culturas existentes, sem que tal intercâmbio traga qualquer prejuízo para as línguas em constante inter-relação. Nesse aspecto, destaca-se o papel dos estrangeirismos e dos empréstimos linguísticos como determinantes da ampliação do universo das palavras em uso. Dentro, pois, de uma perspectiva comunicativa, o conjunto de palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística interagem é fator determinante para a produção de sentido. Assim, a leitura de um texto passa, entre outros aspectos envolvidos, pelo conhecimento lexical, que, por sua vez, remete à leitura e ao conhecimento do mundo exterior. Destaca-se, nesse aspecto, o papel da intertextualidade, recurso empregado com frequência pelos autores e cumpridor de papéis diversos, entre os quais o resgate histórico-cultural de costumes e práticas sociais, mais ou menos, recentes. O léxico apresenta-se, ainda hoje, como um campo de estudo profícuo, além de extremamente necessário, dada a importância que possui. Desse modo, deve o professor, nos diferentes níveis de ensino, mostrar ao aluno a importância do léxico, em função das intenções comunicativas.

Palavras-chave: Léxico. Realidade extralinguística. Frequência

A presente comunicação, como expõe o título, tem a finalidade de relacionar o conhecimento lexical e as informações advindas do mundo exterior. Por extensão, estando meu interesse de pesquisa focado na área de ensino, tenciono refletir acerca de questões relativas à leitura, levantando algumas dificuldades frequentes nessa atividade, as quais podem acarretar, para o aluno, problemas de compreensão e, conseqüentemente, de atribuição de sentido ao texto que lhe for apresentado.

Segundo o dicionário Houaiss (2001, s.v.), entende-se por léxico "...o repertório total de palavras existentes numa determinada língua...". Em Câmara Jr. ([s.d.], s.v.), "... como sinônimo de vocabulário, o conjunto de vocábulos de que dispõe uma língua dada". Ain-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

da segundo Câmara Jr., o léxico “... é a série dos semantemas da língua, vistos através da sua integração em palavras...”; um sistema aberto “...com um número de elementos indefinido. Por isso, é no léxico que se verifica amplamente a mudança ...”.

De acordo com Cunha (1997, p. 393), no Brasil ainda são bastante reduzidos os estudos lexicais; faltam-nos trabalhos que coloquem o léxico da língua portuguesa no lugar de destaque que ele merece estar. Não apenas dicionários de grande porte fazem-se necessários; igualmente importantes são os glossários de termos encontrados em determinado autor contemporâneo ou não (sirva de exemplo a obra *O Léxico de Guimarães Rosa*, de Nilce Sant’Anna Martins), bem como glossários dos africanismos presentes na língua portuguesa, da influência de outras línguas de cultura, além do inglês e do francês, dos vocábulos específicos de diferentes formas de arte, campos científicos, atividades profissionais, por exemplo.

Para Mario Vilela (1995, p. 13),

O léxico e, numa perspectiva cognitivo-representativa, a codificação da realidade extralinguística interiorizada no saber de uma dada comunidade linguística. Ou, numa perspectiva comunicativa, é o conjunto das palavras por meio das quais os membros de ma comunidade linguística comunicam entre si.

Unindo as duas pontas do cordão conceitual de Vilela – a realidade extralinguística e a interação social –, é correto afirmar tratar-se “...sempre da codificação de um saber partilhado...” (*idem*), na prática, em maior ou menor grau, entre os indivíduos que têm na competência linguística um traço comum.

Desse modo, o léxico encerra a codificação de um saber partilhado e mundo, levando-se em conta tanto a representação a realidade extralinguística, quanto à comunicação que se estabelece entre os membros de uma comunidade linguística, com o uso das palavras que dela fazem parte.

Portanto, o conhecimento lexical constitui uma das etapas para que possa efetivamente ocorrer a comunicação entre os indivíduos, especialmente quando se trata e uma área específica do conhecimento, o que, por sua vez, não afasta essa necessidade em comunicações mais cotidianas, envolvendo o contato com gêneros textuais pertencentes a outros domínios discursivos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Trataremos aqui de alguns casos que refletem diretamente o binômio léxico-mundo, a partir de dificuldades de compreensão de textos observadas em alunos do Ensino Médio e de alguns cursos de graduação. Desse modo, delimitamos nossas considerações a situações que envolvem o uso de neologismos, de arcaísmo, de gíria, de intertextualidade e um recurso que estamos denominando, por ora, “sinonímia circunstancial”, até encontrarmos um nome melhor.

As rápidas mudanças que ocorrem em todos os setores da vida contemporânea tornam um grande desafio conseguir acompanhá-las, estar a par de tudo quanto se passa. Do mesmo modo, não conseguir acompanhar esse ritmo significa desconhecer as informações mais recentes e, por isso, ficar à margem do mundo. A língua, espelho da cultura, reflete, pelo uso que dela fazem os falantes, essas novidades, muitas vezes criando novas palavras e abandonando outras. A mudança de costumes sociais, as novas invenções, os avanços tecnológicos implicam alterações no vocabulário, fazendo surgir os rótulos “neologismo” e “arcaísmo”, que remetem, respectivamente, às ideias e “novidade” e “envelhecimento”.

Numa atitude preconceituosa, antigos gramáticos apresentavam o neologismo como vício de linguagem, uma vez que consideravam a língua algo pronto e acabado no qual não se podia mexer, defendendo o que se pode chamar de imobilidade vocabular. Ao lado da estagnação, uma língua que assim se comportasse perderia sua função social, na medida em que se apartaria da sociedade que representa, imobilizando-se. A busca constante do novo é traço característico do ser humano, o que determina as descobertas, as invenções que precisam ser devidamente “batizadas”, daí a existência natural do neologismo.

Como exemplo do emprego de neologismos, consideremos a seguinte passagem:

Antitucanês Reloaded, a Missão! Continuo com a minha heroica e mesopotâmica campanha Morte ao Tucanês. Acabo de receber mais um exemplo irado de antitucanês. É que em Juazeiro, Ceará, tem uma churrascaria chamada Pau do Guarda. Botaram o pinto do guarda no espeto (...)

Mais direto impossível. Viva o antitucanês. Viva o Brasil!

E atenção! Cartilha do Lula. O Orélio do Lula. Mais um verbete pro

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

óbvio lulante. “Evangélica”: companheira que se converteu em Angélica.
O lulês é mais fácil que o inglês...

(José Simão. *Folha de São Paulo*, 18/08/09)

O trecho acima, cujo autor é conhecido por seu humor cáustico, coloca o leitor frente a três criações neológicas: “tucanês”, “anti-tucanês” e “lulês”, bem como à ampliação de sentido do adjetivo “mesopotâmica”.

O vocábulo “tucanês” tem na política a base de seu significado: remete ao Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), cujo símbolo é um tucano. É preciso, pois, considerar o contexto político brasileiro que motivou o aparecimento do vocábulo em questão. Por esse partido, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se e reelegeu-se Presidente do Brasil (1994-2001). Durante seu duplo mandato, a imprensa constantemente criticava a maneira rebuscada e até mesmo eufêmica como eram passadas as informações ao público em geral pela equipe do governo, pelos ministros e burocratas do segundo escalão. Eram construções com um vocabulário, ao mesmo tempo, erudito, pouco claro e redutor de impactos negativos. Sejam os exemplos a seguir, extraídos, na época, de jornais de grande circulação no Rio de Janeiro e em São Paulo: “redução compulsiva do consumo de energia elétrica”: corte de energia; “retracionismo na empregabilidade”: desemprego.

Tal procedimento desencadeou em José Simão o desejo de combater essa variação linguística diafásica, que diariamente se estampava na imprensa falada e escrita. Aquela forma característica de os tucanos (denominação dada pela imprensa aos membros do PSDB) se expressarem, aquela “língua” própria foi denominada “tucanês” por Simão. A formação do vocábulo deu-se por analogia a outros idiomas conhecidos: português, inglês, francês, por exemplo.

Percebe-se, assim, que o desconhecimento do contexto histórico que subjaz o ermo “tucanês” pode gerar dificuldade na atribuição de sentido ao texto, o que acaba por impedir, nesse caso, a percepção do humor como gerador da crítica.

Por sua vez, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para presidente, substituindo Fernando Henrique, acarreta, segundo Simão, mudança na expressão linguística. Naquele momento, o Brasil confi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a, e muito, no *slogan* que passou a representar o governo federal: “Brasil, um país de todos”, cujo conteúdo pressupõe clareza, transparência, simplicidade na forma de abordar os fatos nacionais. Uma “nova língua” a ser adotada, oposta à anteriormente apresentada. Nesse contexto, o jornalista cunha o vocábulo “antitucanês”, forma de expressão direta, que não traz para o público leitor/ouvinte dificuldades de compreensão. Esse é, pois, o suporte para o emprego da expressão que dá nome à citada churrascaria “Pau do Guarda”. Como declara o próprio José Simão, no fragmento apresentado, “Mais direto impossível”. São exemplos do “antitucanês”, extraídos de crônicas do próprio autor: “Motel Traição: Aqui se trai, aqui se paga”; “Açougue Um Boi a Menos”, entre muitos outros. O aluno que desconheça as condições de produção do texto, entre as quais se encontra o contexto histórico, dificilmente teria como interagir com a crônica.

A quebra de expectativa em relação à forma de governar do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, bem como os desvios e impropriedades linguísticas presentes com frequência em seus discursos levaram José Simão a criar um novo “idioma”: o lulês, que se caracteriza por itens lexicais, cujos significados muito pouco correspondem àqueles registrados nos dicionários de língua portuguesa. O significado de um vocábulo normalmente decorre das semelhanças fônicas existentes entre determinada palavra outras vistas como seus elementos mórficos, que, na verdade, não o são.

Na passagem apresentada, ao vocábulo “evangélica” é atribuído o significado “companheira que se converteu em Angélica”. De acordo com o “lulês”, “evangélica” apresenta os seguintes elementos formadores: “ev” e “Angélica”. Embora na língua portuguesa encontremos o elemento mórfico “ev” com sentido de “bom/boa”, no exemplo em questão, é a ele atribuído o significado de “conversão”, provavelmente pelo fato de, no cotidiano, ocorrerem, por parte dos praticantes, frequentes mudanças de uma religião a outra.

A coluna de José Simão, publicada no jornal *Folha de São Paulo*, apresentam numerosos exemplos do “lulês”, tais como “alopatia: dar um telefonema para a tia”; “leilão: Leila com uns dois metros de altura”, entre outros.

Com relação ao emprego do adjetivo “mesopotâmica”, que,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

denotativamente, remete ao significado “natural da Mesopotâmia”, aparece, no trecho em questão, conotando a ideia de grandiosidade. O conhecimento histórico da famosa e antiga “região entre rios” é fundamental para a compreensão da metáfora produzida.

Quanto aos arcaísmos, sua presença em textos também gera dificuldades de compreensão. O arcaísmo traz em si um traço que muito o aproxima da História: ambos aludem a um passado que pode fazer arte ou não do repertório do leitor/ouvinte. Tomemos como exemplo o fragmento abaixo:

Esta crônica é um filme-abacaxi dedicado ao Boco Moco, à Maria Vai com as Outras, ao Zé das Couves, ao Cerca Lourenço e a todos aqueles que já não fazem sentido, mas que outro dia vieram à baila quando alguém, praticando o universal esporte de meter o pau no alheio...

(Joaquim Ferreira dos Santos. *O Globo*, 23/04/09)

“Boco moco”, “maria vai com as outras”, “zé das couves”, “cerca lourenço” são expressões que fornecem atributos em relação a pessoas e procedimentos, empregadas em um tempo distante e, como escreve o cronista – “já não fazem mais sentido”. Reforçando o que afirmamos anteriormente, saber o que significam corresponde, em tese, a saber o que vem a ser “capitanias hereditárias”, “governo geral”, “regência trina provisória”, “entradas e bandeiras”. Conhecer o passado em termos linguísticos mostra-se fundamental para a compreensão da passagem da crônica acima apresentada.

A intertextualidade é outro procedimento frequente em textos de diferentes gêneros, também capaz de constituir obstáculo para a leitura. Matéria publicada no jornal *O Globo*, de 19 de agosto de 2009, apresenta o seguinte título: *A nova guerra de canudos*, fazendo referência à recente revelação de titulações indevidas presentes no currículo lattes da Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O conhecimento do fato é condição fundamental para que se perceba a criatividade do jornalista, na medida em que lançou mão da polissemia do vocábulo “canudos”, ligando-o ao conceito de “diploma”, do mesmo modo que remete ao episódio história brasileira: a Guerra de Canudos. Por sua vez, as discussões acirradas entre governistas e oposicionistas justificam a metáfora “guerra”, referindo-se aos diplomas (canudos). A presença do adjetivo “nova”, anteposto a “guerra de canudos”, reafirma a intenção da intertextualidade.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Quanto ao recurso da gíria, é necessário lembrar que esta se constrói metaforicamente num pano de fundo que, por sua vez, não é gíria. Consideremos o título *É sinistro!*, que aparece em matéria também publicada no jornal *O Globo*, na data anteriormente referida. O texto ao qual se relaciona o título diz respeito a “pequenos erros do cliente” que “levam à perda da cobertura do seguro”.

Segundo o dicionário Houaiss (2001, *s.v.*), o vocábulo “sinistro”, em uma de suas acepções, significa “qualquer dano havido em bem colocado no seguro”. Como gíria, traduz ideia de “algo espantoso, assustador, que foge ao padrão de normalidade”. O cruzamento desses dois planos de significação é fundamental para leitura plena do título em questão: o envolvimento com companhia seguradora e o emprego gírio, como exteriorização psíquica, marcada adequadamente pelo uso do ponto de exclamação.

O título desempenha funções extremamente importantes, tanto pelo papel que tem de fisgar a atenção do leitor, quanto pela coerência que deve estabelecer com o texto a que se refere, daí o caráter essencial da leitura plena, de modo a atingir as intenções pretendidas.

Outro exemplo de intertextualidade é encontrado na parte verbal de um texto publicitário da empresa Louis Vuitton, publicado na revista *Veja*, de 5 de agosto de 2009. Nele, uma mulher e dois homens, identificados no anúncio como sendo, respectivamente, Sally Ride (primeira mulher americana no espaço), Buzz Aldrin (astronauta da Apollo 11 que deu os primeiros passos na lua, em 1969) e Jim Lovell (comandante da Apollo 13), olham, com expressão de satisfação, a lua. Abaixo da figura, a frase “Celebre a odisseia deles ao espaço...”. A escolha dos vocábulos “odisseia” e “espaço” revela, com nitidez, a intenção de produzir intertextualidade com o título do filme *2001: Uma Odisseia no Espaço*. Tais escolhas só podem ser devidamente justificadas por aquele indivíduo que conhece, de algum modo, a existência dessa obra de grande sucesso, exibida no Brasil nos final dos anos 60.

Em relação ao recurso que aqui estamos chamando de sinó-nímia circunstancial, cabe explicar tratar-se da aproximação de sentido entre vocábulos que estabelecem relação entre si em virtude de uma situação específica. O fato de o leitor ser capaz de identificar a realidade extralinguística que aproxima as palavras é crucial para a

compreensão do texto.

Como exemplo de utilização de tal recurso, consideremos a charge de Chico Caruso, publicada no jornal *O Globo*, de 19 de agosto de 2009. Com o título *Edilmologia* (segundo Lina Vieira), o chargista apresenta o vocábulo “agilizar” projetando como sombra a palavra “arquivar”. Ao lado da apreensão do neologismo “edilmologia”, que remete à ministra Dilma Rousseff (“o estudo de Dilma”), a leitura da charge exige do leitor informação atual dos fatos políticos nacionais. Deve, pois, perceber a alusão à ministra, saber quem é Lina Vieira, identificar o fato político que as une, para, finalmente, compreender a projeção do vocábulo “agilizar” sobre “arquivar”. O conhecimento do mundo político, ultimamente veiculado pela mídia em geral, é fator determinante para o entendimento da charge.

Ler é produzir sentido. Envolve operações cognitivas bem mais complexas do que unicamente o reconhecimento do significado mais adequado de um vocábulo em função de um contexto estabelecido. Tem razão João Cabral de Melo Neto, ao afirmar no poema intitulado *Rios sem discurso* que “...uma palavra em situação dicionarária: isolada, estanque no poço dela mesma (...) fica “estagnada...” e “porque assim estagnada muda ...”, relativizando o mutismo da palavra, poderíamos pensar que somente no texto toda a força lexical se materializa, entre outros fatores, no intuito de atingir um determinado propósito. Se a construção da linguagem resulta da maneira como o homem apreende a realidade, muito estreita é a relação entre a palavra e o mundo, de tal modo que, conforme demonstraram os exemplos aqui expostos, o conhecimento desse mundo passa a ser imprescindível para a compreensão plena do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA Jr., J. Matoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 4. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: J. Ozon, [s.d].

CUNHA, Antônio Geraldo da. O vocabulário português: perspectivas para a realização de estudos lexicológicos e de trabalhos lexicográficos nos países de língua portuguesa. In: PEREIRA, Maria Teresa G. *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VILELA, Mário. *Léxico e gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.

**MANUSCRITOS GREGOS
NA TRADIÇÃO TEXTUAL DO NOVO TESTAMENTO**

Paulo José Benício

“Copiar como antigamente”.
(Gustave Flaubert)

RESUMO

Até a invenção da imprensa, a Bíblia era transmitida através do minucioso e árduo trabalho da cópia manuscrita. Visando à sua reconstituição, um elevado número desses documentos foi, principalmente no século passado, repertoriado e, atualmente, encontra-se disponível como fonte de pesquisa primária. O objetivo deste artigo é abordar o processo envolvido na confecção e transcrição dos manuscritos do *Novo Testamento* grego e apontar características daqueles considerados importantes na área em questão.

Palavras-chave:

Novo Testamento Grego, Manuscritos. Papiros. Unciais. Minúsculos.

1. O preparo dos documentos

Os manuscritos gregos do *Novo Testamento* classificam-se de acordo com o material usado para a escrita (papiro ou pergaminho), com o tipo de letra empregado (unciais ou minúsculas) e com a destinação do volume (de um lado, aqueles que contêm os textos neotestamentários propriamente ditos, no todo ou em parte; do outro, os lecionários, seleção de passagens destinada ao uso litúrgico).

Quanto ao primeiro aspecto, a distinção se faz entre os caracteres escritos sobre *papiro* ou sobre *pergaminho*. O papiro, manufaturado com a fibra da planta de mesmo nome, foi usado predominantemente para os textos neotestamentários até o início do século IV, e, depois disto, só muito raramente. Do século IV ao XIII, o material comum passou a ser o *pergaminho* (*membrana*, feita de pele de carneiro, cabra, bezerro ou outros animais), o qual, ocasionalmente, podia servir duas vezes para o registro: lavava-se ou raspava-se o que havia sido redigido, utilizando-se, posteriormente, a mesma folha para uma nova escrita. Este tipo de manuscrito é denominado *palimpsesto* (ou *codex rescriptus*).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em consonância com o tipo de letra empregado, os manuscritos são classificados em *maiúsculos (unciais)* e *minúsculos*. Da escrita fluente, em caracteres maiúsculos, evoluiu-se gradativamente para a minúscula, uma normatização da escrita cursiva, que existiu desde a época alexandrina, ou, no mais tardar, desde a romana. A partir do século IX, seu uso, antes restrito ao horizonte particular, difundiu-se na produção de livros, no período da cognominada *segunda helenização*.

A *Controvérsia Iconoclasta (luta contra as imagens sagradas desencadeada por Leão II, 675-741, e uma das causas do cisma entre as Igrejas Oriental e Ocidental, em 1054)* deu ensejo a profundas mudanças na esfera cultural do mundo de então. Implantado o fim da Iconoclastia no Império Bizantino, o patriarca Fócio propôs um retorno ao passado, retorno esse, primeiramente, de caráter teológico, depois, filosófico e literário. Aspirando-se à difusão rápida e econômica dos textos desta "volta às fontes", passou-se a empregar a forma de escrita minúscula.

A época de transliteração durou até, aproximadamente, o ano 1000, e os primeiros documentos a serem alvo de traslado foram os Evangelhos.²³

Quando se considera o número de cópias, o *Novo Testamento* possui documentos muito mais numerosos do que as obras dos clássicos.²⁴ Velleio Petárculo sobreviveu em um único e incompleto manuscrito, que se perdeu no século XVII, após haver produzido sua *editio princeps*, através de uma transcrição feita por Beato Rhenano, em Amerbah. Enquanto se nomeiam cinquenta, talvez quarenta manuscritos de Ésquilo, cerca de cem de Sófocles, algumas centenas de Cícero e Ovídio, o *Novo Testamento* possui, entre completos e fragmentários, em língua grega, cerca de 5.500, incluindo 96 papiros, 299 maiúsculos, 2.812 minúsculos e 2.281 *leccionários (passagens*

²³ O mais antigo manuscrito em minúscula é o Evangelário Uspensky, datado de 835, de acordo com Dain (1964, p. 63, 127). Quanto ao contexto histórico-cultural referente à origem da minúscula grega e ao período de transliteração, examinar Dain (1964, p. 62-63, 126-127); Heussi (1981, p.162-166, p.175-176), Van Bruggen (1976, p. 26-27).

²⁴ Para um criterioso estudo comparativo entre os manuscritos do *Novo Testamento* Grego e os da Literatura Clássica, cf. Kroll (1973, p. 93-98).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

neotestamentárias, com exceção do Apocalipse, selecionadas pela liturgia cristã para a leitura nas celebrações de cada dia do ano e, em particular, nas festas dominicais; a maior parte dos lecionários foi preservada em maiúsculas, e o fragmento mais antigo pertence ao século V).²⁵ O Novo Testamento tem ainda outra vantagem em relação aos autores clássicos: as versões. Só da Vulgata latina contam-se 8 mil cópias, que, ao lado das versões siríaca, cóptica, armênia, etiópica e gótica, fazem com que se tenham mais de 13 mil registros. Embora esta multiplicidade de documentos dê ensejo a faltas involuntárias e intencionais, oferece também muito mais elementos de comparação.

As designações atribuídas aos manuscritos não são uniformes. A maior parte deles ainda hoje é conhecida segundo o sistema que J. J. Wettstein († 1754) introduziu, no qual, os maiúsculos são representados por letras maiúsculas latinas, gregas ou hebraicas (A, B, C, E, a etc.) e os minúsculos por algarismos arábicos (1, 2, 3 etc.). C. R. Gregory, no final do século XIX, introduziu um novo método que poderia ser usado com exclusividade. Ele serve de base para a lista que está sendo continuamente aperfeiçoada pelo *Instituto para Pesquisa de Crítica Textual do Novo Testamento da Universidade Wilhelms da Vestifália*, em Munster, Vestifália: os manuscritos maiúsculos, para os quais as letras do alfabeto já não são suficientes, devem ser designados por algarismos arábicos consecutivos, antecedidos por um “0” (01, 02, 03 etc.). Quanto aos maiúsculos, também se costuma empregar, de acordo com a proposta de Gregory, a designação por meio de letras maiúsculas latinas, gregas ou hebraicas, seguidas de um algarismo arábico precedido por um “0”, colocado entre parênteses: α (álef, 01), A (02), B (03) etc. Entretanto, a denominação mediante letras isoladas ainda é a mais utilizada. Os minúsculos recebem números em algarismos arábicos (1, 2, 3 etc.). Os papíros são designados por um p, cuidadosamente escrito ou impresso, seguido de um algarismo arábico, como se fosse um expoente: p¹, p², p³ etc. Os lecionários são indicados pelo “1” minúsculo acompanhado de um expoente em algarismo arábico: 1¹, 1², 1³ etc.

²⁵ Sobre manuscritos gregos, minuciosa pesquisa pode ser efetuada em Aland & Aland (1989, p. 92-183), Gregory (1894, v. 3, p. 337-686), Metzger (1992, p. 36-67), Vaganay & Amphoux (1991, p. 10-25).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A sequência das várias partes do *Novo Testamento* é a mesma em quase todos os manuscritos gregos: Evangelhos, Atos dos Apóstolos, Cartas Paulinas, Cartas Católicas (Universais ou Gerais) e Apocalipse.

Além dos Livros Sacros, em geral, os manuscritos neotestamentários contêm outros tipos de informações para orientar o leitor no seu manuseio, presentes no princípio ou no final de cada livro, ou ainda à margem do corpo do texto. Os livros, separadamente, são introduzidos por *prefácios* (*hypóthesis*), que trazem, entre outros, dados referentes ao conteúdo, ao autor e ao número dos capítulos da obra. Ao prefácio segue-se o *titulus* (o *cabeçalho* do livro). À margem, também podem ser encontrados subtítulos para os capítulos e informações sobre o início e o fim de *perícopes* (*pequenos trechos bíblicos, delimitados por sua forma e conteúdo, que representam uma unidade de sentido autônoma em relação à anterior e à posterior*). Além disto, aparecem, por vezes, os chamados *scholia* (*notas explicativas*), que, ao comentarem trechos selecionados, compõem as *catenae*. Os *apêndices* trazem dados relativos aos nomes do copista e/ou ao dono do manuscrito, como também à época e ao lugar em que o texto foi escrito. É muito comum os manuscritos apresentarem também correções feitas à mão pelo escriba ou por leitores e editores posteriores.

No processo da cópia, despontam, basicamente, quatro tipos de erro: 1º) confusão de letra no interior de um termo; 2º) devido a cansaço, distração ou falta de ânimo, erro causado por não se reter bem o que devia ser escrito; 3º) lapso oriundo do *ditado interior* (*repetição para si mesmo*), o qual era realizado pelo copista antes de reproduzir o texto; 4º) finalmente, simples falha manual, agravada no decurso dos anos. Como se vê, as causas dos deslizos no ato de copiar são múltiplas, devendo-se a falhas auditivas, visuais, mecânicas e de memória, além das que se devem ao contexto e à personalidade do copista. A omissão de pequenos termos (preposições, conjunções etc.) é o tipo de falta que todo escriba comete; o salto de uma sílaba,

palavra ou expressão para outra, que tem igual começo ou igual final, é também um deslize muito frequente.²⁶

A divisão do texto bíblico em capítulos apareceu, pela primeira vez, logo depois de 1200 e é atribuída a Stephen Langton, Arcebispo de Canterbury († 1228). A segmentação em versículos provém do livreiro parisiense Robert Stephanus (Estéfano) e surgiu, primeiramente, em sua edição do *Novo Testamento* grego de 1551.

2. As principais fontes documentais

As fontes documentais mais importantes para a composição do texto do *Novo Testamento* grego são as seguintes, de acordo com sua classificação em *papiros, maiúsculos e minúsculos*.

2.1. Papiros

p⁴⁵: originou-se no início da primeira metade do século III. Os 30 fólhos preservados contêm fragmentos dos Quatro Evangelhos e dos Atos dos Apóstolos. Acha-se em Dublin.

p⁴⁶: datado, aproximadamente, do ano 200. Tinha 104 fólhos originais, dos quais 86 se conservam, oferecendo o texto das Cartas Paulinas na seguinte disposição: Romanos, Hebreus, I e II Coríntios, Efésios, Gálatas, Filipenses, Colossenses e I e II Tessalonicenses. Encontra-se em Dublin.²⁷

p⁴⁷: procede do último terço do século III. Concorda com o *Códice Sinaitico* mais do que com qualquer outro manuscrito, embora mantenha notável independência textual. Contém o trecho de Apocalipse 9,10-17,2. Encontra-se em Dublin.

²⁶ Cf. Dain, 1964, p. 41-55. Visando ao estudo deste tópico, no campo específico do *Novo Testamento* grego, cf. Greenlee (1995, p. 55-61), Metzger (1992, p. 186-206), Michaelis (1961, p. 344-347, 362-368).

²⁷ Uma folha de p⁴⁵ e trinta de p⁴⁶ estão guardadas, respectivamente, na Biblioteca Nacional de Viena e na Universidade de Michigan. Cf. Paroschi (1999, p. 45).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

p⁵²: datado em torno do ano 125. É o fragmento mais antigo do *Novo Testamento*. Contém partes de João 18,31-33 (anverso) e 18,37.38 (reverso). Encontra-se na John Rylands Library, de Manchester.

p⁶⁶: procede, aproximadamente, do ano 200. Contém grande parte dos vinte e um capítulos do Evangelho segundo João. Acha-se em Genebra.

p⁷²: escrito entre os séculos III e IV. Além de outros documentos, neste manuscrito, foi incluído o mais antigo texto preservado de I e II Pedro e de Judas. Acha-se em Genebra.

p⁷⁵: datado do século III. É a cópia mais antiga conhecida do Evangelho de Lucas e uma das mais antigas do Evangelho de João. Seu texto é bastante semelhante ao *do Códice Vaticano*. Encontra-se em Genebra.

2.2. Maiúsculos

01 = a (Álefe), *Códice Sináítico* (S), da primeira metade do século IV. Contém o *Antigo* e o *Novo Testamento*, além da *Carta de Barnabé* e parte do *Pastor de Hermas*. Na cópia do manuscrito, intervieram, sucessivamente, três mãos diferentes e, até o século XII, novos corretores introduziram, no texto, diversas modificações. Após sua descoberta, ocorrida na biblioteca do Mosteiro de Santa Catarina, localizado no Sinai, foi presenteado ao Czar da Rússia e adquirido pelo Museu Britânico em 1933, onde se encontra até hoje. Entre suas principais características, destacam-se a colocação do final de Marcos, logo após 16.8, e a omissão do episódio da mulher adúltera (cf. João 7,52-8,11).

02 = A, *Códice Alexandrino*, do início do século V. Contém a *Septuaginta* (ou *LXX* – a primeira e a mais importante versão grega do *Antigo Testamento*, realizada por judeus helenistas, no Egito, nos séculos III - II a. C.), a Primeira e a Segunda Carta de Clemente de Roma, os *Salmos de Salomão* e quase todo o *Novo Testamento* (faltam trechos dos Evangelhos de Mateus e de João, além de I Coríntios). Está escrito em duas colunas. Encontra-se no Museu Britânico, em Londres.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

03 = B, *Códice Vaticano*, do início do século IV. Contém a *Septuaginta*, com exceção da *Oração de Manassés* e dos Livros dos Macabeus. No estado atual, perderam-se passagens de Gênesis, de II Samuel, de Hebreus, das Cartas Pastorais (I e II Timóteo e Tito) e do Apocalipse. Acha-se na Biblioteca do Vaticano, em Roma.

04 = C, *Efrém reescrito* ou códice palimpsesto de S. Efrém, do início do século V. O palimpsesto no qual foi conservado procede do século XII, quando os escritos bíblicos foram substituídos pela versão grega dos trinta e oito tratados ou sermões de Efrém. O códice continha, no início, toda a Bíblia; contudo, do Antigo Testamento permaneceram intactos somente os textos de Jó, Provérbios, Eclesiastes, Sabedoria, Eclesiástico e Cantares; do *Novo Testamento*, porções de todos os livros, exceto de II Tessalonicenses e II João. Está guardado na Biblioteca Nacional de Paris.

05 = D, *Códice Beza*. É um manuscrito greco-latino, o mais antigo dos bilíngues conservados. Procede do século V ou VI. Contém os Quatro Evangelhos e os Atos dos Apóstolos – os primeiros nesta disposição: Mateus-João-Lucas-Marcos. Possuía 510 fólios ou até mais, localizando-se a parte grega no fólio esquerdo e a latina, no direito. Seu texto se reveste de caráter especial pelo fato de conter frequentes adições de palavras e frases inteiras. Encontra-se na Universidade de Cambridge desde 1581, ano em que Théodore de Bèze, reformador protestante de Genebra, o doou àquela Universidade.

06 = D², *Códice Claromontano*, do século VI. Contém as Cartas Paulinas. É também um manuscrito bilíngue, no mesmo estilo do Códice Beza. Dos seus 533 fólios, os de número 162 e 163 são palimpsestos. Encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris.

032 = W, *Códice Washingtoniano*, do século V. Constitui uma das mais importantes descobertas do século XX. Contém 187 fólios dos quatro Evangelhos, e o texto está escrito em uma coluna por fólio. Os Evangelhos, na ordem Mateus, João, Lucas e Marcos, pela variedade de estilo, devem ter sido copiados de diferentes manuscritos. Desde 1906, encontra-se no Museu Freer da Instituição Smithsonian, em Washington.

038 = Q, *Códice Korideto*. Trata-se de um manuscrito dos Evangelhos, do século IX, contendo 249 fólios de texto distribuído

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em duas colunas por fólio. Foi escrito provavelmente no Sinai, por um escriba que conhecia muito pouco a língua grega, pois as letras são pesadas e rudes. Foi descoberto, pela primeira vez, em 1853, num mosteiro em Korideto, nos Montes Cáucacos. Desde 1901, encontra-se no Museu de Tbiliri, capital da Geórgia.

2.3. Minúsculos

f¹ (*Família*²⁸ *1 ou Lake*), reunindo os minúsculos 1, 118, 131 e 209, foi reconhecida por Kirsopp Lake, em 1902. Todos esses manuscritos foram copiados entre os séculos XII e XIV. A essa família também pertence o manuscrito 1582 (do século X).

f¹³ (*Família 13 ou Ferrar*), identificada, bem antes da anterior, em 1868, por William H. Ferrar e formada pelos minúsculos 13, 69, 124 e 346 (posteriormente foram incluídos também os de número 174, 230, 543, 788, 826, 828, 983, 1689 e 1709), todos copiados entre os séculos XI e XV.

33, conhecido, desde o início do século XIX, como o “rei dos minúsculos”, apresenta um texto bastante afim ao do *Códice Vaticano*. Contém os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos e todas as Cartas neotestamentárias. Foi escrito no século IX. Encontra-se hoje na Biblioteca Nacional de Paris.

565, também escrito no século IX, com letras de ouro, em pergaminho púrpureo, um dos mais belos dentre todos os manuscritos gregos do *Novo Testamento*. Trata-se de uma cópia de luxo dos Evangelhos. Encontra-se, atualmente, na Biblioteca Pública de São Petersburgo.

579, procedente do século XIII, contém os Evangelhos e se acha em Paris. Em Marcos, Lucas e João, seu texto guarda grandes semelhanças com *α e Β*.

1241, datado do século XII/XIII. Afora o Apocalipse, contém todo o *Novo Testamento* e transmite um texto semelhante ao do do-

²⁸ Famílias são agrupamentos de manuscritos que possuem características idênticas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cumento 33. Acha-se no Mosteiro de Santa Catarina, localizado no Sinai.

1424, escrito no século IX/X, inclui todos os livros do *Novo Testamento*, os quais, exceto o Apocalipse, estão saturados com notas marginais. Encontra-se em Chicago.

2427, datado, provavelmente, do século XIV, contém os Evangelhos. Está guardado na Biblioteca da Universidade de Chicago.

2437, datado do século XII, códice pergamináceo copiado em minúsculas gregas, contém os Evangelhos, com exceção de Mateus 1,1 a 9,17. Acha-se guardado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi doado ao Brasil, em 1912, pelo erudito de ascendência grega, João Pandiá Calógeras.

Conclui-se salientando que cada um desses documentos merece uma atenção toda especial. Em primeiro lugar, por seu valor material e histórico; em segundo, pelo valor filológico que possa ter, confirmando lições presentes em outros exemplares ou oferecendo variantes. E, em terceiro lugar, da perspectiva do que hoje se chama de *crítica genética* - o texto que cada códice traz não deixa de constituir uma lição única; e foi nessa condição que ele esteve nas mãos de sucessivos leitores como uma versão autorizada dos evangelhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAND, K., ALAND, B. *Der Text des Neuen Testaments – Eiführung in die wissenschaftlichen Ausgaben sowie in Theorie und Praxis der modernen Textkritik*. 2. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1989.

BRUGGEN, J. van. *De tekst van het Nieuwe Testament*. Groningen: Uitgeverij De Vuurbaak, 1976.

DAIN, A. *Les Manuscrits*. Paris: Les Belles Lettres, 1964.

GREENLEE, J. H. *Introduction to the New Testament Textual Criticism*. 2. ed. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.

GREGORY, C. R. *Novum Testamentum graece ad antiquissimos testes denuo recensuit apparatus criticum apposuit Constantinus Tisch-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

chendorf. *Editio octava critica maior*. v. 3 (Prolegomena). Lipsie: J. C. Hinrichs, 1894.

HEUSSI, K. *Kompendium der Kirchen-Geschichte*. 16. Aufl. Tubingen: Mohr, 1981.

KROLL, G. *Auf den Spuren Jesu*. 5. Aufl. Leipzig: St. Benno, 1973.

METZGER, B., M. *The Text of the New Testament - Its Transmission, Corruption, and Restoration*. 3. ed. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

MICHAELIS, W. *Einleitung in das Neue Testament*. Bern: Berchtold Haller, 1961.

PAROSCHI, W. *Critica textual do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1999.

VAGANAY, L., AMPHOUX, C-B. *An Introduction to New Testament Textual Criticism*. 2. ed. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

OS CAMPOS LÉXICOS DO TESTAMENTO DE D. AFONSO II

Evanice Ramos Lima Barreto (UFBA/FACE)
evanyce@ig.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo do léxico do português arcaico, a partir do levantamento de lexias encontradas no Testamento de D. Afonso II (1214). Para tanto, recorreu-se à teoria do campo léxico proposta por Eugênio Coseriu (1967), que propõe uma análise estrutural do léxico, determinando o campo lexical dentro de estruturas lexemáticas, em que os lexemas integram um sistema de oposições. Assim, procurou-se levantar e descrever as lexias do português arcaico através do Testamento de D. Afonso II; confrontar a aceção apresentada nos *dicionários* contemporâneos e nos etimológicos, a fim de verificar se a lexia sofreu alterações no significado ou na forma e averiguar o conhecimento e o uso dessas lexias pelos jovens e adultos na atualidade, a partir de pesquisa com informantes de três faixas etárias (15-30 anos, 31-46 anos e + de 46 anos). Para tanto, utilizou-se a versão do *Testamento de D. Afonso II* que foi enviada à Mitra de Braga e editada por Costa (1975).

Palavras-chave: Léxico. Português. Arcaico. Testamento de D. Afonso II.

INTRODUÇÃO

O estudo sistematizado do léxico tem sua origem desde a antiguidade clássica. Inicialmente a investigação do léxico foi tratada pela Lexicologia e pela Lexicografia, tendo como finalidade apenas descrevê-lo. Confundida muitas vezes com a Lexicografia, a Lexicologia difere-se desta por dedicar-se mais intensamente à investigação do léxico. A Lexicologia, de acordo com Oliveira e Isquierdo (2001), preocupa-se com os problemas teóricos que fundamentam o estudo científico do léxico, já a Lexicografia ocupa-se das técnicas de elaboração dos dicionários, do estudo da descrição da língua, das obras lexicográficas.

O léxico corresponde ao vocabulário de uma língua, ao elenco de palavras de uma língua. Em sentido estrito, é o conjunto de entradas lexicais de uma língua que, embora regido por regras, é altamente criativo e dinâmico. Para Biderman (2001), o léxico compreende um universo amplo de limites imprecisos e indefinidos. Resulta da experiência acumulada pela sociedade e do seu acervo cultural ao

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

longo dos anos, sendo perpetuado e reelaborado continuamente pelos membros dessa sociedade, os *sujeitos-agentes*.

Conforme Martinet (1975), em função das necessidades comunicativas, do progresso intelectual, social e econômico, a língua encontra-se em constante mutação, tendo, dessa forma, um caráter dinâmico por natureza. O léxico é o nível da língua que mais reflete esse aspecto, sendo ele o mais passível de mutações, pois, devido às constantes mudanças sociais e culturais, nesse processo de reelaboração, muitas lexias se contraem ou entram em desuso, chegando até mesmo ao desaparecimento, ao passo que muitas delas também podem voltar a aparecer, apresentando uma nova conotação.

1. O campo léxico

O léxico de qualquer língua é constituído por um conjunto de lexias que mantêm diferentes tipos de relações entre si. Cada elemento desse conjunto pode manter uma relação semântica de oposição direta com um determinado número de lexias e formar com elas classes mais ou menos hierarquizadas e homogêneas. Corresponde a uma estrutura paradigmática, composta de itens lexicais que compartilham uma zona de significação comum e que se encontram em oposição imediata uns com os outros, a qual se denomina campo léxico.

A noção de campo, conforme Geckeler (1976), já se encontra presente nos estudos linguísticos desde o século XIX, a partir dos trabalhos de Humboldt, que considerava a *articulação* a característica mais geral e mais profunda de toda a língua. De acordo com Geckeler (1976), outros linguistas, como Ipsen (1924), Jolles (1934), e Porzig (1934) também apresentaram um conceito de campo em seus trabalhos, mas o trabalho de maior importância na Semântica moderna é o de Trier (1931). De acordo com ele, o vocabulário de um estado sincrônico de língua é uma totalidade semanticamente articulada em campos léxicos, que podem estabelecer entre si uma relação de coordenação ou hierarquia e que representam *um todo articulado*, uma estrutura. Em um campo léxico, cada palavra adquire sua determinação conceitual a partir da estrutura do todo, dependendo do seu significado do significado de suas vizinhas conceituais. Cada item lexical é compreendido mediante a existência mental do campo,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dos conjuntos articulados, em que cada elemento mínimo está, geralmente, em relação com o todo, mas não de maneira imediata, devido à existência de uma escala de sistemas superpostos.

Para Coseriu (*apud* GECKELER, 1976, p. 232), um campo léxico é

desde el punto de vista estrutural, un paradigma léxico que se origina por la distribución de un continuo de contenido léxico em diferentes unidades, dadas en la lengua como palabras, que estan reciprocamente en oposición inmediata mediante rasgos distintivos de contenido simples²⁹.

Conforme Geckeler, a concepção de campo léxico proposta por Coseriu (1967) não se opõe completamente à concepção de Triller. Na verdade, trata-se de uma ampliação na linha estrutural da teoria, a partir da introdução de uma terminologia coerente e, principalmente, do emprego de um método que repousa em bases linguísticas.

Os conceitos fundamentais pertencentes ao campo léxico apontados por Coseriu (1967) são *arquilexema*, *lexema* e *sema*.

O *arquilexema* é uma unidade que corresponde a todo o conteúdo de um campo léxico, que, por sua vez, pode ou não estar expresso como uma unidade léxica. Trata-se de um item lexical que reúne o conjunto de semas pertinentes e comuns a diversos itens lexicais. *Alimento*, por exemplo, é um arquilexema para o campo composto por *carne*, *peixe*, *leite*, *ovos*, *pão*.

O *lexema* é, do ponto de vista do conteúdo, toda a unidade dada na língua como palavras simples.

Semas correspondem aos traços semânticos distintivos (mínimos) na análise do conteúdo. Para os componentes do campo léxico dos alimentos, um dos traços distintivos é: *toda substância digerível que serve para nutrir*.

Neste trabalho, os itens lexicais estão organizados de acordo com a concepção de campo léxico apresentada por Coseriu (1967),

²⁹ "do ponto de vista estrutural, um paradigma léxico que se origina pela distribuição de um continuo léxico em diferentes unidades, dadas na língua como palavras, que estão reciprocamente em oposição imediata mediante traços distintivos de conteúdo simples". [Tradução nossa].

visto que os itens assim distribuídos permitem-nos deduzir as relações estabelecidas entre cultura, língua e sociedade, bem como expressam os valores de uma determinada época.

2. *Análise dos campos léxicos*

Tomando como parâmetro a teoria do campo léxico de Eugenio Coseriu, as lexias foram organizadas em campos³⁰, assim denominados: *autoridades eclesiásticas, delimitação do espaço, família, numerais, documentos, benefícios, gastos, espaço de tempo, estrutura humana, estados e sentimentos, acontecimentos e celebrações, oposições, riquezas, fracionamento, elementos humanos*. Neste trabalho, serão analisados apenas alguns campos.

As lexias que compõem o campo léxico autoridades eclesiásticas designam religiosos, indivíduos que receberam todas ou quase todas as ordens sacras. São elas: *apostoligo, arcebispo, bispo, abade, papa, cabidoo, caonigos, maestre, freire, comendador, prior*.

A lexia *apostoligo* se encontra dicionarizada como uma das formas usadas nos século XIII, que corresponde à atual lexia *apostólico*, do latim *apōstolicus*, derivada do grego *apostolikós*. Enquanto diacronismo antigo, apresenta as seguintes acepções: *relativo ao papa ou que provém da sua autoridade; pessoa que professa o apostolicismo*. Com a primeira acepção, a lexia *apostoligo* foi empregada no seguinte trecho do testamento: *E ssi eu for morto, rogo o apostoligo come padre e senior...*

O termo *arcebispo* ‘prelado de ordem superior ao bispo’, conforme A. G. Cunha, tem origem no latim eclesiástico *archiēpiscōpus*, derivado do grego *archiepískopos*. Esta dicionarizada como: *bispo que, investido de maiores poderes e atribuições, é responsável por determinada arquidiocese e, eventualmente, por uma ou mais dioceses, tendo geralmente outros bispos sob sua autoridade; arquiēpiscopos, metropolitano, metropolita*. Vejamos: (...) *a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago*.

³⁰ As lexias que figuram no testamento, mas que não formam um campo léxico não foram incluídas nessa análise.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Do latim *ep̄iscopos* ‘prelado que exerce o governo espiritual’, *bispo* encontra-se, assim, registrado:

Na Igreja católica, eclesiástico que tem a plenitude do sacerdócio, com poderes de conferir os sacramentos da confirmação e da ordem, e que é posto na direção espiritual de uma diocese, sendo, por sua função, considerado sucessor dos apóstolos de Jesus (Pode ser nomeado pelo papa ou sagrado por outro eclesiástico com poderes para tanto; hierarquicamente, só está subordinado ao papa e, eventualmente, a um arcebispo; os paramentos que o distinguem são o báculo, o anel, a cruz peitoral e a mitra.

Com essa mesma acepção, foi empregado no documento em análise: (...) e os cinco **bispos** q(ue) suso nomeamos segu *Qdo Deus*.

A lexia *abade*, ‘superior do convento, sacerdote’, do latim eclesiástico *abbātem*, acusativo de *ābbās*, derivado do grego *abbā* e este do aramaico *abba* ‘pai, papa’, conforme Houaiss, designa o




título ou cargo do superior dos monges de uma abadia autônoma ou dos membros de certas ordens ou congregações religiosas monásticas; superior de uma associação de clérigos ou leigos cristãos, regulares (que cumprem votos e seguem regras) ou seculares.

O item *papa* tem sua origem no latim *pāpa* (*pāpas*) ou *pāppa* (*pāppas*), *ae* ‘pai, governador (de crianças), amo, pedagogo; padre, papa, sendo um título honorífico atribuído aos dignitários da igreja’, proveniente do grego *pāppas*, ou ‘palavra expressiva infantil, dirigida ao pai ou ao avô; termo de respeito dirigido a eclesiásticos’; segundo Corominas, o sentido eclesiástico documenta-se a partir do século II-I, mas, só depois do século V, restringe-se ao chefe supremo da Igreja Católica, ao bispo de Roma ou Sumo Pontífice. Com essa acepção, encontramos essa forma no texto: *E m̄ādo q(ue) den a meu senior o papa III m(o)r(auidiis)(...)*.

O termo *cabidoo*, do latim *capitūlum*, está registrado sob a forma *cabido*, com a acepção: *conjunto dos clérigos de uma catedral, igreja ou colegiada*. Esse termo sofreu alteração em sua forma.

Caonigos refere-se a *padre secular pertencente a um cabido, a uma colegiada ou a certas basílicas, que segue uma regra e por vezes goza de um benefício eclesiástico ou religioso que participa do colegiado de uma catedral ou de uma igreja e trabalha na administração da mesma*. Segundo Cunha, vem do latim *canōn*, do grego *kanōn*. Sua forma correspondente atual é *cônego*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Maestre refere-se à pessoa dotada de excepcional saber, competência, talento em qualquer ciência ou arte; diretor espiritual; mentor. Tem sua origem no latim *magister* 'o que manda, dirige, ordena, guia, conduz, diretor, inspetor, administrador, o que ensina', e 'homem sabedor, professor'. No século XIII, referia-se a 'comandante'. Está dicionarizada como *o mesmo que mestre*. Na atual sincronia, refere-se a *pessoa dotada de excepcional saber, competência, talento em qualquer ciência ou arte; indivíduo que ensina, que dá aulas em estabelecimento escolar, ou particularmente; aquele que obteve o mestrado ('grau'); o artífice em relação aos que são seus oficiais ou aprendizes; chefe ou iniciador de um movimento cultural; diretor espiritual; mentor*. Figura no testamento com essa última acepção: *E mado q(ue) den ao maestre e aos freires d'Euora D m*    *. por mia alma (...).*

A forma lexical *feires*, do francês antigo *fraire*, derivado do antigo provençal *fraire* e designa o religioso ou membro de antigas ordens religiosas e militares. Sua forma apocopada é *frei*.

Prior, do latim *prior* 'superior de convento em algumas ordens monásticas, no século XIII, tem as seguintes acepções: superior de ordem religiosa ou militar; denominação do pároco de certas freguesias; dignitário, nas antigas ordens militares. (FERREIRA, 1999; HOUAISS, 2001).

A forma *espitaleiros*, usada no século XIII para designar o monge Loio (*membro da congregação de São João Evangelista* (c.100 d. C.), outrora dita dos *cônegos azuis* (em alusão à cor do hábito dos frades) e que tinha por padroeiro santo Elói (c.588-660 d. C), corresponde a forma atual *hospitaleiro*, que designa *aquele que oferece hospedagem por bondade ou caridade*.

No campo léxico dos títulos foram arrolados os itens lexicais que se referem à denominação honorífica, seja esta oriunda de vantagem material ou poder. Foram levantadas as lexias: *rei, don, dona, comendador, barão, caualeiros, riquos omees*.

A forma lexical *rei*, 'soberano que rege ou governa um estado monárquico', provém do latim *rex regis*. Está dicionarizada com as seguintes acepções: *chefe de Estado investido de realeza; príncipe soberano de um reino; monarca, soberano*. *Don*, do latim *dōminus*,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

‘senhor, dono’, no século XIII, era um termo de cortesia que correspondia a *senhor*. Atualmente figura nos dicionários com as seguintes acepções:

Denominação que acompanha certos cargos eclesiásticos; título honorífico que precede o nome de batismo, aplicado a monarcas e príncipes ou a membros da alta nobreza de Portugal e Espanha; título concedido pelos reis a homens ilustres que prestaram grandes serviços à corte; entre espanhóis e hispano-americanos, título que precede o nome de batismo, aplicado a qualquer homem adulto a quem se quer tratar com cortesia, deferência ou respeito.

Dentre estas, a segunda acepção parece ser aquela com que foi empregada no testamento: *Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal (...) P(ri)meiram(en)te mão q(ue) meu filio infante don Sancho q(ue) ei da raina dona Orraca agia meu reino integ(ra)m(en)te e en paz. Dona*, termo empregado, no século XII, com sentido de ‘proprietária, mulher, esposa’, vem do latim *dōmīna*. Corresponde ao título concedido às senhoras de famílias nobres. *Conforme Houaiss*, era usado como tratamento honorífico, de que era precedido o nome próprio de mulheres pertencentes às famílias reais de Portugal e do Brasil. Tal acepção observamos nesse trecho: *E mão q(ue) a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aq(ue)lias cousas mouils q(ue) eu ouuer(...)*. O emprego dessa lexia se estendeu a todas as mulheres caracterizadas por algum título de superioridade, de respeito, como as mulheres casadas, viúvas, religiosas, idosas. Em Portugal, para as mulheres de nível mais elevado, pode-se dizer *senhora dona*.

Comendador tem sua origem em *comendar*, do latim *comendāre*. É uma adaptação do antigo francês *comandeor* ‘aquele que comanda’. São as seguintes as acepções encontradas para essa lexia nos dicionários contemporâneos:

Aquele que tem comenda (‘benefício’); titular de ordem militar ou honorífica, cuja dignidade é hierarquicamente superior à do cavaleiro inferior à da *grã-cruz*; administrador ou provedor de hospital; defensor, protetor de igreja, mosteiro e suas terras, possessões, edifícios, colônias; indivíduo que tem uma insígnia ou condecoração honorífica.

Barão, cuja forma sofreu alteração, origina-se do germânico *baro* ‘homem livre’. De acordo com Houaiss (2001), corresponde ao *senhor de terras subordinado diretamente ao rei ou a um grande feudatário* ou *título imediatamente inferior ao de visconde, e o me-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nos graduado na hierarquia nobiliárquica; homem esforçado, valeroso; varão; homem poderoso e notável pelo valor, pela posição e/ou pela riqueza. A forma *baro*, que foi introduzida na România por mercenários nórdicos, ocorre no latim sob as variações *báro* e *vá(r)ro*, com o sentido de 'homem, indivíduo do sexo masculino, por oposição a mulher. Foi transposta ao francês a forma *baron* com acepção de 'funcionário real', no século X. Desta provém a acepção 'grande senhor do reino' à qual se acrescentou a ideia de nobreza, o que resultou em 'homem nobre que possui uma baronia'. Entretanto, conservou também a acepção original de 'homem, varão'.

A esta foram adicionados valores positivos 'indivíduo livre, bravo, valeroso, poderoso'. *Varão* e *barão* têm origem comum no francês *baron*, mas por terem evoluído semanticamente, as duas formas se tornaram divergentes no português. Assim, *varão* permanece com o significado de 'homem de valor pela bravura e força', e *barão*, com o significado de 'homem poderoso pelo título de nobreza, pela posse de terras e pela força que lhe dá a lei', como parece ter sido empregado no Testamento: *E ssi filio **barõ** nõ ouuermos, a maior filia q(ue) ouuermos agia'o*.

Caualeiros, do latim tardio *caballariũs* 'palafreheiro, escudeiro', apresenta dentre outras acepções, as seguintes: *relativo a cavalaria; relativo à instituição medieval da cavalaria ou ao espírito nobre que a animava; nobre de grau hierarquicamente inferior ao de barão*. Esta última acreditamos ser aquela com que foi usada do documento em análise: (...) *mãdo aq(ue)les **caualeiros** q(ue) os castelos teen de mi en'as t(er)ras (...)*.

A lexia complexa *riquos omees* é um diacronismo antigo que, em Portugal, nos primeiros tempos da monarquia *portuguesa*, segundo Houaiss (2001), designava o *fidalgão importante; nobre que guerreava pelo rei, sustentando suas próprias forças, e que tinha como insígnias o pendão e a caldeira*. Observemos: (...) *en'as t(er)ras q(ue) de mi teem os me(us) **riquos omees** q(ue) os den a esses meus riqu(uo)s omees q(ue) essas t(er)ras teiuere* ②. Nos dicionários etimológicos, não encontramos o registro dessa forma. Nos dicionários contemporâneos, encontramos sua forma correspondente atual *rico-homem*.

No campo léxico delimitação do espaço, estão reunidas as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

formas que designam áreas geográficas ou ambientes mencionados no Testamento. Foram arroladas as seguintes formas lexicais: *reino/regno, terra, comenda, mosteiro, lugar, casa, castelo, reposte. Reino/regno, do latim rēgnum* 'realeza, soberania, poder absoluto; governo monárquico, designa o país, estado governado por um rei; monarquia; o reino de Portugal (em relação ao Brasil colonial e a outras ex-colônias); o conjunto dos súditos de uma monarquia. O testamento apresenta variação de grafia *reino/regno*, formas que coexistiam no século XIII, conforme Houaiss (2001). Observemos um dos trechos em que se evidencia a variação dessa lexia: (...) *q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu regno fazem aduzer meu corpo p(er) mias custas a Alcobaza. A lexia terra(s) tem origem no latim terra* 'solo, terra, o globo terrestre, o mundo e o universo (não cósmicos), os povos, as nações, os homens, o gênero humano. Nos dicionários contemporâneos apresenta as acepções:

A superfície sólida da crosta terrestre onde pisamos, construímos etc.; chão, solo; planeta do sistema solar, o terceiro quanto à proximidade do Sol, habitado pelo homem; a parte branda do solo que produz vegetais; área ou região não especificada; local, região, território; grande extensão de terreno; plano, planície; porção de terreno que pertence a alguém; domínio, propriedade, fazenda, herdade; espaço não construído de propriedade; terreno; lugar ou localidade em que se nasceu ou em que se habita; território geograficamente delimitado e habitado por uma coletividade com história própria; país; torrão natal; pátria (HOUAISS, 2001).

No testamento, essa forma foi empregada com o sentido de *chão: E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a t(er)ra ante seus pees*; com o sentido de *propriedade: (...) aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos teen de mi en'as t(er)ras q(ue) de mi teem os me(us) riquos omees (...).*

Moesteiro, que sofreu alteração em sua forma, vem do grego *monastérion* 'residência solitária, mosteiro', pelo latim *monasterium* 'mosteiro', difundido por via popular. Para essa lexia, encontramos as seguintes acepções: *estabelecimento onde os monges vivem isolados do restante do mundo; convento*; como diacronismo antigo: *cela individual habitada por um religioso; a igreja catedral; capela pequena ou abóboda onde eram sepultados os mortos.*

A forma *logares* provém do latim *locālis* 'de lugar, local', deriva de *lōcus*, 'lugar'. Nos dicionários contemporâneos está registrada como as seguintes acepções: *país, cidade, povoação, região não es-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pecificada; área de limites definidos ou indefinidos. Essa lexia teve sua forma alterada.

Casa, de acordo com A. G. Cunha, vem do latim *casa* 'morada, vivenda, habitação, residência'. Essa forma figura nos dicionários designando, entre outros, *edifício de formatos e tamanhos variados, geralmente de um ou dois andares, quase sempre destinado à habitação; cada uma das dependências em que é dividida uma habitação; família; lar.*

No que concerne à lexia *castelo*, verificamos que esta se origina do latim *castĕlum* 'praça forte, reduto, castelo, asilo, refúgio; lugarejo nas montanhas; reservatório de água'. Para essa lexia, encontramos registradas, tanto em Ferreira (1999) quanto em Houaiss (2001), as significações: *residência real ou senhorial dotada de fortificações; (1214) praça-forte protegida por fosso, muralhas, torres, barbacã etc.*

De origem controversa, a lexia *reposte*, para Machado (1993), provavelmente é um estrangeirismo. Já para A. G. Cunha, ela tem origem em *reposteiro*, do latim *repositarius* 'pessoa encarregada da guarda do serviço da mesa'. Ferreira (1999) não registra essa lexia. Em Houaiss, ela está registrada como *casa para guardar móveis; guarda-móveis*, além de *conjunto de móveis guardado nesse guarda-móveis*. Observemos que ela foi empregada no testamento com um sentido semelhante a este, embora não se trate de guardar móveis, mas sim o documento: *E mandei fazer treze cartas cu D aq(ues)ta tal una come outra (...) a t(er)cia dezima facer guarda[r] em mia reposte.*

No campo léxico *família* estão inseridas as formas lexicais que designam pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação (descendência). Foram levantadas as seguintes formas: *molier, padre, madre, filios, infante, semmel*. *Molier* vem do latim. *mulier* 'mulher'.

Apresenta, dentre outros, o sentido de *o ser humano do sexo feminino; companheira conjugal; esposa*. Com este último sentido, essa lexia parece ter sido empregada no testamento. Observemos: (...) *a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios (...)*. É interessante notar que a acepção latina de 'fêmea do homem', conforme Houaiss (2001), só se conservou em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

português, espanhol e romeno; nas outras línguas românicas, a acepção preservada foi a de *'mulher casada, esposa'*.

A lexia *fillios*, do latim *filīus*, 'indivíduo em relação aos pais, descendente', encontra-se registrada, nos dicionários contemporâneos, com as seguintes acepções: *cada um dos descendentes do sexo masculino em relação a seus genitores; pessoa que descende, que se origina de determinada família, grupo social etc.; descendente; indivíduo do sexo masculino em relação aos pais* (HOUAISS, 2001; FERREIRA, 1999).

Para a lexia *padre*, as acepções de *homem que já recebeu as ordens sacerdotais, sacerdote secular ou regular* encontram-se em Ferreira (1999) e Houaiss (2001). Com essa acepção, a lexia foi empregada no documento. Vejamos: *E ssi eu for morto, rogo o apóstoligo come **padre** e senior*. Tanto em Houaiss quanto em Ferreira, a lexia está registrada como diacronismo antigo, com o significado de *pai* ('homem'). Com esse sentido, *padre* também é empregado no documento objeto desse estudo: *E mãdo da dezima dos morauidiis e dos dieiros q(ue) mi remaserù ① de parte de meu **padre** q(ue) su ② en Alcobaza (...)* Do latim *páter, pátris, padre* significa 'pai; chefe da família; avô, antepassado', sendo usado também, no século XIII, com o sentido de *sacerdote*.

A forma lexical *semmel* não se encontra dicionarizada, no entanto, procuramos incluí-la nesse campo, fundamentando-nos em Venâncio Filho (2007)³¹. A essa lexia, ele atribui o sentido de *semente, fruto*. Esse sentido pode ser observado no trecho a seguir: *E ssi este for orto sen **semmel**, o maior filio q(ue) ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz*. Do latim *infans* 'que não fala, que tem pouca idade, novo, pequeno, criança', do latim *in-* 'negação' e verbo depoente *for, fāris, fātus sum, fārí* 'falar', a lexia *infante* está registrada nos dicionários contemporâneos como *criança, menino*. Conforme Houaiss, no século XIII, em Portugal e Espanha, era usada para designar o filho de reis, porém não herdeiro do trono. No entanto, em seu testamento observamos que D. Afonso II contra-

³¹ Anotações da aula de *A língua portuguesa das origens ao português arcaico*, no PPGLL (UFBA), em que o Prof. Américo Venâncio Filho fez a leitura do Testamento de D. Afonso II e apresentou-nos o dicionário do português arcaico, que se encontra em construção.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ria essa designação, ao deixar explícito que: *P(ri)meiram(en)te m(ã)do q(eu) meu filio infante don Sancho q(eu) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)m(em)te e em paz.*

No que se refere à forma *madre*, encontramos registrados os seguintes significados: *mãe*; *membro de congregação católica feminina*; *freira, irmã*; *freira que dirige um convento*; *superiora*. Essa lexia tem origem no latim. *māter* 'mãe'. Ferreira (1999) evidencia que, com o sentido de *mãe*, essa forma é desusada, permanecendo atualmente apenas nas locuções *Madre de Deus* e *Santa Madre Igreja*.

No campo léxico dos numerais, incluímos todas as lexias que denotam quantidade numérica, sejam elas indicando número inteiro, ordem ou divisão. Assim, reunimos as seguintes lexias: *terceira*, *mil-le*, *três*, *tercia*, *cinque*, *quarta*, *quinta*, *dous*, *septima*, *sexta*, *novea*, *octaua*, *undezima*, *duodezima*, *tercia décima*.

Terceira é um termo que tem origem no latim *tertiarĭus* 'que contém um terço' e, por extensão, 'terceiro', indicando ordem no tempo ou no espaço. Para essa lexia, os dicionários registram, entre outras, as acepções: *que vem ou está em terceiro lugar*; *que ocupa o terceiro lugar em uma série, dinastia*; *que ou o que ocupa, numa sequência, a posição do número três*.

A lexia *mille*, que sofreu alterações em sua forma, origina-se do latim *mille* 'mil, milhar, milhares' . A sua forma correspondente atual *mil* está dicionarizada com os seguintes sentidos: *novecentos mais cem*; *o número cardinal logo acima de 999*; *diz-se do milésimo elemento de uma série*; *que equivale a essa quantidade (diz-se de medida ou do que é contável)*.

Do latim *tres*, *tres*, *tria*, a forma lexical *tres* encontra-se dicionarizada com os significados: *dois mais um*; *o número cardinal logo acima de dois*; *que equivale a essa quantidade (diz-se de medida ou do que é contável)*. No que se refere à lexia *tercia*, do latim *tertius* 'terceiro', um terço', verificamos que esta é considerada o mesmo que *terceiro*, já analisado anteriormente.

Cinque corresponde à forma atual *cinco*, que está registrada nos dicionários contemporâneos com o significado de *quatro mais um*; *o número cardinal logo acima de quatro*; *que equivale a essa quantidade (diz-se de medida ou do que é contável)*. Conforme A. G.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Cunha *cinco* vem do latim vulgar *cinque*, com dissimilação do *qu*-inicial do latim clássico *quinque*. O *-o* final se explica por influência de *quatro*.

O termo *quinta* corresponde a: *que ou o que ocupa, numa sequência, a posição do número cinco; que ou o que corresponde a cada uma das cinco partes iguais em que pode ser dividido um todo*. Sua origem está no latim clássico *quintus* 'quinto'. Este, por sua vez, origina-se de *quinque* 'cinco'; *Quarta* tem origem no latim *quarta, ae* 'a quarta (parte)'. Para essa forma, encontramos as seguintes significações: *que ou o que ocupa a posição do número quatro, numa sequência; que ou o que corresponde a cada uma das quatro partes iguais em que pode ser dividido um todo*.

No que tange ao termo *dous*, variação menos usada de *dois*, tem origem no latim *duo, ae, o* 'dois, duas'. Suas significações, nos dicionários contemporâneos, são as seguintes: *quantidade que é uma unidade maior do que um (1); um mais um*.

A lexia *septima*, cuja forma sofreu alteração, encontra-se registrada como: *que ou o que ocupa a posição do número sete, numa sequência; que ou o que corresponde a cada uma das sete partes iguais em que pode ser dividido um todo*. Do latim *septimus* 'sétimo'. Conforme Houaiss, no século XIII, encontravam-se as variações *septimo, seteo, sseptima*.

Do latim *sextūs, a, um* 'sexto', a forma léxica *sexta* está dicionarizada como: *que ou o que ocupa, numa sequência, a posição do número seis; que ou o que corresponde a cada uma das seis partes iguais em que um todo pode ser dividido*.

A lexia *octaua* vem do latim clássico *octāvus* 'oitavo', cuja terminação originou a formação da palavra *avos*, para designar frações com denominadores maiores que dez. Significa, enquanto numeral ordinal: *aquele que ocupa a posição de número oito, numa sequência*; enquanto fracionário: *que ou o que corresponde a cada uma das oito partes iguais em que se pode ser dividido um todo*.

Novæa, variação de *nono(a)*, tem origem no latim *nōvem*. Para essa forma, encontramos as seguintes acepções nos dicionários pesquisados: *oito mais um; o número cardinal logo acima de oito*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A lexia *dezima* tem origem no latim *decimus* ou *decūmus* 'décimo'. Sua correspondente atual está dicionarizada com as seguintes acepções, dentre outras: *que ou o que ocupa a posição do número dez, numa sequência; que ou o que é dez vezes menor que a unidade; cada uma das partes em que se divide um bilhete de loteria.*

A lexia *undezima* se origina no latim clássico *undecīmus, a, um*. Sua forma sofreu alteração e está dicionarizada sob a forma undécima, que significa: *que ou o que, numa sequência, ocupa a posição do número 11; que ou o que corresponde a cada uma das 11 partes iguais em que pode ser dividido um todo.*

Duodezima, registrada sob a forma *duodécimo(a)*, tem origem no latim *duodecīmus, a, um* 'duodécimo, 12 em ordem'. Suas acepções são as seguintes: *que ou o que ocupa, numa sequência, a posição do número 12; que ou o que é 12 vezes menor que a unidade; cada uma das 12 partes iguais em que pode ser dividido um todo.*

A lexia complexa *tercia dezima* encontra-se dicionarizada sob a forma *tércio-décimo*, que significa *décimo terceiro, trezeno*. É formada pela lexia *tércio(a)*, que tem origem no latim *tertīus* 'terceiro, um terço'; e pela lexia *dezima*, que tem origem no latim *decīmus* ou *decūmus* 'décimo'.

As lexias que se referem ao serviço ou bem que se faz gratuitamente, favor, graça ou vantagem estão reunidas no campo léxico benefícios. Foram levantadas as lexias: *comenda, gracia, derecto, proe*. *Comenda*, conforme Houaiss (2001), tem as seguintes acepções:

Benefício que antigamente era concedido a eclesiásticos e a cavaleiros de ordens militares; distinção puramente honorífica; insígnia, condecoração que representa tal distinção; insígnia de comendador; terceiro grau em algumas ordens militares; porção de terra doada oficialmente como recompensa por serviços prestados, ficando o beneficiado com a obrigação de defendê-la de malfetores e inimigos.

É um termo que provém do latim medieval *commenda*, de *comendāre*, provavelmente por influência do francês *commende* (1213). A lexia *gracia*, do latim *grātia*, 'reconhecimento, agradecimento; favor, benevolência; graça, beleza; perdão, vênia', corresponde à forma atual *graça*, cujas acepções são:

Dádiva, favor que, por liberalidade, se concede a um inferior; mercê; favor que se dispensa ou se recebe; favor ou benefício; no catolicismo,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

favor ou auxílio gratuito outorgado por Deus a determinados homens que a ele, por si sós, não teriam nenhum direito pessoal, e que os eleva a uma destinação sobrenatural; favor ou benefício concedido por Deus a um fiel, com ou sem a interferência de um santo; auxílio sobrenatural que Deus concede aos homens e que os torna capazes de cumprir a vontade divina e alcançar a salvação; bênção, inspiração; a bondade divina, que concede favores aos Homens; bênção.

Com essa acepção, D. Afonso II parece ter usado o termo *gracia* em seu testamento: *Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal*. Assim, observamos que o sentido da lexia foi preservado, embora sua forma apresente variação. *Derecto* é um diacronismo antigo que tem origem no latim vulgar *derectus*, por alteração do latim clássico *directus* ‘colocado em linha reta, alinhado, direito’. Está dicionarizada sob a forma *dereito*, mesmo que *direito*, que, enquanto substantivo, significa, entre outros:

O que é justo, correto, bom; aquilo que é facultado a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos por força de leis ou dos costumes; prerrogativa legal (para impor a outrem alguma medida, procedimento etc.); privilégio, regalia; autorização legal (para determinadas ações ou atividades).

Proe, segundo Celso Cunha, vem do latim *prode*, adjetivo invariável derivado de *prodest* ‘é útil’, através de *prole*, cuja origem é duvidosa. Corresponde à forma *prol*, diacronismo antigo que significa *proveito, lucro, vantagem*. Vejamos seu emprego no documento: (...) *seendo sano e saluo, teme Ote o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios* (...).

As lexias que denominam condições em que as coisas ou pessoas se encontram, ou se sentem estão reunidas no campo léxico estado e sentimentos. Foram arroladas as lexias *sanus, temeote, paz, folgãcia, morto, uoontade, piadade*.

Do latim *sanus* ‘são, sadio’, temos a lexia *sano*. Essa lexia, que sofreu variações, corresponde atualmente a *são*, cujas acepções apresentadas nos dicionários convergem para aquela com a qual se encontra no testamento: *que ou aquele que tem saúde, boa constituição, que não tem defeito físico; sadio, forte; que readquiriu a saúde; cicatrizado, curado; que desfruta de saúde mental; equilibrado, sensato; que contribui para a saúde física e/ou espiritual; salubre, saluta*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A lexia *salvo*, variante de *salvo*, tem origem no latim *salvus* 'salvo'. Apresenta as seguintes significações: *que se salvou; não atingido; resguardado, preservado, intacto; salutar, favorável; resguardado, ressalvado, respeitado; deixado de fora; omitido, excluído; que alcançou a graça eterna.*

A forma *temeote* está registrada com as seguintes acepções: *que teme; que faz medo pela fealdade.* É constituída pelo verbo *temer*, do latim *timēo* 'temer, recear, ter medo, estar atemorizado' e pela desinência latina de particípio presente *-ntis*.

O termo *paz* tem origem no latim *pax, pācis* 'paz, estado de paz, tratado de paz'. Encontra-se dicionarizada, entre outros, com os seguintes sentidos: *relação entre pessoas que não estão em conflito; acordo, concórdia; estado de espírito de uma pessoa que não é perturbada por conflitos ou inquietações; calma, quietude, tranquilidade.*

Folgância é uma variante de *folgança*, que está dicionarizada como o *ato de descansar, de recuperar-se de uma atividade fatigante ou penosa; a folga ou ócio disso resultante; ato de entregar-se ao divertimento, à brincadeira;* e como derivação por metonímia, *a festa, o folguedo disso resultante.* É uma lexia formada pelo verbo *folgar*, do latim *follicō* 'respirar ruidosamente, como fole', derivado de *follis*, 'bola cheia de ar para divertimento, fole' e pelo sufixo *-ança*, formador de substantivos abstratos.

Do latim *mortuus* 'morto, defunto', a forma lexical *morto* está dicionarizada com as seguintes acepções: *que ou aquele que morreu, que ou aquele que perdeu a vida, que ou aquele que deixou de existir;* enquanto adjetivo, apresenta a seguinte significação: *falto de vida; desprovido de movimento e/ou de sensibilidade; inerte, inanimado.* Com o primeiro sentido, *morto* foi empregado no testamento: *E ssi eu e a raina formos mortos, rogoli e pregoli q(ue) os me(us) filios e o reino segiã en sa come Dda.*

Uoontade é uma forma variante de *vontade*, que tem origem no latim *voluntas* 'vontade, ato de querer; desejo, projeto'. Apresenta as seguintes acepções: *faculdade que tem o ser humano de querer, de escolher, de livremente praticar ou deixar de praticar certos atos; força interior que impulsiona o indivíduo a realizar aquilo a que se propôs, a atingir seus fins ou desejos; ânimo, determinação, firme-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

za; grande disposição em realizar algo por outrem; empenho, interesse, zelo; capacidade de escolher, de decidir entre alternativas possíveis; volição; sentimento de desejo ou aspiração motivado por um apelo físico, fisiológico, psicológico ou moral; querer.

A lexia *piadade* está registrada em Houaiss (2001) como diaconismo antigo, como o mesmo que *piidade*, a qual tem origem no latim *pietas* 'cumprimento do dever, virtude, justiça, fidelidade; piedade (para com os deuses e familiares), culto, devoção', derivado de *pīus* 'que cumpre o dever, virtuoso, puro'. Nos dicionários pesquisados, está registrada como as acepções: *devoção, amor pelas coisas religiosas; religiosidade virtude que permite render a Deus o culto que lhe é devido*. No século XIII, era empregada com o sentido de *compaixão pelo sofrimento alheio, comiseração, dó, misericórdia*, como percebemos no texto: *E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a t(er)ra ante seus pees q(ue) pela sa santa piadade faza aq(ue)sta mia mãda seer (con)p(ri)da e aguardada (...)*.

No campo das riquezas, estão as lexias que denominam bens materiais e posses. Foram encontradas as seguintes lexias: *mouil, dieiro, morauidis, tesouro*.

A forma lexical *mouil* vem do lat. *mobīlis* 'que pode mover-se'. Denomina, de acordo com os dicionários que servem de base a esse estudo, *conjunto de bens cuja substância ou forma* (por exemplo, *carros, objetos, adereços da casa, animais etc.*) *não se altera quando deslocado; conjunto de bens moventes*.

Dieiro, variação de dinheiro, tem origem no latim vulgar *dinarius*, do latim clássico *denarius* 'dezena, denário, qualquer moeda, peso de uma dracma ática', derivado do latim *deni* 'cada dez' de *decem* 'dez'. Conforme Houaiss, originalmente essa lexia designava 'moeda de prata com o valor de dez asses de cobre'. Posteriormente, passou a designar diversos tipos de moedas, evoluindo para o sentido de 'moeda' como 'soma indeterminada de dinheiro'. Nos dicionários pesquisados, encontramos as seguintes acepções:

Meio de troca convencional, na forma de moedas ou cédulas, usado na compra de bens, serviços, força de trabalho, divisas estrangeiras ou nas demais transações financeiras, emitido e controlado pelo governo de cada país, que é o único que pode emití-lo e fixar o seu valor; a cédula ou moeda usada nessas transações; tudo aquilo que pode ser convertido em dinheiro (ações, títulos, cheques, etc.); qualquer montante de dinhei-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ro, especificado ou não; riqueza, fortuna, capital; antiga moeda romana equivalente a dez asses Morauidiis é uma variante de morabitino/ maravedi.

Essa lexia vem do árabe *murábití* (*dinár*) '(dinar) dos almorávidas', dando origem também a *maravidil*. Segundo Machado, a forma *morabitino* só se atesta em documentos latinos; nos portugueses, a forma corrente era a forma vulgar *maravedi*. Nos dicionários pesquisados, encontramos as seguintes significações: *moeda de ouro usada na península Ibérica durante o período em que os almorávidas lá se estabeleceram (até o sXII); qualquer uma das moedas de ouro que foram cunhadas em Portugal entre os reinados de D. Afonso I (1139-1185) e de D. Afonso III (1248-1279).*

O item lexical *tesouro* está dicionarizado, entre outros, com o significado de *conjunto de riquezas de qualquer tipo (por exemplo, dinheiro, joias, pedras e metais preciosos, bens valiosos) guardadas ou escondidas*, como empregado no texto: *E mãdo q(ue) q(ue)n q(ue)r que tenia meu tesouro ou me(us) tesouros a dia de mia morte q(ue) os de a departir aq(ue)stes dous arcebispos e aq(ue)stes cinq(ue) bispos*. A origem dessa forma lexical está no latim *thesaurus*, 'tesouro, bens, haveres, teres, provisões de toda sorte, local em que se acumulam os bens materiais e não materiais, depósito de conhecimentos'.

No campo dos fracionamentos, estão incluídas as lexias que designam divisão ou separação. Foram levantadas as seguintes lexias: *departidas, apartadas, parte, meiadade*.

Departidas é um adjetivo (particípio feminino plural do verbo *departir*) formado pelo prefixo *de-* e o verbo *partir*, por influxo do francês *départir* (1080), derivado de *parti*, do latim *partĭo*, 'partir, dividir, distribuir'. Segundo Houaiss (2001), a acepção 'meter-se em movimento' e suas afins derivam da noção de separação contida na acepção 'partir, quebrar, dividir em partes' e provavelmente se trata do francês *partir* (século XII) 'deixar um lugar'; *partirra*. No século XIII, era também empregado como: 'desviar, dissuadir; deixar de, desistir de; impedir, fazer malograr; pôr de lado, dispensar, abrir mão'.

A lexia *departido(as)* está registrada, em Houaiss (2001), com as seguintes acepções: *que se departiu; separado em partes; repartido, dividido; concedido, distribuído (para muitos); que se separou ou foi afastado; contado, narrado com riqueza de detalhes e minú-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cias. Para *apartadas*, encontramos as seguintes acepções: *que se apartou; posto à parte; separado; separado (em briga); afastado; que se afastou do caminho; desviado*.

Constituiu-se a partir do particípio de *apartar*, formado pelo prefixo *a-* e pelo verbo *partir*, já explicitado acima. A lexia *parte* vem do latim *pars*, 'parte, quinhão, porção; região, país; partido, facção; papel (que alguém representa), ofício, dever; lições aprendidas de cor; as partes genitais'. Encontra-se dicionarizada com as seguintes acepções: *qualquer porção de um todo; divisão de uma obra; fração de um todo repartido; quinhão*.

A lexia *meiadade* é uma variante de *metade*, do latim *medietas* 'o meio, o centro; a metade, o meio exato', pelo português antigo *meiadade*, refeito *meetade*, *metade*. Os dicionários contemporâneos não dedicam entrada para essa lexia. Vejamos como essa forma foi empregada no testamento: *E mado q(ue) a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aq(ue)lias cousas mouils q(ue) eu ouuer (...)*.

As formas lexicais que informam sobre as funções exercidas pelos trabalhadores, no século XIII, e que foram mencionadas no testamento estão incluídas no campo léxico elementos humanos. São as formas: *tesoureiro, leigo, uassalos, templeiros*.

Tesoureiro é uma lexia formada pelo substantivo *tesouro*, do latim *thesáurus*, 'tesouro, bens, haveres, teres, provisões de toda sorte, local em que se acumulam os bens materiais e não materiais, depósito de conhecimentos' e pelo sufixo *-eiro*, formador de substantivos, que denota 'o que produz e/ou negocia, ou cuida'. Apresenta as seguintes acepções:

Aquele que guarda o tesouro ou o cofre de alguém ou de alguma instituição; aquele que está encarregado de efetuar as operações monetárias de um banco, uma companhia, uma associação etc.; empregado superior da administração do tesouro público; numa igreja, indivíduo encarregado de guardar os vasos sagrados e demais utensílios eclesiásticos.

No que se refere à lexia *leigos*, do latim *laicus*, 'leigo, de leigo', por via popular', verificamos que está dicionarizada com as seguintes significações: *que ou aquele que não recebeu ordens sacras; laico [Originalmente designava o serviçal dos conventos.]; que ou aquele que é estranho a ou que revela ignorância ou pouca familiaridade com determinado assunto, profissão etc.; desconhecedor, i-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nexperiente, sentido com que aparece no texto: *E den ende aos ome-
es d'ordin de mia casa e aos leigos <a> q(ue) eu nõ galardoei seu
servizo (...).*

Uassalos é uma forma variante de *vassalo*, do latim medieval *vassalus*, derivado de *vassus* 'servidor', este, por sua vez, de origem céltica. Nos dicionários que servem de base a esse estudo encontram-se as seguintes acepções para essa lexia: *no sistema feudal, indivíduo que, mediante juramento de fé e fidelidade a um suserano, dele se tornava dependente, rendendo-lhe preito e tributo; aquele que é súdito de um soberano*. Essa última acepção converge para aquela com que a lexia se apresenta no texto: (...) *depos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(ue)las cousas q(ue) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia*.

Templeiros, forma variante de *templário*, predominante no século XIII, origina-se do latim medieval *templarius* (século XII) 'ordem religiosa dos cavaleiros do templo', que foi instituída em 1118, em Jerusalém, nas proximidades do Templo de Salomão, por Hugues de Payns, para defender o Santo Sepulcro'. Está dicionarizada sob a forma *templário*, com o sentido de *cavaleiro do Templo* ('ordem militar')

3. Considerações finais

Através deste estudo, verificamos que a maioria dos itens lexicais empregados no *Testamento de D. Afonso II* tem sua origem no latim. A análise léxico-semântica nos permitiu verificar que o léxico empregado por D. Afonso II compõe-se de lexias que sofreram alterações na forma, mas preservaram o conteúdo, como *caonigos*, *meiadade*; lexias que sofreram alterações no conteúdo, mas preservaram a forma, como *padre*, *madre*; lexias que conservaram a sua forma e o seu conteúdo, como *custas*, *missa*; de lexias que se encontram em desuso, como *apostoligo*, *reposte*; e de lexias que sofreram alterações na forma e no conteúdo, como *espitaleiros*. A figura a seguir demonstra o percentual de ocorrências dessas lexias no documento em pesquisa.

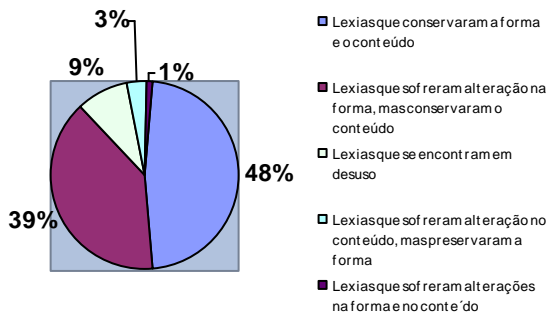


Figura 1 – Índice de ocorrências das lexias.

Considerando os percentuais da figura 1, verificamos que o léxico em estudo conservou a maioria de suas lexias, tanto no que se refere à forma quanto ao conteúdo.

No que tange aos fatores extralinguísticos, observamos que os informantes da faixa etária 2 (31 a 46 anos) conhecem e/ou utilizam mais as formas que compõem esse léxico, como demonstra o gráfico abaixo:

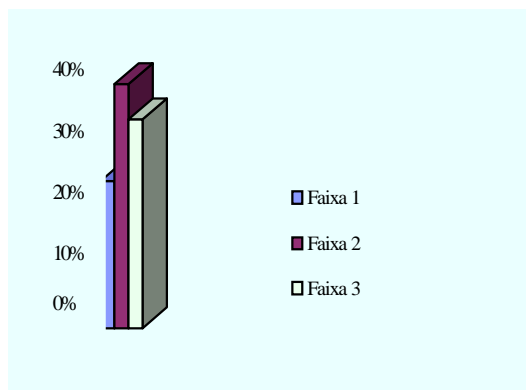


Figura 2 - Índice de uso e conhecimento das lexias conforme a faixa etária.

A estruturação das lexias em campos léxicos nos permitiu verificar que as designações do campo léxico dos **numerais** e das **autoridades eclesiásticas** superaram os demais. No que tange ao campo léxico dos numerais, esse resultado já era esperado, tendo em vista que um testamento dispõe sobre bens materiais e sua divisão, o que requer o uso de tais lexias. No que se refere ao campo das autoridades eclesiásticas, o resultado demonstra a importância do culto à religião no século XIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Teresa C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lexikon Informática, 1999.

GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxi-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

co. Trad. Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1976.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Sales. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

MARTINET, André. *Conceitos fundamentais da linguística*. Trad. Wanda Ramos. Lisboa: Presença/Livraria Martins Fontes, 1976.

**TEATRO PORTUGUÊS MEDIEVAL:
CENÁRIO HISTÓRICO**

Rosângela Divina Santos Moraes da Silva
rosangeladsms@yahoo.com.br

RESUMO

O referido artigo é resultante do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *O Auto no teatro luso-brasileiro*: da tradição vicentina à modernidade de Ariano Suassuna, no qual objetivamos precipuamente a contextualização histórica do teatro português medieval, evidenciando a relevância do auto, sua origem, sua tipologia, sua caracterização estética e suas funções lúdico-pedagógica e política, como uma das formas dramáticas mais utilizadas pelo teatro popular português, cujo destaque merece o de Gil Vicente.

Palavras-chave: Teatro popular. Historicidade. Auto

Falar em teatro português, em especial, no de Gil Vicente, requer, inicialmente, uma breve análise do teatro medieval. Faz-se necessário, então, considerar como o Cristianismo incutiu na Europa um modelo de vida, de arte e de religião que servirá de instrumento de manipulação sociocultural da Igreja, o qual é retomado por Gil Vicente, no *Auto da Visitação*, em 1502, inaugurando em Portugal, o teatro popular.

O mundo “medieval resulta do encontro e da fusão de dois mundos que iam evoluindo um para o outro, de uma convergência das estruturas romanas e das estruturas bárbaras em transformação” (LE GOFF, 1995, p. 48). A religião do povo, dessa forma, não passava de um cristianismo bastante aviltado, de influência pagã.

O cristianismo da quase maioria da massa popular da Idade Média era essencialmente a religião do medo. A Igreja inculcou, no imaginário coletivo, o medo do poder de Deus sobre a vida terrena e do além-túmulo, tendo com isso o povo sob o seu comando. A imagem de Deus apresentada pelos clérigos era aterradora, um Deus de juízo inexorável, cuja ira contra o pecado só podia ser aplacada pela observância incontestada dos mandamentos da Igreja. O poder de mando da Igreja obrigava à obediência e à servidão religiosa de grande parte do povo, bem como lhe impunha uma vivência incondicional

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dos preceitos morais da religião, não por amor a Deus e confiança nele, mas pelo terror de seu castigo.

Dentro desse contexto, a Igreja Católica descobre o teatro como um instrumento facilitador da disseminação ideológica, de obediência e submissão aos valores da época, o que implica a manutenção de seu *status quo*. Embora as produções teatrais estejam arraigadas ao dogmatismo religioso, estas não perdem o caráter lúdico que provoca o riso fácil e leva à diversão.

Para Robert Cairns (1995, p. 104), a Igreja paganiza-se parcialmente na tentativa de solucionar os problemas advindos da invasão bárbara. Nesse sentido, muitas práticas ritualistas, padrões de vida e de costumes são incorporados ao culto cristão. Dessa forma, podemos inferir que, com a afluência dos bárbaros e o crescimento episcopal, a Igreja altera significativamente o culto; materializa a liturgia para tornar Deus mais acessível aos seus fiéis. A veneração de anjos, santos, relíquias, imagens e estátuas é uma consequência lógica deste procedimento, como também o surgimento do teatro religioso.

Essa mudança no culto da Igreja acirrou-se com o passar do tempo: as festas do Natal e da visita dos magos a Cristo tornam-se práticas regulares; são acrescentados, no calendário eclesiástico, mais e mais, o número de dias santos; aumentam-se as cerimônias de cunho sacramental; desenvolve-se, por volta de 590, a veneração à Virgem Maria. É pertinente lembrar que o teatro religioso medieval retoma, sobretudo, nos autos, em especial, nos sacramentais todas essas práticas cristãs.

Nesse aspecto, o teatro religioso revelou-se um excelente mecanismo de manipulação e, também, de um entretenimento popular. O caráter popular do teatro decorre do fato de as representações dirigirem-se não apenas à classe dominante, mas a todas as camadas do povo. Tal como a Igreja em geral, o teatro religioso passa a incorporar traços peculiares do paganismo, assimilando crenças e ritos primitivos, tornando-se um espaço privilegiado em que se ensina através da arte, provoca-se o riso e revela-se o sentimento da fé.

Todas essas mudanças do culto da Igreja, aludidas anteriormente, estão intimamente relacionadas ao estado monárquico que se altera de uma forma democrática simples para outra mais aristocráti-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ca e repleta de liturgia, com uma clara distinção entre clero e leigo. Assim, o teatro medieval reforça essa força hegemônica do Estado e da Igreja, representando temas que transmitiam a vontade divina e suas verdades reveladas (pela *Bíblia* e pelos Santos), como também preconizavam os padrões de comportamento social, sem perder a dimensão lúdica revestida de cenas hilariantes.

Paul Zumthor (1993, p. 256) confirma-nos a evidência dessa força hegemônica clérico-estatal ao teorizar sobre o caráter “teatral” de toda poesia medieval. Para o autor, diversos reis, dentre eles de Aragão e Castela, partilhavam de uma crença generalizada de que a música, a poesia, o teatro eram “indispensáveis à boa ordem” e tinham influências positivas sobre os estados da alma (melancolia) e atuavam como bálsamos sobre “as doenças corporais e até feridas”.

Esse aspecto profilático e persuasivo da arte advém das sensações e emoções causadas nos ouvintes e espectadores. Nesse caso, o espetáculo teatral não pode ser dissociado do lúdico que envolve, comove, persuade e, sobretudo, diverte pelo riso incontrollável da plateia. No cenário do drama todos podem participar e viver o momento cênico sem as amarras das sanções naturais, em que, por um instante, “afasta-se a ameaça latente do real” (ZUMTHOR, 1993, p. 240).

A Igreja vale-se então do lúdico para incrementar os sermões litúrgicos e produzir um efeito persuasivo de difusão da fé e manutenção de seus dogmas. Para Paul Zumthor (1993, p. 256), opera-se pela liturgia uma tendência de se estabelecer uma conexão entre “as incessantes transferências entre o homem e Deus, entre o universo sensível e a eternidade”, tendo em vista que, até bem depois do século XV, a motivação humana “foi uma sede de conhecer; o meio, a participação sensorial; e a finalidade, uma alegria comum”. Tudo isso gerado por um desejo que agiu “sobre esse mundo para fazer de toda a realidade um espetáculo” desde as percepções auditivas (a leitura, a música), visuais (atores, suas roupas, seus gestos, sua dança) e táteis (o toque em uma parede santa ou um beijo ao pé da imagem) ao perfume dos incensos. Enquanto que na “base da sociedade civil, a cerimônia de prestação de vassalagem constitui-se uma performance teatral, ligando uns aos outros em procissão hierárquica de dominantes e dominados”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Cumpre-nos ressaltar que o teatro, além da difusão de dogmas religiosos, assume vital importância nas relações sociais. A corte é assim o palco por excelência de representação do drama público cujo repertório cênico limita-se a alguns temas e imagens, mas que se revitalizam pelas festas evocadas. É justamente no palco palaciano que emerge o teatro popular de Gil Vicente com seu humor sarcástico, o qual rompe as esferas públicas e privadas, pois não se destina a apenas divertir os que governam, mas a despertar no povo a reflexão crítica através de seus espetáculos.

Como preconiza Paul Zumthor (1993, p. 257), o teatro da corte, a partir do fim do séc. XIII, representou um processo de preparação do espírito humano para uma irresistível crença vindoura no poder do Estado.

Na relação entre a difusão de dogmas, das verdades reveladas e o divertimento popular, fica evidente que a inserção de mecanismos de persuasão que inquietam o espírito, o emocionam, o perturbam revolucionou a pregação em todo o Ocidente, pois embora fosse a pregação coisa muito 'séria', os padres, os monges recorriam ao grotesco e ao cômico, em que "certa bufoneria mistura-se aí à expressão da Fé. O sermão é a exibição de um ator que executa um drama popular" (ZUMTHOR, 1993, p. 236).

Tal revolução presta-se à Igreja mais ainda como veículo de difusão das verdades bíblicas que foram transformadas em dogmas, decretos divinos irrefutáveis e inquestionáveis. A forma de se conceber essas verdades pela Igreja provocou a formação de mentalidades e de opiniões totalmente adversas do pensamento racional clássico. É neste período que surge o teatro de Gil Vicente.

Nessas verdades-dogmas, surge uma distinção, desconhecida pelos antigos, entre verdades reveladas ou da fé e verdades da razão ou humanas, ou seja, entre verdades sobrenaturais e verdades naturais. As primeiras introduzindo a noção de conhecimento recebido por uma graça divina, superior ao simples conhecimento racional:

Há, com efeito, duas ordens de verdades que afirmamos de Deus. Algumas são verdades referentes a Deus e que excedem toda a capacidade da razão humana, como por exemplo, Deus ser trino e uno. Outras são aquelas as quais a razão pode admitir, como, por exemplo, Deus ser, Deus ser uno, e outras semelhantes. [...] (AQUINO, 1990, p. 22)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Isso não significa que a verdade da razão natural seja contrária à verdade da fé cristã, mas que aquela adquire grande perfeição se admitida pela fé. Na Idade Média, esse pensamento foi muito difundido por Tomás de Aquino (1990, p. 26):

Com efeito, só conhecemos verdadeiramente Deus quando cremos que ele está acima de tudo aquilo que é possível ser pensado a respeito de Deus pelo homem, dado que a substância divina eleva-se acima do conhecimento natural do homem.

Desse modo, desprovido da iluminação divina, o homem está predisposto ao erro e à ilusão, ou seja, suscetível ao pecado. Somente pela fé, haverá o conhecimento das verdades eternas reveladas, o que permite ao homem pensar e agir corretamente, possibilitando-lhe a comunhão com Deus e Igreja, e a remissão de seus atos pecaminosos, portanto a salvação.

Essa noção de pecado original, introduzida pelo cristianismo, em função da qual o ser humano, pervertido, finito e imperfeito, separa-se radicalmente de Deus, ser infinito e perfeito, passa a ser supervalorizada pela Igreja, criando no inconsciente humano o medo do castigo divino.

A Igreja, assim, serve-se de todas as formas de difusão e manutenção da filosofia teocêntrica do dogma cristão que lhe garantia o poder político e econômico. Para alcançar os seus objetivos, ela deflagra e, posteriormente, lidera o movimento cruzadista, sob a bandeira de libertação de lugares religiosos tradicionais, como o Santo Sepulcro, na Palestina. As expedições cruzadistas tornaram-se um dos mais fortes instrumentos político-ideológicos de difusão da Fé enquanto que, no campo artístico, foi o teatro.

Inegavelmente, a religiosidade foi preponderante para a organização das cruzadas, mas outros interesses levaram a Igreja a empunhar a bandeira da luta santa, o que aumentou em muito o seu domínio territorial e, conseqüentemente, o seu poder econômico e político.

Entretanto, destituídas em sua essência do sentido espiritual, paulatinamente, as Cruzadas acabaram por comprometer o prestígio da Igreja entre os fiéis, uma vez que se tornaram bem claros os interesses materiais envolvidos nesse movimento, o que favoreceu sobremaneira o enfraquecimento do sistema feudal, pois a economia

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

autossuficiente, foi substituída pelo comércio, fortalecendo a nova classe social emergente: a burguesia.

Nesse aspecto, difundido pela Igreja Católica, o cristianismo nutriu grande parte das expressões culturais que marcaram as sociedades europeias da Idade Média em várias esferas da vida pública e privada. As artes, a educação, os costumes, as normas éticas, as ideologias sofreram influências dos princípios cristãos perceptíveis até hoje.

No *Auto da barca do inferno* há vários elementos simbólicos que ratificam a presença marcante da imposição da fé cristã na vida social medievá e do próprio dramaturgo Gil Vicente, dentre eles: o contexto ideológico cristão das cruzadas, resgatado na imagem simbólica dos cavaleiros de Cristo que são acolhidos pelo Anjo, representando a salvação da alma por meio da Fé, no Juízo final.

Outro ponto relevante a ser tratado na evolução da ideologia cristã é a criação dos mosteiros. Como a Igreja passa a envolver-se com questões seculares (*saeculum*– “mundo”), grande parte do clero vinculou-se demasiadamente às propriedades da Igreja, tendo em vista a sua incalculável riqueza. Isso favoreceu sobremaneira a origem do clero secular ligado à materialidade. Em reação a essa tendência, funda-se, no século IV, o primeiro mosteiro, por São Pacônio, do Egito, ou seja, nasce o clero regular, cuja consolidação deve-se a São Bento (480-547). Os mosteiros constituíram os centros mais avançados da vida cultural e econômica da Alta Idade Média, além de atuarem no trabalho de conversão dos camponeses pagãos.

Além da cultura oficial, geralmente promovida pelas autoridades da Igreja e pelos governos feudais, havia também muitas criações populares. Enquanto a cultura oficial era austera e consagrava a divisão social dominante, a cultura popular era impregnada de humor.

Dessa forma, a nobreza feudal voltava-se para o ritual eclesástico e litúrgico das representações, em geral, do sacramento nas celebrações religiosas, ocorridas dentro da Igreja, enquanto a cultura popular expressava-se nas festividades carnavalescas das encenações teatrais burlescas (cômica e satírica), dos gracejos dos bufões, das paródias bíblicas (recriações de trechos dos evangelhos, dos salmos), de hinos e orações religiosos, das lendas clássicas, realizadas fora do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

templo sagrado. Nessas manifestações populares, representava-se o mundo medieval, promovendo o riso, cujo objetivo era a diversão do público e crítica dos costumes.

Percebemos que a cultura popular situa-se no espaço do profano (entendamos aqui toda atividade cultural realizada fora dos templos sagrados), enquanto que a cultura oficial preconizada pela Igreja no espaço do sagrado, uma vez que a primeira serve-se da doutrina religiosa para criticá-la, ao passo que a segunda a utiliza para difundi-la.

Sob essa dicotomia reside o teatro medieval, que, segundo Lígia Vassalo (1973, p. 39), baseia-se "na oposição litúrgica X profano, e não na do trágico X cômico", uma vez que as duas últimas categorias estão presentificadas na dramatização religiosa, pois "o trágico repousa na visão do homem decaído e o cômico se intromete a partir do próprio realismo."

A Igreja reduz a cultura medieval ao culto do sagrado, valendo-se da literatura monacal para incutir no imaginário coletivo a ideia de três mundos complementares e paralelos à realidade concreta, ou seja, três espaços cósmicos: o Céu, o Inferno e o Purgatório, sendo a arte teatral um dos instrumentos clericais de sua difusão.

Por volta do século X, há uma revigoração do teatro medieval, usado agora pela Igreja como modalidade litúrgica, cuja estratégia é o ensino da fé, a sua comunicação, ou melhor, a sua imposição, ilhada num latim que já não era mais falado na Europa. Doutrina-se o indivíduo pela difusão da fé cristã, reforçando a noção de pecado e conseqüentemente a necessidade do arrependimento para se obter o perdão, pois se assim não o fosse, o castigo de Deus seria lançar todas as almas pecadoras no ígneo inferno.

O auge do teatro medieval dá-se entre os séculos XIII e XV, na França. As primeiras peças (denominadas genericamente *jeux* – autos) surgem a partir do século XII, mas que se diferenciam e se multiplicam somente a partir do final da Guerra dos Cem Anos. Lentamente aparecem as grandes coleções de representações religiosas, tendo em vista que os autores deixam gradativamente o anonimato ao adotarem as línguas nacionais.

Essa nova fase histórica, período de grande efervescência cul-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tural devido às transformações econômicas e políticas ocorridas com o renascimento comercial e urbano, contribuiu para modificar os valores do homem medieval. Há, nessa época, uma valorização da prosperidade material, da crença de uma vida menos subordinada à inquestionável vontade divina, estimulando-se o desenvolvimento intelectual.

A confiança em si próprio, na capacidade de inquirir, raciocinar e compreender o mundo tornam-se inevitáveis ao homem medieval de pensamento teocêntrico, em que tudo passa a ser gradualmente explicado pela vontade e ação humanas, dando espaço a uma nova postura ideológica, o antropocentrismo.

Ainda que a Igreja, por meio das ordens monásticas, continuasse direcionando a produção cultural, aos poucos esta foi desvinculando-se do dogmatismo religioso, sendo as cidades pólos irradiadores dos novos valores culturais, voltados para o estudo universal do saber, ao conhecimento das ciências e aperfeiçoamento das artes.

Dentro desse contexto, de transição do feudalismo para o capitalismo mercantil, de mudanças políticas, de dogmas católicos em conflito com o pensamento moderno, é que nasce e se consagra o teatro medieval popular português, cuja criação deve-se a Gil Vicente.

O teatro vicentino surge, portanto, na Baixa Idade Média, num período literário consagrado como humanista, cuja característica dominante foi o despertar de uma nova mentalidade intelectual e artística, em que aconteceu o fenômeno político, religioso, filosófico e, sobretudo, artístico, denominado Renascimento, que postulou o ressurgimento do espírito da Grécia antiga e de Roma. Nos séculos XIV, XV e XVI houve uma extraordinária valorização de todas as faculdades da natureza humana, em que a mente humana se desperta do “entorpecimento” alienante do medo do castigo divino e transpõe os obstáculos físicos e metafísicos que até então impediam o homem arriscar-se e empreender novas conquistas em todas as direções. Grandes descobertas geográficas aconteceram no Oriente e Ocidente. Revolucionam-se a concepção de universo. Surge a imprensa. A partir de sua invenção as ideias e os conhecimentos espalham-se com mais rapidez.

No classicismo renascentista, a arte literária atinge uma pro-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

porção nunca vista antes. O período é marcado por três momentos históricos principais: primeiro, temos a nova forma de buscar conhecimento dos acadêmicos clássicos (modernos), reconhecidos como humanistas; segundo, a nova perspectiva do cristianismo iniciada por Martinho Lutero com a Reforma Protestante em 1517; terceiro, a expansão ultramarítima com a Tomada de Ceuta no norte da África em 1415, que culminaria nas grandes navegações; na descoberta da América em 1492 por Colombo, repercutindo nos países que fundaram impérios ultramarinos, assim como na imaginação e consciência da maioria dos escritores da época.

Embora o teatro de Gil Vicente tenha surgido em plena retomada da cultura greco-romana, não podemos dizê-lo clássico, sobretudo no que se refere aos autos, tendo em vista a estrutura que apresentam e o caráter religioso de seus conteúdos, mesmo com finalidade crítica-humorística. Antes, podemos inseri-lo no contexto medieval de transição da ideologia cristã teocêntrica para a pagã antropocêntrica.

Gil Vicente inaugura, em 1502, na corte portuguesa, o teatro medieval pontuado por contradições, em que são debatidas a ideologia característica do Renascimento e uma tradicionalista postura conservadora religiosa, por vezes estreitamente medieval.

O teatro medieval português nasce e se consagra, dessa maneira, sob o signo da contradição, em que o homem passa a ser a medida das coisas em confronto direto com as verdades reveladas por Deus, sendo o palco a arena para o embate entre o humano e o espiritual, o sagrado e o profano, a vida e a morte, a fé e a razão e tudo o mais que esteja ligado a Deus e aos homens, isto é, ao que é terreno *versus* o celestial.

1. O auto uma abordagem teórica

Antes, porém, de falarmos sobre Gil Vicente e situarmos a sua obra dentro do contexto histórico medieval, torna-se pertinente retomarmos a origem, estrutura e conteúdo do auto, uma vez que, com este tipo de modalidade teatral, a igreja inaugura a liturgia dramatizada, isto é, o teatro religioso, do qual Gil Vicente apropria-se, inovando-o, transformando o tema religioso, solene e sagrado, em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

comicidade dramática, cujo objetivo é a crítica social a despeito da finalidade litúrgica.

Como vimos, a influência permanente da Igreja, a estrutura social e a organização política feudal, o fenômeno ecumênico das cruzadas, os sucessivos fluxos migratórios constituem o pano de fundo de uma literatura monástica de intenções predominantemente apologéticas, didáticas, tornando-se difícil estabelecer uma taxonomia sinótica das formas literárias na Idade Média.

Em linhas gerais, durante a Idade Média, as expressões literárias reduziram-se a poemas litúrgicos, a narrativas hagiográficas e a hinos. Devido às dificuldades de produção, os textos escritos – privilégio dos mosteiros – compreendiam uma literatura historiográfica (biografias e anais), especulativa, de caráter objetivo. As formas subjetivas constituíam-se das *tragediae*, das *comediae* (desprovidas de significado dramático-teatral, isto é, narrativas de semificção), das *satirae* e das *elegiae*.

A Igreja repudiava, de modo geral, as produções orais como as fábulas, as canções amorosas, os cantos blasfematórios, de luto, ao passo que o drama litúrgico passa a ser valorizado como meio de difusão das ideias cristãs.

O teatro religioso medieval surge assim, na literatura religiosa medieval, como a mais ativa e relevante criação derivada do rito religioso na época. Rito este, cuja formação originou-se paulatinamente da dramatização de episódios bíblicos lidos durante a missa. Isso é ratificado por Le Goff (1994, p. 126) ao afirmar que “na Igreja, as cerimônias religiosas eram festas e é do drama litúrgico que sai o teatro”.

As encenações religiosas eram apresentadas no interior das igrejas. O altar transforma-se em cenário do drama, em especial, sob a forma de mistérios, a serviço divino das duas mais importantes festas cristãs: a Páscoa e o Natal. Karl Vossler citado por Margot Bertold (2003, p. 186) assegura que “por todo o mundo ocidental, a história da representação religiosa é a de uma progressiva dramatização do Sacramento”.

Conforme Maria Correia (1973, p. 48), “em fins da Idade Média, a peça, autônoma, dramatiza não só a Páscoa, mas vários ou-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tros eventos, até abranger de Adão ao Juízo Final, tomando o nome genérico de mistério”. Além do mistério, dentro do teatro religioso, aparecem o milagre e a moralidade.

Os mistérios – episódios bíblicos, geralmente encenados pela época do Natal ou Páscoa – representam uma passagem da vida de Cristo. Para Lígia Vassallo (1973, p. 41) o mistério, também denominado de *jeu*, auto ou paixão, transmite ao povo, de maneira acessível e concreta, os dogmas cristãos, os artigos de fé, ou seja, a história da religião, usando como temática as Sagradas Escrituras. Segundo a autora, o mistério

Transpõe os versículos da Bíblia em quadros vivos, que no seu efeito espetacular revelam para o povo o segredo que o latim dos livros sagrados ocultava. Pretende dar conta de tudo que se passa no Céu ou na Terra, psicológica e teologicamente. Contém por isso elementos teológicos, verossimilhança moral e psicológica, observação da realidade, patético e diabruras. Transforma-se em espetáculo de longa duração, em determinadas épocas do ano (Páscoa, Natal, Corpus Christi). É a mais importante criação do teatro religioso medieval. Narra toda a História do homem da Criação à Redenção.

O milagre é uma representação de uma graça feita por um santo, cuja duração da peça é menor que a do mistério. Os temas do milagre constituem-se das lendas de vidas de santos, em geral, com personagens quotidianas que se deparam com acontecimentos terríveis, sendo salvas, ou por intercessão da Virgem Maria, ou pelo arrependimento tardio do pecador. Essa modalidade teatral é encenada na data festiva do dia do Santo. Como forma de mostrar o milagre e validá-lo, narra-se a vida do respectivo Santo desde o seu nascimento.

A moralidade, a terceira forma de representação dramática religiosa, tem o intuito de moralizar os costumes, cujas personagens são abstrações, qualidades ou defeitos morais, tais como: Verdade, Avareza, Razão etc. Originárias da Inglaterra e da França, as moralidades mostram um ceticismo crescente por todo continente europeu: a falta de fé e verdade entre os homens leva-os à morte e, em consequência, a padecer no inferno.

A moralidade se presta à continuidade dos mistérios, pois se baseia no princípio da salvação da humanidade pela intervenção das forças divinas. Na moralidade, a temática real-histórica dos fatos bíblicos cede espaço a um argumento abstrato-típico, em que o ser

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

humano em conflito com as correntes antagônicas do Bem e do Mal, é destinado a morrer em pecado, a menos que seja salvo por seu arrependimento. Assegura Lígia Vassalo (1973, p. 42) que o tema da moralidade

É informado em estrutura alegórica, uma das grandes linhas que perpassa a arte medieval. Seus temas encarnam abstrações e valores morais, que lhes absorvem até os próprios nomes: Juízo, Perdão, Boas Ações, Discrição, Cinco Sentidos, Sete Pecados Capitais, Sete Virtudes Cardeais, entre outros. Por meio destas personificações e de outros recursos formais, a moralidade visa à edificação do ser humano. Dentre todos os tipos de peças medievais, é a que mais se aproxima da tragédia.

Devido à busca da edificação do ser humano pela personificação de atitudes boas e más do homem, além de outros recursos formais, a moralidade aproxima-se do drama litúrgico, porém dele se distancia ao incorporar vários elementos profanos e cômicos em seu conteúdo.

No que se refere ao cenário, não houve uma preocupação quanto ao espaço cênico para as primeiras moralidades, uma vez que bastava um pódio e uma dicção clara para que se realizasse o drama alegórico, moralizante. O figurino também era simples, sem a necessidade do luxo excessivo.

Por outro lado, na segunda metade do século XV, a peça alegórico-moralizante serve-se de todos os recursos cênicos e técnicos do auto da Paixão, igualando-se a ele “tanto na duração do espetáculo quanto na riqueza de conteúdo” (BERTHOLD, 2003, p. 262).

Em seu conjunto, essas representações dramáticas (mistérios, milagres e moralidades) são conhecidas como autos. Etimologicamente auto é um ato que, segundo Antônio Geraldo (1991, p. 81), deriva-se do latim *actum*, *-i*, e significa solenidade, peça teatral; refere-se àquilo que se fez ou se faz, isto é, ação.

Conforme conceitua Luiz Vasconcelos (2001, p. 25), em Portugal, no período medievo, o auto era designação genérica de qualquer tipo de peça de cunho religioso ou profano. Tanto na Espanha quanto em Portugal, o auto religioso era denominado de auto sacramental, sendo o auto profano considerado auto pastoril. Dentre essas modalidades dos autos medievais portugueses, os de Gil Vicente destacam-se, o que consagra o nome do dramaturgo, provavelmente,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como o maior da dramaturgia medieval em toda a Europa.

No Brasil, Ariano Suassuna (1927-) intitulou algumas de suas peças de auto, valendo-se do caráter religioso e popular de seu teatro, entre as quais o *Auto da Compadecida* (1957), uma das obras-primas da comédia brasileira (VASCONCELOS, 2001, p. 25).

O auto sacramental, assim conhecido em Portugal e na Espanha, tratava de peças religiosas, geralmente dramatizações relacionadas a ideias do sacramento da Eucaristia, embora houvesse autos aliçados em eventos bíblicos ou na vida de santos. Esse tipo de peça religiosa é também denominado de Auto Pascal e de Natal.

De grande relevância didático-pedagógica, o auto sacramental usava do recurso da alegoria³², quer seja como reafirmação dos valores e dogmas cristãos impostos pela Igreja, quer para esclarecer e explicar os mistérios dos sacramentos, mas esse recurso não era de uso exclusivo do drama religioso; foi também aproveitado nas produções profanas.

O germe da representação cristã na Igreja localiza-se no século IV, na Igreja do Santo Sepulcro, quando da celebração, pela primeira vez, da adoração pascal da cruz, a *Adoratio Crucis*. Do ritual puramente cultural, desenvolve-se a representação dramática, tendo como ponto de partida as celebrações litúrgicas da morte, paixão e ressurreição de Cristo, entrevistas na Páscoa.

Consoante Berthold (2003, p. 193), as 224 dramatizações pertencentes ao serviço pascal, recolhidas por toda a Europa e publicadas por Carl Lange em 1887, provam o quanto o desenvolvimento da liturgia, no que diz respeito à representação dramática, foi universal no conjunto do Ocidente.

O padrão básico da dramatização latina da celebração pascal foi estabelecido pela *Regularis Concordia* para todo o mundo ocidental. Escrita, por volta de 970, pelo bispo de Winchester, Etelvol-do, a *Regularis Concordia* instituíu um roteiro de representação dramática da *Visitatio Sepulcri*, tornando-se o primeiro exemplo de di-

³² Alegoria é considerada, geralmente, a representação de uma ideia abstrata por meio de algo concreto. Trataremos sobre esse assunto, de forma mais específica, ao falarmos do auto alegórico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

reção de uma celebração cênica na Igreja.

Em França, a encenação sacra é de responsabilidade da *Confréries de la Passion*, em que ao clero competia escrever o roteiro das peças, empreendê-las, montá-las, encená-las, às vezes, financiá-las. Já, na Itália, a *sacra rappresentazione* é produzida, em Treviso, desde 1261, pela *Confraternità dei Batutti* e pela *Confraternità del Gonfalone*, fundada em Roma em 1264.

Fontes históricas dão conta de que, no século XIII, houve duas grandes inovações ligadas ao Auto Pascal, as quais contribuíram para o desenvolvimento do teatro ocidental. Primeira: a figura de Cristo, apenas simbólica, adquire dinamismo e forma. O Cristo, nesse momento, passa a ser representado por uma pessoa que fala e atua no palco. Segunda: o auto passa a ser encenado em linguagem vernácula, mais acessível, o que confere mais vida e dinamismo à rigidez dos textos litúrgicos.

Há, com isso, uma adaptação livre das cerimônias dramáticas que se ampliam. Ao Auto Pascal na Igreja são acrescentados fatos posteriores e, mais tarde, episódios anteriores à Páscoa, como a aparição de Jesus a Madalena na pessoa de um jardineiro ou a sua descida ao Inferno e a libertação de Adão e Eva do Limbo, a qual simboliza o primeiro ato de salvação.

Devido ao acréscimo de novas cenas nos autos, houve uma ampliação proporcional do espaço cênico. Os espaços utilizados nas representações deviam ser especificados no início da cena e identificados por cenários e acessórios próprios para a realização do drama. Em consequência disso,

A simultaneidade da ação e áreas utilizadas determinaram o futuro palco de todo o teatro medieval – seja em forma de uma disposição espacial sobre a superfície inteira reservada à representação, seja de uma justaposição ao longo de uma passarela estreita. Os espetáculos eclesiais desfilam os eventos bíblicos aos olhos do espectador com a mesma justaposição simultânea de um painel pintado (BERTHOLD, 2003, p. 196)

No teatro de Gil Vicente, essa justaposição forma pequenos blocos, quadros cênicos, cuja simultaneidade cênica, é uma característica amalgamada pela dramaturgia medieval, diferindo-o do modelo clássico que estabelece a lei das três unidades: ação, tempo e espaço. Essa ruptura, de certa forma, inaugura um tipo de peça teatral

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

desprovida de verossimilhança, pois somente pelo conjunto de todos os quadros é que se estabelece a unidade semântica do texto representado.

De acordo com Lígia Vassalo (1973, p. 38), uma das características do teatro medieval reside na sua função épica. Este deseja narrar tudo, desde a Criação do Mundo até o Juízo Final. Entretanto, nos mistérios, especialmente no início e até o séc. XIV, não se conta toda a história do mundo. Com isso, mostram-se apenas partes dessa história em peças relacionadas ao Natal e à Páscoa em consonância aos rituais litúrgicos. No caso dos milagres, narra-se a vida dos santos, demonstrando uma ruptura, ou melhor, um total desconhecimento ou ignorância das regras teatrais da Antiguidade.

Desse modo podemos notar que o desconhecimento das unidades cênicas de ação, tempo e lugar ilustra a vontade divina. Deus é o grande arquiteto do universo, daí a ação se repetir continuamente em um tempo sempiterno dentro do universo cristão (Terra, Céu e Inferno), cujo objetivo é demonstrar a queda do homem e sua redenção, ou seja, concretizar pela dramatização a Sagrada escritura, revelando-nos a história da humanidade e seu vínculo com o Arquiteto criador do universo.

A princípio todas as peças religiosas são escritas e organizadas exclusivamente pelo clero regular e secular. Algum tempo depois, encarregam-se da montagem dessas peças, professores de latim que dirigem seus alunos nos espetáculos referentes à Páscoa, a Pentecostes e ao Natal.

De exclusividade também clerical e dos eruditos são os papéis femininos até o século XV, mesmo nas representações do lamento da Virgem Maria aos pés da cruz. Esse monopólio clerical perde a sua força gradativamente por diversos fatores, dentre eles o acréscimo, no ritual litúrgico, de “reflexões sobre o texto bíblico, comentários lírico-épicas e responsórios [...] numa transição da atitude narrativa para teatral” (VASSALO, 1973, p. 38).

Por esse motivo o drama litúrgico torna-se semilitúrgico, em que a comunidade, agora copartícipe, faz parte do espetáculo, pois a peça é representada no adro ou pórtico da Igreja e não mais em seu interior.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Fora da comunidade encontram-se atores profissionais, na maioria, ambulantes, os jograis e os mimos ambulantes, os quais executam o teatro profano, desempenhando papéis burlescos ou cômicos, de judeus, de malvados, de diabos. Vale ressaltar que o diabo é caricaturizado de maneira cômica e através da mímica, sendo considerado o maior personagem das representações medievais.

Com a realização do drama nas praças, palácios, lugares públicos, há um deslocamento das personagens e público de acordo com a ação cênica. Esta se passa no mundo terreno, no celestial, ou no infernal. Isso se explica pelo fato de as corporações profissionais terem assimilado as mudanças e criarem o seu próprio repertório.

Torna-se pertinente lembrarmos que, mesmo com a emancipação dos autos pascais e dos mistérios, o drama eclesiástico medieval não perde sua função pedagógica quando este ganha a rua e passa a preocupar-se com o conjunto dos cidadãos.

Em a *História mundial do teatro*, Berthold (2003, p. 199) conclui que embora a corrente do teatro medieval possa, de modo geral, parecer uniforme no que diz respeito a suas raízes, suas aspirações, possibilidades de representação e, sobretudo, em suas origens na fé cristã, essa corrente divide-se em múltiplas correntes no delta de seu desenvolvimento.

Nessa divisão, além dos autos relativos à Paixão, destacam-se os mistérios e as representações das lendas, o auto de Natal. A origem deste advém do mesmo germe do auto pascal – uma pergunta dirigida às três Marias, no domingo de Páscoa: a quem buscais?, sendo esta estendida aos pastores na noite do nascimento de Cristo, quando estes chegavam à manjedoura.

Inicialmente, o texto dessas encenações dos episódios de Natal aproxima-se muito do texto bíblico. Entretanto, “o *officium* litúrgico transformou-se em teatro no momento em que aparece um antagonista: o rei Herodes, a personificação do mal” (BERTHOLD, 2003, p. 234), que determina o massacre dos inocentes, ao saber que a profecia se realizou.

Com a expansão dos idiomas vernáculos, o aspecto dogmático da história natalina cede lugar às cenas populares do Menino na manjedoura, as quais se mantêm vivas até hoje em festas, músicas e

hábitos locais.

Acrescentam-se aos autos sacramentais (Pascal e de Natal) as peças de cunho alegórico, moralizante, ou seja, as moralidades, como já teorizado no início deste capítulo. Nessas produções, há a personificação de conceitos fundamentais da Igreja, em que se busca pela representação concreta das virtudes, dos vícios, da própria Igreja, moralizar a sociedade, fazendo-a refletir sobre os ensinamentos cristãos.

Convencionalmente, entende-se por alegoria um recurso da narrativa literária que consiste em personificar ou concretizar qualidades, vícios, conceitos ou valores abstratos. Entretanto, segundo Kothe (1986, p. 17) “é preciso recuperar a ideia inerente à alegoria, transcendendo a sua convencionalidade.” Sob esse prisma, podemos conceituá-la como instrumento estilístico, metafórico, polissêmico, em que o sentido usual da figura alegórica ultrapassa o campo da literariedade, tornando-o mais amplo na representação, pela pluralidade significativa que ela carrega.

Para Moisés (1982, p. 15), a alegoria “consiste num discurso que faz entender outro, numa linguagem que oculta outra”. Essa mesma compreensão tem Kothe (1986, p. 7) quando afirma que “alegoria significa, literalmente, 'dizer o outro'.”

A alegoria foi extensivamente utilizada no teatro medieval, sobretudo na moralidade, em que conceitos e valores morais como a morte, a caridade, boas ações e a luxúria foram tomados como personagens. A frequência desse recurso denota a reafirmação dos valores morais da Igreja e por extensão, do Estado, o que evidencia ser a alegoria um “instrumento ideológico”. Sob a ótica de Kothe (1986, p. 24), “de certo modo, a alegoria nunca se pensa nem é pensada radicalmente até o fim, especialmente por ser um foco de irradiação ideológica”.

Por sua função essencialmente didática, parte da crítica tem-na como limitadora da imaginação e da apreciação da obra de arte. Se antes as virtudes, os vícios, a própria Igreja, o mundo, serviam de “meros alicerces à superestrutura espiritual e religiosa,” (BERTHOLD, 2003, p. 261) agora, tornam-se ativos protagonistas da própria peça, diferindo-as dos autos pascais e das lendas, reflexo da postura ideológica dominante.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nesse aspecto, conforme assevera Berthold (2003, p. 261) a temática alegórica somente tem função direta a partir do século XV, quando da produção, em 1431, de uma peça *Le Concile de Bâle*, por Georges Chastellain, cronista e diplomata na corte de Filipe da Borgúndia. Nessa peça, entre as figuras alegóricas, estavam a Igreja, Heresia, a Paz, a Justiça e até o Concílio de Basileia (Bâle), todas elas protagonistas da peça.

Na verdade, a personificação alegórica da Igreja, da Sinagoga, da Hipocrisia e Heresia, como também do Céu, do Inferno, da Morte e da mais variada gama de virtudes e vícios, é um esforço em compreender e refletir o sentido da vida. Esse sentido traduz a essência e a existência humana, cuja base é ver por trás das coisas, das ações a relevância essencial das virtudes morais como pontes seguras para se chegar ao paraíso.

Desse modo, podemos compreender melhor o porquê do recurso da alegoria, no teatro medieval quer religioso, quer profano, pois a “fetichização da alegoria pretende garantir, através do convencionalismo semântico de sua linguagem, o caráter 'eterno' da 'ideia' que ela representa” (KOTHE, 1986, p. 21). Nesse caso, podemos observar que a Igreja vale-se da alegoria para manutenção de seus interesses subjacentes às ideias por ela difundidas, atribuindo-lhes um valor de verdade inquestionável.

Ainda que a alegoria seja recurso estilístico mais recorrente no auto medieval, por volta do ano 400, no final da Antiguidade, Prudêncio em sua obra *Psychomachia*, cujo tema se refere à batalha das virtudes e vícios pela alma do homem, foi o primeiro a utilizá-la, personificando os conceitos fundamentais da ética cristã.

Mais uma vez confirmamos que a representação alegórica esboça um panorama fundamentado nos princípios éticos e morais difundidos pela Igreja Cristã, em que a representação tradicional de formas abstratas consubstanciam o tema das próprias peças. Isso será demonstrável, na análise proposta, uma vez que Gil Vicente e Ariano Suassuna utilizam essa representação no título e contexto de suas obras.

Segundo Bernardes (2008, p. 207), nas obras de Gil Vicente, “as alegorias marcam, sobretudo, presença nas moralidades, de forma parcial ou exclusiva (...), assim, em qualquer dos autos se verifi-

ca também a presença de personagens 'realistas'.

Le Goff (1994, p. 98) afirma que o espírito medieval inclinase para "a abstração, ou, mais precisamente, para uma visão do mundo assente em relações abstractas". Assim, no palco, pela personificação das atitudes humanas, do mundo conceitual, o homem identifica-se; reflete seu comportamento inadequado; busca a perfeição pela fé e redime seus pecados, o que revela sua condição essencialmente humana contraditória: sagrado e profano, como o é a própria vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Correia de Almeida. O auto vicentino. In: CASTRO, Manuel Antonio (Dir.). *Teatro sempre*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

AQUINO, Tomás. *Suma contra os gentios*. Tradução de D. Odilão Moura O. S. B. Caxias do Sul: Sulina, 1990, v. 1, livros I e II.

———. *Suma contra os gentios*. Tradução de D. Odilão Moura O. S. B. Porto Alegre: Edipurs, 1990, v. 2, livros III e IV.

BERNARDES, José Augusto Cardoso. *Gil Vicente*. Coimbra: Edições 70, 2008.

———. *Sátira e lirismo no teatro de Gil Vicente I e II*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006.

———. *Revisões de Gil Vicente*. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sérgio Paulo Ruanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*. Tradução Israel Belo de Azevedo. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

KOTHE, Flávio R. *A alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. 2. ed. Lisboa: Estampa, vol. 1, 1995.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

———. *A civilização do ocidente medieval*. 2. ed. Lisboa: Estampa, vol. 2, 1994.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 1996.

SPINA, Segismundo. *Iniciação na cultura medieval*. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.

VASSALO, Lígia. *O teatro medieval*. In: CASTRO, Manuel António. *Teatro sempre*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

**UM ACORDO PARA TUDO!
AMBIGUIDADES NO LÉXICO E A NOVA ORTOGRAFIA**

Fernando José do Amaral (AES-CEA)
fernandojamaral@hotmail.com

RESUMO

Este artigo visa discutir algumas implicações práticas causadas pelos efeitos da nova ortografia. A proposta, respaldada pelos manuais sobre o acordo ortográfico de Bechara (2008), Faraco (2008) e Tufano (2009), mostrará, a partir de dados empíricos, que algumas situações na escrita de lexias na Língua Portuguesa falada no Brasil poderão gerar ambiguidades, quando inseridas em contextos de uso corrente. Usfruindo de exemplos encontrados numa pesquisa a internautas sobre as mudanças na ortografia, procuremos refletir sobre tais situações e, ao mesmo tempo, mostrar como as ambiguidades poderiam ser desfeitas.

Palavras-chave: Léxico. Novo Acordo Ortográfico. Mudanças. Ambiguidades.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Buscou-se, nessa pesquisa, demonstrar a unificação ortográfica nos países lusófonos, através do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual se restringe a resolver divergências das ortografias lusitana e brasileira e, por conseguinte, jamais deverá ser confundida com a unificação da língua, já que esta não mexe na nossa forma de falar, mas busca facilitar e padronizar a escrita, conforme (SILVA, 2008, p. 11) e, assim, diminuir as diferenças ortográficas que pairam sobre os países que têm a língua portuguesa como oficial.

A propósito, ao discutir matéria linguística, um princípio primordial é jamais confundir fatos de língua com fatos de sua representação ortográfica. Assim, o Acordo é uma parceria política e linguística, ou seja, a primeira definida em conjunto por todos os países que têm a língua portuguesa como língua oficial. Neste sentido, objetivou-se com tal artigo superar um conflito no interior da lusofonia com vistas à promoção de bases num esforço coletivo de promover a língua portuguesa no interior da comunidade.

Mesmo preocupados com a unificação no idioma, percebe-se claramente que as mudanças são poucas e alcançam apenas o sistema ortográfico. A despeito de tanta preocupação, reconhece-se a neces-

tidade por parte dos usuários para a adequação a que se propõe o acordo.

Por isso, o objetivo maior deste artigo é discutir o que ocorre quando se compara o léxico antes do Acordo Ortográfico e após a sua implantação, uma vez que poderão surgir situações ambíguas e confusas para o leitor.

1. Preocupações iniciais com a ortografia do português

É de senso comum que a ortografia constitui um dos aspectos mais relevantes das línguas escritas, mas também um dos mais polêmicos. Acrescente-se, ainda, que a intenção não é a de unificar a nossa língua, mas a escrita entre os países de língua portuguesa e, com isso, facilitar a compreensão principalmente de textos oficiais que circulam entre os governos dos vários países que têm a Língua Portuguesa como oficial.

Por esta razão, falar de ortografia é provocar acirradas polémicas não só em relação ao modo de escrever determinada língua, mas também na maneira como esse idioma se constitui e transita pelo vasto universo de significados envolvendo aspectos sociais, linguísticos, históricos e culturais, dentre outros.

As primeiras mudanças no português proto-histórico entre os séculos VIII–XIII ocorreram com os aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, ou seja, com os sons da linguagem, estrutura e formação das palavras e/ou descrição da forma, bem como disposição das palavras nas frases e das frases no discurso.

Em seguida novas mudanças foram necessárias no português arcaico ou galego-português, as quais ocorreram entre o século XIII - XIV e, mais uma vez as mudanças caracterizaram-se como fonológica, morfológica e sintática.

E, finalmente o português moderno que data do século XVI até o XXI, período marcado por aspectos importantes na configuração e ortografia atual.

Foi nesse período que se produziu o que há de mais importante na literatura portuguesa, englobando um longo período literário,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

marcado pelos expoentes literários: Camões e Pessoa, bem como a expansão do português para os continentes americano, africano e asiático. E, ainda vale ressaltar a separação definitiva do galego, fato que culminou com a autonomia linguística, bem como o surgimento dos primeiros gramáticos portugueses.

Dentre os quais merecerem destaque Fernão de Oliveira, em 1536, com a *Gramática da Linguagem Portuguesa* e João de Barros, em 1540, com a *Gramática da Língua Portuguesa*. Dando, assim início aos primeiros estudos de lexicologia, filologia, dentre outros.

A ortografia da língua portuguesa, no decorrer de seu processo histórico, sempre presente, foi um elemento constante, seja como manifestação de concordância ou discordância, ora propícia a exploração de uma ideologia ora uma política linguística compreendendo determinada época ou grupo social.

Assim, cabe ratificar os seguintes momentos ocorridos ao longo de vários séculos, os quais visavam à aproximação da ortografia com a língua.

- ✓ Séculos XIII – XVI – ortografia fonética (pronúncia);
- ✓ Séculos XVI – XIX – grafia erudita (natureza pseudetimológica);
- ✓ Século XX – privilegiou uma ortografia simplificada, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (SILVA, 2008, p. 17).

As novas regras previstas no novo Acordo Ortográfico afetam a escrita do dia a dia e requer maior esforço e cuidado de todos quanto à ortografia.

Todavia, não é recente o desejo de se buscar harmonia entre a língua falada e a escrita. Isso reforça, ainda mais, um desejo evidente por parte de alguns escritores, gramáticos e filólogos.

Conforme observado, verifica-se que desde o século XVI, os gramáticos tentam aproximar a escrita à fala. E, nesse aspecto grandes embates linguísticos têm sido travados em torno do assunto, anseio que perdura até os nossos dias.

Dada a importância que a língua portuguesa tem no cenário

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mundial em relação às línguas neolatinas, o português é uma das mais importantes, a qual é a terceira língua europeia mais falada fora da Europa. Afinal, o português é a língua oficial de vários países, tais como: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Segundo José António Pinto Ribeiro, Ministro Português da Cultura, em entrevista à jornalista Maria Flor Pedroso em 05/04/2008, fez a seguinte declaração “Considero o Acordo Ortográfico um instrumento relevante para a promoção da língua portuguesa no mundo”.

Afinal, a ortografia unificada só vale para novas publicações e, com isso, evitar gastos desnecessários, razão plausível justificada pelo prazo de quatro anos para sua definitiva implantação.

Isto porque a escrita possui leis próprias que atua de forma independente: leis e sentido da escrita são as bases de um fenômeno linguístico chancelado pelo fenômeno da normatização gráfica, ou seja, ortográfica.

Assim, percebe-se a importância evolutiva que todos os setores têm enfrentado ao longo de vários séculos e com a ortografia não poderia ser diferente.

Apesar das muitas críticas envolvendo o novo acordo, percebe-se que tem havido um interesse inegável, da parte linguística de Brasil e Portugal em harmonizar as grafias da língua.

2. O léxico na língua portuguesa e as mudanças à vista

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1986/1990, ao que se percebe, é considerado o mais importante acontecimento em relação à unificação ortográfica. E, nesse propósito, ressalta-se também um período transitório envolvendo a ortografia do idioma português nos países lusófonos.

Esse acordo cria desafios, mas também divide opiniões, tanto em Portugal quanto em Moçambique. Na opinião de alguns pesquisadores, os debates que se sucederam ao novo Acordo Ortográfico foram pouco discutidos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para Bechara (2008, p. 7), por exemplo, os signatários do novo Acordo Ortográfico pretenderam dar “um passo importante para defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional”. Para ele:

O sucesso e a boa aceitação de um sistema ortográfico repousam, principalmente, na coerência interna de suas normas, harmonizando, tanto quanto possível, o peso do uso e da tradição lexicográfica refletido nos seus vocabulários e dicionários de maior aceitação entre os usuários (BECHARA, 2008, p. 7).

Embora no Brasil também existam muitas críticas em torno do assunto, as alterações na escrita passaram a ser alvo de mudanças nas publicações. Em 2008, uma Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) autorizou a adequação dos livros didáticos às novas regras do acordo.

A partir de 2009, inicia-se um período de transição para a nova ortografia, que dentro de três ou quatro anos passará a ser definitivamente adotada no Brasil. Nesse processo transitório, as editoras deverão fornecer as primeiras obras, de cunho acadêmico, adaptadas às normas do acordo ortográfico, cuja determinação diz que os alunos do ensino fundamental deverão receber o material didático de acordo com o novo acordo ortográfico até 2010. Já os alunos do ensino médio só deverão receber o material didático atualizado até 2011. Nesse mesmo ano, as universidades também ajustarão os Vestibulares, bem como todos os concursos públicos e avaliações em geral seguirão às novas regras ortográficas.

A bandeira da unificação e reforma ortográfica visa tanto à unificação gráfica do português quanto à simplificação de sua escrita, o que segundo Carvalho (1997), não está totalmente contemplada na última proposta do Acordo.

Em linhas gerais, esse acordo é meramente ortográfico, ou seja, refere-se apenas à escrita, não afetando nenhum aspecto da língua falada. Além de ratificar um tratado internacional que tem por objetivo criar uma ortografia unificada do português a ser usada por todos os países que adotaram o português como idioma oficial.

A partir do enunciado, vale informar que as mudanças mais significativas alteram a acentuação de algumas palavras, extingue o uso do trema e sistematiza a utilização do hífen. No Brasil, as altera-

ções atingem aproximadamente 0,5% das palavras. Já para os demais países, que adotam a ortografia de Portugal, o percentual de mudança é aproximadamente 1,6%.

3. O antes e o depois das mudanças

Uma análise prévia do acordo indica que as mudanças são poucas, pois alcançam apenas a acentuação de algumas palavras, operam algumas simplificações nas regras de uso do hífen, incorporam-se três letras ao alfabeto, aboliu o trema, ou seja, mantendo-o apenas em casos especiais e, finalmente, fez pequenas alterações quanto ao uso de letras maiúsculas em algumas palavras.

Conforme observado, com essa mudança ortográfica, as pessoas, a princípio, terão de ampliar sua atenção quanto à ortografia para não incorrer em erros primários. Conseqüentemente, isso requer maior aperfeiçoamento e compreensão, pelo menos, nos primeiros anos posteriores ao acordo em referência.

Respaldados nos manuais do Acordo Ortográfico sob a égide de Faraco (2008), Bechara (2008) e Tufano (2009), poder-se-á, a seguir, verificar o desdobramento do alcance do novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.

3.1. Acentuação

Com relação à acentuação, as mudanças decorrentes do acordo constituem da eliminação do sinal diérese intitulado trema, no – “u” seguido de “g” ou “q” antes de “e” ou “i” em palavras como *lingüiça, cinqüenta, seqüestro* passam a ser grafadas *linguiça, cinquenta, sequestro*, exceto para os nomes próprios. Além disso, o acento circunflexo deixará de existir em palavras que terminam com hiato “oo”, ou seja, palavras como vôo, enjôo, abençôo passam a ser grafadas da seguinte forma: voo, enjoo, abençoo. O mesmo acento também sairá das formas verbais da terceira pessoa do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo dos verbos dar, ler, crer e ver, como em dêem, lêem, crêem, vêem, que passam a ser grafadas da seguinte

forma: deem, leem, creem e veem.

Ainda no âmbito da acentuação, ditongos abertos “éia” e “ói-a” das palavras paroxítonas como *idéia*, *assembléia*, *heróico*, *paranoico* passam a ser grafadas assim: *ideia*, *assembleia*, *heroico*, *paranoico*.

Fica abolido, nas palavras paroxítonas, o acento agudo no “i” e no “u” tônicos quando precedidos de ditongo: palavras como *feiúra*, *baiúca* passam a ser grafadas *feiura*, *baiuca*. Fato semelhante ocorrerá nas formas verbais rizotônicas³³, com acento agudo do “u” tônico precedido de “g” ou “q” e seguido de “e” ou “i”. Com isso, algumas poucas formas de verbos como *averigúe* (*averiguar*), *apazigúe* (*apaziguar*) e *argúem* (*arg(ü/u)ir*), passam a ser grafadas *averigüe*, *apazigüe*, *arguem*.

Deixa de existir o acento agudo ou circunflexo usado para distinguir/diferenciar palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica aberta ou fechada, são homógrafas³⁴ de palavras átonas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico:

- para (á), flexão do verbo *parar*, e *para*, preposição;
- pela(s) (é), substantivo e flexão do verbo *pelar*, e *pela(s)*, combinação da preposição *per* e o artigo *a(s)*;
- polo(s) (ó), substantivo, e *polo(s)*, combinação antiga e popular de *por* e *lo(s)*;
- pelo (é), flexão de *pelar*, *pelo(s)* (ê), substantivo, e *pelo(s)* combinação da preposição *per* e o artigo *o(s)*;
- *pera* (ê), substantivo (*fruta*), *pera* (é), substantivo arcaico (*pedra*) e *pera* preposição arcaica.

Com relação à acentuação, algumas observações são oportunas ao momento.

A reforma de 1971 aboliu os acentos circunflexos diferenciáveis. Manteve apenas para a forma verbal “pôde”. O texto do Acordo

³³ São as palavras que têm o acento tônico na raiz.

³⁴ Palavra de grafia idêntica e significado diverso.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mantém esta exceção e acrescenta, facultativamente, o uso do acento na palavra “fôrma”.

Exemplo:

1 (pôde) Noite passada, ela não *pôde* dormir mais cedo, mas hoje ela *pode*.

2 (fôrma) Qual é a *forma* da *fôrma* do bolo?

O Acordo manteve a duplicidade de acentuação (acento circunflexo ou acento agudo) em palavras como *econômico/económico*, *acadêmico/académico*, *fêmur/fémur*, *bebê/bebé*.

Entendeu-se que, como esta acentuação reflete o timbre fechado (mais frequente no Brasil) e o timbre aberto (mais frequente em Portugal e nos demais países lusófonos) das pronúncias padrões das vogais nestes contextos, ela não deveria ser alterada.

3.2. O caso do hífen

O hífen é, tradicionalmente, um sinal gráfico mal sistematizado na ortografia da língua portuguesa. O texto do Acordo tentou organizar as regras de modo a tornar seu uso mais racional e simples:

- a) Manteve sem alteração as disposições anteriores sobre o uso do hífen nas palavras e expressões compostas. Determinou apenas que se grafe de *forma aglutinada* certos compostos nos quais se *perdeu a noção de composição*, como em *mandachuva* e *paraquedas*.

Para saber quais perderão o hífen, teremos de esperar a publicação do novo *Vocabulário Ortográfico pela Academia das Ciências de Lisboa* e pela Academia Brasileira de Letras. É que o texto do Acordo prevê a aglutinação, dá alguns exemplos e termina o enunciado com um etc. – o que, infelizmente, deixa em aberto a questão.

- b) No caso de palavras formadas por prefixação, houve as seguintes alterações:

Só se emprega o hífen quando o segundo elemento começa

por *h*. Exemplo: pré-história, super-homem, pan-helenismo, semi-hospitalar. Porém, manteve-se a regra atual que descarta o hífen nas palavras formadas com os prefixos “des-“ e “in-“ e nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial (desumano, inábil, inumano). Quando o prefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento. Exemplo: contra-almirante, supra-auricular, auto-observação, micro-onda, infra-axilar. Contudo, a regra atual em relação ao prefixo *co-*, que em geral se aglutina com o segundo elemento mesmo quando iniciado por “o” como nos exemplos *coordenação*, *cooperação*, *coobrigação*.

- c) quando o segundo elemento começa com “s” ou “r”, devendo estas consoantes ser duplicadas conforme encontrado em *antirreligioso*, *antissemita*, *contrarregra*, *infrassom*. A exceção ocorre quando os prefixos terminam com “r”, ou seja, hiper-, inter - e super- como em *hiperrequintado*, *inter-resistente*, *super-revista*. Já quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com uma vogal diferente tal como *extraescolar*, *aeroespacial*, *autoestrada*, *autoaprendizagem*, *antiaéreo*, *agroindustrial*, *hidroelétrica*.

Os outros casos hifenizados permanecem inalterados no novo acordo.

3.3. Mudanças no alfabeto?

Embora continuem de uso restrito, as letras *k*, *w* e *y* ficam agora incluídas no alfabeto, usado para a língua portuguesa, que passa, então, a ter 26 letras.

Importante deixar claro que essa medida nada altera do que está estabelecido. Apenas fixa a sequência dessas letras para efeitos da listagem alfabética de qualquer natureza. Adotou-se, assim, a convenção internacional: o *k* vem depois do *j*, o *w* depois do *v* e o *y* depois do *x*.

Além disso, se for comparado o disposto no Acordo com o que está definido no atual Formulário Ortográfico Brasileiro, vê-se que houve uma simplificação no uso obrigatório das letras maiúscu-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

las. Elas ficaram restritas a nomes próprios de pessoas (João, Maria, Dom Quixote), lugares (Curitiba, Rio de Janeiro), instituições (Instituto Nacional da Seguridade Social, Ministério da Educação) e seres mitológicos (Netuno, Zeus), a nomes de festas (Natal, Páscoa, Ramadão), na designação dos pontos cardeais quando se referem a grandes regiões (Nordeste, Oriente), nas siglas (FAO, ONU), nas iniciais de abreviaturas (Sr., Gen. V. Ex^a) e nos títulos de periódicos (*Folha de S. Paulo*, *Gazeta do Povo*).

É, contudo, facultativo usar a letra maiúscula nos nomes que designam os domínios do saber (matemática ou Matemática), nos títulos (Cardeal/cardeal Seabra, Doutor/doutor Fernandes, Santa/santa Bárbara) e nas categorizações de logradouros públicos (Rua/rua da Liberdade), de templos (Igreja/igreja do Bonfim) e edifícios (Edifício/edifício Cruzeiro).

De modo reflexivo, o “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” altera pontos importantes quanto à forma escrita do nosso idioma. A propósito, a unificação ortográfica visa o fortalecimento da língua portuguesa no cenário mundial.

Segundo Faraco (2008), o Acordo parece ser, em geral, positivo. Em primeiro lugar porque unifica a ortografia do português, mesmo mantendo algumas duplicidades. Por outro lado, simplifica as regras de acentuação, limpando o Formulário Ortográfico de regras irrelevantes e que alcançam um número muito pequeno de palavras. A simplificação das regras do hífen é também positiva: torna um pouco mais racional o uso deste sinal gráfico.

4. *Ambiguidades geradas com a nova ortografia*

Para compreender melhor acerca de deste tópico, faz-se necessário ver o significado da palavra ambiguidade.

Segundo Ferreira (2000, p. 38), a ambiguidade se pauta no que se pode tomar mais de um sentido; um equívoco, cujo procedimento denota insegurança, indecisão, dúvida. Desta feita, a palavra ambiguidade de acordo com a nova ortografia, por si só constitui ambiguidade fonética, a qual advém da expropriação do trema, ou seja, o fonema “u” agora sem trema.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A descrição já mencionada acerca do conceito supracitado vem corroborar no que concernem as dúvidas que pairam em torno de algumas regras ortográficas provenientes do novo Acordo Ortográfico. Contudo não o torna menos importante, mas ainda carente de algumas modificações que precisam desfazer, porventura, quaisquer ambiguidades existentes.

Para Tufano (2009, p. 3), se o acordo influencia apenas a ortografia, restringe-se à língua escrita, sem, contudo, eliminar todas as diferenças ortográficas. Isso é um passo a mais em direção à pretendida unificação ortográfica dos países que têm a língua portuguesa como idioma oficial. Em outras palavras, Tufano (2009) parece admitir que ocorrem ambiguidades, tendo em vista que o acordo não elimina todas as diferenças ortográficas.

Tomam-se como exemplo algumas ambiguidades provenientes do novo Acordo Ortográfico.

Não se pode mais ensinar de forma isolada que a palavra *pára* é verbo ou e *para* é preposição. Atualmente, isso só será possível diante do contexto e não mais de forma isolada, pois o acento que as diferenciava em verbo e preposição deixou de ser grafado.

Quanto às palavras *forma* e *fôrma*, o uso é facultativo, sob a alegação de que o acento poderá deixar a frase mais clara.

Efeito semelhante ocorre na dicotomia *pêra* x *pera*. No exemplo “*Pera* aí, menino, já venho com uma *pera* pra você”.

No primeiro termo, ocorre uma aférese³⁵ da palavra *espera*, comum na fala espontânea. No segundo termo, a metáfora diferencia na pronúncia. Contudo, a escrita agora é uniforme.

Ainda com relação ao acento diferencial que, em algumas situações, foi excluído, convém citar o caso de *pêlo* x *pelo* / *pela* x *pé-la*. Basta para isso comparar os exemplos *o pelo do gato passou pelo casaco; quase me pelo de medo; vá pela calçada; não se pela mais galinha*.

³⁵ Trata-se da redução da palavra com a perda de segmentos iniciais, conforme encontrado em Coutinho (1970).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ocorre ambiguidade no que diz respeito à relação existente na grafia de *pele* correspondente a pelo de gato, à contração de per + o e à 1ª pessoa do verbo pelar.

Um dos motivos da ambiguidade na escrita dessas palavras ocorre quando *pele* (ê) perde o acento circunflexo, tendo em vista, neste caso, que o acento não é diferencial, e sim de significado entre as duas palavras seguintes. Nestes casos, percebe-se que o contexto tem mais importância que o acento diferencial.

Outro exemplo que merece destaque perdendo o acento gráfico diz respeito às palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica aberta ou fechada classificadas de homógrafas³⁶/heterofônicas³⁷, tais como *coco* /ó/, /ô/ e *cocó* /ó/ ou *cocô* /ô/. Enquanto a primeira significa *bactéria de forma esférica ou ovóide*, a segunda corresponde ao *fruto do coqueiro* ou ainda *forma de dança de roda cantada em coro*; a terceira denota *penteados femininos em que se enrolam os cabelos* e a quarta denota *fezes ou excrementos*. Percebe-se que as ambiguidades, em certos casos, são comumente percebidas.

No que concerne à hifenização, também há ambiguidades, como no exemplo de *bico de papagaio* com hífen e sem hífen. Quando grafada sem hífen corresponde a *uma espécie de planta ornamental* e sem hífen significa *deformação das vértebras*.

Nos compostos grafados com a palavra *mal*, esta poderá ou não ser grafada. Quando *mal* significar doença e não houve elemento de ligação grafa-se com hífen, conforme o exemplo *mal-caduco* ou *mal-francês* (significando epilepsia e sífilis), já em *mal de Alzheimer* não se usa hífen devido ao elemento de ligação.

Tais constatações serviram como exemplos, não esgotando as ambiguidades, mas as mesmas corroboram e reforçam a preocupação demandada por muitos usuários é pertinente e, portanto, merecedora de crédito, afinal muitas dúvidas ainda perduram com relação ao novo Acordo Ortográfico.

³⁶ Palavras que possuem a grafia idêntica e significado diverso.

³⁷ Palavras que se pronunciam de forma diferente.

5. *Palavras finais*

Ao final deste estudo, notou-se que a reforma ortográfica nos países lusófonos trouxe avanços, mas também muita polêmica em torno do assunto. Vale ressaltar aqui Vygotsky (1998), ao afirmar que a escrita é um sistema de símbolos e signos que se diferencia dos outros. A propósito, verifica-se que o processo de construção da escrita é guiado e/ou mediado por signos e, que por sua vez são transmitidos culturalmente a todas as gerações. Ainda, a escrita representa, para muitos, dificuldades sem precedentes, tendo em vista, a cultura arraigada em cada nação.

Percebe-se, então que as ambiguidades decorrentes das mudanças no novo Acordo Ortográfico decorrem de duplicidades normativas, que só poderão ser desfeitas a partir do momento em que o usuário desse idioma tome posse dessas modificações e, por conseguinte, deverá ser capaz de aplicar corretamente aquilo que lhe é ensinado. Assim, nota-se que é necessário refletir sobre a representação do sujeito quanto ao domínio da linguagem escrita.

A propósito, o desenvolvimento de uma sociedade perpassa as barreiras e fronteiras de uma cultura, onde aprender a escrever traduz, então, a possibilidade de novas formas e novos motivos para comunicação, levando em conta que “a aprendizagem da língua materna é a via principal de acesso à cultura, bem como interfere na constituição desse sujeito enquanto ser social”.

É pertinente ratificar que as ambiguidades não acontecem durante a fala, mas durante a escrita. Além disso, existe uma indagação acerca da possibilidade de desfazê-las. Acredita-se que o contexto, a estrutura da oração e a possível substituição da lexia poderão ser aspectos responsáveis por esse processo, o que se constitui um caminho para reflexões futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *O que muda com o novo acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CARVALHO, José G. Herculano de. Ortografia e as ortografias do português. *Confluência*. Rio de Janeiro, 1º semestre, n. 13, p.39-46, 1997.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O minidicionário da língua portuguesa*. Século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HOUAISS, Antônio. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NOVA ortografia da língua portuguesa. Disponível em: <<http://novaortografia.com/o-que-muda-no-brasil/>>. Acesso em: 27 maio 2009.

SILVA, Maurício Pedro da. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

TUFANO, Douglas. *Guia prático da nova ortografia*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

**UMA PROPOSTA DE DESCRIÇÃO
DA PRONÚNCIA DO LATIM CLÁSSICO
NO FINAL DA REPÚBLICA ROMANA**

*Lincoln Almir Amarante Ribeiro*³⁸

*Gláucia Vieira Cândido (UEG)*³⁹

glaucia.v@uol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve proposta de descrição da pronúncia da língua latina, em sua modalidade clássica, tal como provavelmente era falada no fim do Século I a. C., ou seja, no término da República Romana. O trabalho mostra, com base em informações diversas, um levantamento de sons vocálicos e consonantais que, em um consenso entre os estudiosos do latim, se constituem como aqueles que provavelmente eram usados na época especificada. Sobre os casos que suscitam controvérsias no meio acadêmico, são feitas algumas discussões propondo interpretações consistentes e hipóteses que estejam o mais próximo possível da pronúncia dos latinos. Para tanto, buscou-se apoio em teorias fonológicas e em métodos da Linguística Histórico-Comparativa.

Palavras-chave: latim Clássico. Fonologia. Linguística Histórico-Comparativa.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, a exibição do filme “A Paixão de Cristo” do cineasta norte-americano Mel Gibson, falado em Aramaico e latim, despertou em muitos estudantes de língua latina, em particular, e no público, em geral, certa curiosidade a respeito da pronúncia do latim falado nos tempos de Jesus Cristo (séc. I a.C.). Isso, aliás, a despeito de sabermos que o idioma latino falado no referido filme é o chamado eclesiástico, que era usado na Idade Média pelos abades da Igreja Católica Romana. Neste artigo, apresentaremos uma proposta de descrição para a pronúncia da língua latina, mais especificamente, da pronúncia reconstruída pelos linguistas históricos e que se acredita foi falada no final da República Romana, ou seja, no término do Sé-

³⁸ Ex-professor do Departamento de Física da UFMG (falecido) e pesquisador do GICLI (Grupo de Investigação Científica de Línguas Indígenas da UEG). Doutor em Ciências, UFMG.

³⁹ Professora do Curso de Letras da UEG. Pesquisadora do GICLI (Grupo de Investigação Científica de Línguas Indígenas). Doutora em Linguística, UNICAMP. (glaucia.v@uol.com.br)

culo I a. C. Com base em informações diversas, apresentaremos um levantamento de sons vocálicos e consonantais que, entre os estudiosos do latim, são apontados como aqueles que provavelmente eram falados na época especificada. Além disso, sobre os casos que suscitam controvérsias, faremos algumas discussões objetivando propor hipóteses consistentes e que estejam o mais próximo possível da pronúncia dos latinos.

1. Considerações preliminares

Um fenômeno comum no aprendizado de uma língua escrita, seja ela materna ou estrangeira, é a confusão que se faz entre os sons dessa língua e as letras de um dos vários alfabetos usados para representar os referidos sons na escrita. Notoriamente, os sistemas de escrita das línguas costumam variar bastante. Contudo, a ortografia é somente um meio socialmente aceitável de codificar os sons significativos de uma língua, sendo a escrita uma convenção para uso comum entre seus falantes.

Às vezes, porém, nem sempre tais convenções escritas correspondem ao que o falante reconhece como sons em sua língua. Em português, por exemplo, existem vários casos que ilustram isso, especialmente, no campo das consoantes: o grafema **c**, na palavra “*ce-ra*”, em vez de corresponder ao som [k], representa a consoante [s], ou seja, [se[□]ç[□]a]; o grafema **x**, em “*fixo*”, ao invés do som fricativo palato-alveolar (também representado na escrita pelo dígrafo **ch**), corresponde à sequência de consoantes **ks**, ou seja, [fi[□]ks[□]o]; o grafema **s**, em “*casa*”, em vez de [s] corresponde a [z], isto é, [ka[□]za].

E se as dificuldades no âmbito da língua materna parecem grandes, como nos exemplos citados, em um idioma não conhecido ou não mais falado, como é o caso do latim, a situação pode ser ainda mais grave. Essas divergências podem, todavia, ser neutralizadas em estudos linguísticos descritivos, em especial, por meio do método de transcrição fonética, o qual consiste em uma convenção internacional para pronúncia dos sons das línguas naturais sejam elas de tradição escrita ou ainda ágrafas.

A transcrição fonética é uma ferramenta para descrever e analisar sons para que sejam entendidos por qualquer pessoa indepen-

dente de seu conhecimento da língua descrita. Nesse sentido, parte dos linguistas utiliza o Alfabeto Fonético Internacional (IPA), cujos símbolos visam a representar da maneira mais precisa possível cada som (re)conhecido das línguas do mundo.⁴⁰

Embora os sistemas de escrita possam variar consideravelmente de língua para língua, a transcrição fiel de sons de determinado idioma, representada por símbolos do IPA ou de qualquer outro alfabeto fonético, possibilita a qualquer pessoa reconhecer e até reproduzir os sons linguísticos. Ademais, o reconhecimento dos símbolos também pode proporcionar uma maior facilidade de verificação das peculiaridades que distinguem os sons de uma língua para outra.⁴¹

2. O alfabeto latino

O alfabeto latino ou romano foi criado no século VII, mais precisamente em 753 a. C., de acordo com a lenda. Era baseado no alfabeto dos Etruscos (um povo que dominou o nordeste da Itália nos primórdios da história de Roma). O alfabeto etrusco, por sua vez, derivou-se do grego, o qual, por seu turno, tem suas raízes nas escritas fenícias, ou seja, no alfabeto semítico do norte que já estava em uso, no século XII a. C., na Síria e na Palestina.

Segundo Lehmann e Slocum (2004), os caracteres latinos foram importados diretamente dos símbolos gregos. Todavia, isso não procede, já que o nome das letras na língua latina é claramente de origem etrusca (ou seja, “a”, “be”, “ce” etc., e não *alpha*, *beta*, *gamma*, como no Grego) e, ainda, porque a representação da consoante fricativa lábio-dental desvozeada [f], nos documentos mais antigos, era **FH**, mais uma característica da escrita etrusca.

⁴⁰ Apesar da semelhança com símbolos gráficos, os símbolos fonéticos não se confundem com letras. Convencionalmente, os símbolos fonéticos aparecem entre colchetes; os gráficos (letras ou grafemas) podem ser descritos entre parênteses angulares ou sem nenhuma convenção específica. Neste artigo, adotamos a última opção porque, sendo a forma clássica do latim não mais falada, o mais importante em uma descrição são as fontes escritas.

⁴¹ Para trabalhar com o Alfabeto Fonético Internacional, são necessários alguns pressupostos teóricos, os quais podem ser obtidos em Silva (1999), Santos e Souza (2003), entre outros.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Das 26 letras originais do alfabeto etrusco, os romanos importaram 21 símbolos gráficos. Praticamente, trata-se do mesmo alfabeto do português brasileiro (que, aliás, foi emprestado do latim). A exceção fica por conta da presença dos grafemas **K**, **Y** e da ausência de **J**, **U**. Como já dissemos, o alfabeto latino derivou-se por empréstimo de uma das formas do alfabeto grego e, por isso, inicialmente, não continha as letras **G** e **Y**. Dessa maneira, o alfabeto latino é assim constituído: **A, B, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, V, X, Y, Z**.

Como podemos notar, todas as letras eram grafadas em sua forma maiúscula. O formato minúsculo só foi introduzido nos alfabetos derivados das línguas “ocidentais” no fim do século VIII de nossa era, quando da entrada na escrita das chamadas letras cursivas, que eram usadas na escrita *uncial*, isto é, aquela utilizada pelos romanos, a partir do século I, e pelos gregos, a partir do século IV. Esse tipo de escrita se constituía de letras grandes, arredondadas e que, mesmo conservando a forma das maiúsculas, já prenunciavam as minúsculas. Aliás, na literatura em geral, a adoção das letras minúsculas é mais usual; motivo este que nos induz a também adotá-las na maior parte deste estudo.

Em termos fonéticos, algumas particularidades podem ser assinaladas, por exemplo, por muito tempo, não houve distinção na escrita entre os sons oclusivos velares vozeado [g] e desvozeado [k]. Assim, inicialmente, a letra **C** se referia também à pronúncia da consoante [g], valor este retido sempre nas abreviaturas **C** (para *Gaius*) e **Cn** (para *Gnaeus*). Somente mais tarde, foi criado o caractere **G** que, inicialmente, tomou o lugar hoje ocupado por **Z** no alfabeto ordenado. No latim mais antigo, **C** também era usado no lugar de **K** com o som de [k]. O símbolo **K** desapareceu exceto em palavras estrangeiras como *Kalendae*, *Karthago*, entre outras.

A letra **I** representava inicialmente o *zeta* grego, ou seja, “ζ”. O caractere **R** por longa data foi representado pelo símbolo **P**. Após a conquista da Grécia no primeiro século a. C., **Y** (originalmente uma forma de **V**) e **Z** foram emprestados do alfabeto grego ordinário para representar, na escrita latina, sons do idioma grego e se posicionaram no final do alfabeto latino. Tanto **I** como **V** eram usados como vogais ou consoantes. Em princípio, o símbolo **V** denotava o som da

vogal alta posterior [u], enquanto **F** representava a aproximante lábio-velar [w]. Quando **F** adquiriu a função de representar a fricativa [f], **V** passou a referenciar [w], bem como [u].

A propósito, comumente, estudiosos do latim utilizam a letra **u** para representar a vogal [u] e **v**, a aproximante [w]. A letra **i** representa tanto a vogal alta anterior [i] como a aproximante palatal [j], conforme os exemplos: *ius, vir, iuvenis*. Na Idade Média, a letra **J** foi adicionada ao alfabeto para distinguir um dos sons antes representado pela letra **I**; as letras **U** e **W** substituíram a letra **V**, sendo a primeira para indicar [u] e a segunda, [w].

3. O inventário fonético do latim

Devido ao fato de o latim ser uma língua não mais falada cotidianamente e de não contarmos com gravações de seus sons tais como eram articulados no passado, uma pergunta natural a se fazer é: como determinar a pronúncia do latim, conforme estamos propondo no presente estudo?

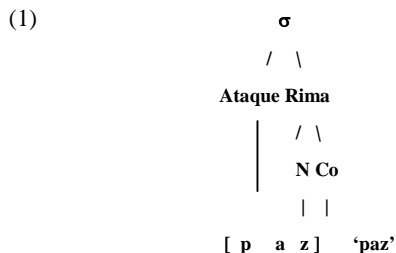
A princípio, é necessário buscar na literatura informações que minimamente nos norteiem no levantamento de um inventário geral dos sons. Evidentemente, algumas fontes podem facilitar a elaboração desse inventário, como por exemplo: os estudos das gramáticas comparativas; afirmações diretas de gramáticas antigas; a métrica de poesias que dá subsídios para determinar a duração das vogais; a ortografia nos manuscritos e nas inscrições, em que as variações são extremamente importantes; trocadilhos antigos, velhas etimologias, representações de gritos de animais, entre outros; a ortografia usada em latim na transliteração de palavras importadas de outras línguas e também aquelas usadas por línguas importadas e transliteradas do latim.

Em geral, com essas fontes nos é possível chegar a um consenso acerca dos sons que supostamente foram falados no latim Clássico do final do Século I a. C., como veremos na descrição aqui exposta. Contudo, também por meio das fontes, nos deparamos com algumas controvérsias que suscitam dúvidas a respeito de alguns sons. Dessa forma, nossa tarefa maior aqui é, então, buscar “resolver” os casos em que não há concordância sobre sua absoluta ocorrência entre as diversas fontes. Para tanto, recorrer às teorias fonoló-

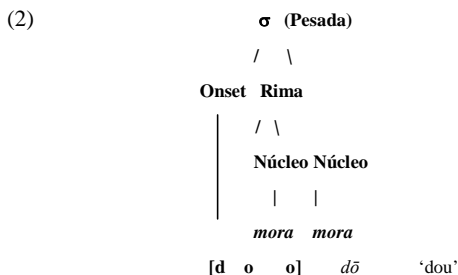
gicas atuais ou a métodos da linguística histórico-comparativa parece-nos uma alternativa interessante, tal como pretendemos mostrar nas próximas seções.

3.1. As vogais latinas

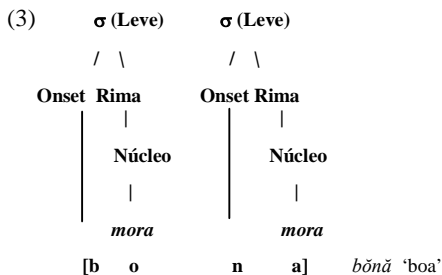
As vogais do latim clássico diferem entre si em termos de sua quantidade ou duração, isto é, o tempo de sua pronúncia. Assim, podem ser breves, quando pronunciadas em apenas uma *mora*, ou longas, quando pronunciadas em duas *moras*. De acordo com Hayes (1995, p. 51), *moras* são unidades de peso dentro da sílaba que, por sua vez, é definida, segundo as teorias fonológicas não lineares, como uma estrutura constituída hierarquicamente por um elemento opcional, o *ataque*, e por outro obrigatório, a *rima*. Este último se subdivide em um *núcleo* (também obrigatório), e uma *coda* que, por sua vez, é opcional. Convencionalmente, a estrutura silábica é representada pela letra grega sigma “σ”, de modo que, na palavra “paz”, pode ser assim descrita:



Quanto aos tipos, as sílabas podem ser leves ou pesadas. Estas últimas, como já dissemos, se caracterizam por ser formadas por duas *moras*, enquanto as leves, por uma *mora* somente. No exemplo em (2), a seguir, o primeiro caso é ilustrado pela palavra latina *dō* que traduz o verbo “dar” na primeira pessoa do singular do modo indicativo no tempo presente.



Como podemos notar, na palavra *dō*, a vogal [o] é prolongada de modo a constituir duas *moras*, o que é evidenciado na transcrição fonética [doo] (ou em [dō], em que [] indica o alongamento vocálico, conforme convenção adotado por alguns foneticistas). Isso torna a sílaba em questão pesada⁴², diferentemente do que ocorre na palavra também latina *bōnā* que traduz o adjetivo feminino “boa”, a seguir:



Pelas representações dadas, deduzimos que as duas sílabas que compõem *bōnā* têm rimas simples, constituídas por núcleos silábicos também simples, ou seja, preenchidos por apenas uma *mora*. Daí que ambas as sílabas são leves. Em termos de duração, a vogal da sílaba da palavra em (2) é longa. Em contrapartida, as vogais das duas sílabas da palavra em (3) são breves.

Com respeito ao sistema de duração vocálica na língua latina,

⁴² De acordo com Hayes (1995, p. 51), também pode ser considerada pesada a sílaba constituída por VOGAL + VOGAL (formando ditongo, como em “mãe”, “pai”, entre outras) ou por VOGAL + CONSOANTE (ou seja, do tipo encontrado nas palavras “paz” e “mar” cujas últimas consoantes ocupam a posição de coda na rima silábica).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pelo fato de este ter se perdido após o período clássico, não nos é possível precisar como as vogais eram pronunciadas de fato naquele período. Contudo, pelo desenvolvimento das línguas neolatinas, a hipótese mais aceita é a de que as distinções de quantidade estejam associadas também a distinções qualitativas, nas quais as vogais breves eram mais abertas que as longas. Nesses termos, na falta de dados mais precisos, adotamos o quadro de sons vocálicos dados na Tabela I seguinte:

Altura/ Abertura	Anterior	Central	Posterior
Alta/Fechada	i	★	u
Média- alta/Fechada	e		o
Média- baixa/Aberta	ɛ		ɔ
Baixa/Aberta	a		
	Não- arredondada	Arredondada	Arredondada

Tabela I: Inventário fonético vocálico do latim Clássico.

Ressaltando que, no latim, a quantidade vocálica é distintiva, haja vista pares de palavras como *horā* ‘hora’ e *horā* ‘agora’ em que a duração da vogal na última sílaba das palavras distingue a referida vogal entre breve e longa, apresentamos, na sequência, exemplos de sons vocálicos nessa língua, seguidos das letras ou conjuntos de letras (os ditongos: **ae**, **ei**, **oe**, **eu**, **au**, **ui**) que os representam na escrita:

(4) [ɛ]: [ɛk ^w us]	ĕ	<i>ĕquus</i>	‘cavalo’
(5) [e]:	[re gi na] ē	<i>rēgīna</i>	‘rainha’
(6) []:	[l ^o ↑nge] ō	<i>lōngē</i>	‘longe’
(7) [o]:	[k ^w o] ō	<i>quō</i>	‘que (ablativo singular)’
(8) [a]: [raptus]	ā	<i>rāptus</i>	‘rapto’
(9) [a]:	[pa ks]	ā	<i>pāx</i> ‘paz’
(10) [i]: [vikta]	ī	<i>vīcta</i>	‘vida’
(11) [i]:	[prī mus] ī	<i>prīmus</i>	‘primeiro’
(12) [u]: [kaput]	ŭ	<i>capŭt</i>	‘cabeça’
(13) [u]:	[lu na] u	<i>lu na</i>	‘lua’
(14) []:	[p r.rus] yċ	<i>Pyċrrus</i>	‘Pirro, filho de Aquiles’
(15) []:	[p t ag ras] y		‘Pitágoras’
(16) [ai]: [kaysar]	ae	<i>Caesar</i>	‘César’
(17) [au]: [taurus]	au	<i>taurus</i>	‘touro’
(18)[ei]: [dei]	ei	<i>Dei</i>	‘Deus (genitivo)’
(19) [eu]: [europa]	eu	<i>Eurōpa</i>	‘Europa’
(20) [oi]: [poina]	oe	<i>poena</i>	‘punição’

Na escrita, quanto ao quesito duração, os romanos distinguiram as vogais grafando as longas duplicadas. Assim, por exemplo, a vogal baixa [a] era representada pela sequência de letras **aa** nos primeiros tempos. No final da República Romana, utilizava-se uma aspa simples (´) para marcar a vogal longa; já no Império, um acento gráfico agudo (ˆ) indicava o alongamento vocálico. Essas marcas, contudo, nunca foram universalmente aceitas.

Na Idade Média, adotou-se o símbolo (˘) denominado *brachia* (do grego βραχύς “curto”) sobre a letra para marcar a vogal breve (isto é: **ā, ē, ī, ō, ū**) e o símbolo (ˉ), chamado *macron* (do grego μακρός “longo”), para marcar a vogal longa (ou seja: **ā, ē, ī, ō, ū**) que, no presente estudo, estamos utilizando para indicar a duração vocálica. A propósito, comumente, não se marcam todas as sílabas das palavras com os símbolos *macron* e *brachia*. De fato, se todas as sílabas longas apresentam-se assinaladas por um *macron*, obviamente, as não assinaladas ou não marcadas são breves. Desse modo, apenas marcaremos com a *brachia* sílabas que, por algum motivo especial, exigir a indicação da sua condição de breve.

No latim Clássico, o sistema de quantidades era um aspecto essencial dos versos. “Erros” no quesito quantidade vocálica eram considerados práticas de falantes caracterizados como bárbaros. Embora não se possa dispensar o auxílio de um dicionário que contenha as quantidades das sílabas das palavras latinas, algumas regras podem nos nortear na determinação da quantidade vocálica, a saber:

- 1) Se a palavra termina em **i, u, o**, essa vogal é longa; se terminar em **y** é sempre breve. Na maioria das palavras terminadas em **a, e**, essas vogais são breves.
- 2) Todo ditongo é longo.
- 3) Se duas vogais (ou uma vogal e **h**) se seguem formando duas sílabas em uma palavra, a primeira é breve.
- 4) Toda vogal formada por uma contração ou crase (fusão fonética de duas vogais) é longa.
- 5) Uma vogal é breve antes de **nt** e **nd**, antes de **b, d, m** e **t** finais, exceto em monossílabos e seus derivados em **r, l** finais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- 6) Uma vogal antes de **nf**, **ns**, **nx** e **nct** é longa.
- 7) Uma vogal é longa antes de **c**, **n**, **x**, **z** em final de palavra.
- 8) Se uma palavra termina com a consoante **s**, a vogal anterior é longa (mas, exclusivamente, se for **a**, **e**, **o**) e breve (se for **i**, **u**, **y**).
- 9) Regra das duas consoantes: uma vogal seguida por duas consoantes é sempre longa; em uma linha de poesia, as duas consoantes não precisam estar na mesma palavra para que a vogal que as precede seja longa; as letras **x** e **z** são consideradas duas consoantes, pois representam, na realidade, os sons [ks] e [dz]; os encontros consonantais **ch**, **ph**, **th** e **qu** são considerados consoantes simples; naturalmente, em virtude da regra (e) a regra das duas consoantes não se aplica a **nt** e **nd**.

Evidentemente, para todas essas regras existem exceções que, por questão de espaço, não citaremos aqui. A título de exemplificação, contudo, mencionamos somente aquela referente ao caso nominativo dos femininos da 1ª declinação, em que temos *casã*, obedecendo à regra em (a) e o ablativo *casã*, violando à regra em (a). Em caso de dúvida, somente um bom dicionário resolverá a questão.

Quanto à quantidade das sílabas (ou peso silábico), algumas definições podem ser consideradas, como a que diz que uma sílaba é leve (breve) se terminar em uma vogal breve ou aquela que atesta que uma sílaba é pesada (longa) se contiver uma vogal longa ou um ditongo ou se terminar em consoante seguida por outra consoante. Notemos que essas definições são equivalentes às definições mais gerais dadas anteriormente.

No que diz respeito à acentuação, as palavras latinas apresentam o seguinte comportamento: a) se compostas por duas sílabas, têm acento na primeira sílaba; b) se têm mais de duas sílabas, são acentuadas na penúltima sílaba se, porém, esta é longa. Se a penúltima sílaba é breve, o acento cai na antepenúltima.

3.2. As consoantes latinas

Em termos gerais, as consoantes latinas são praticamente as mesmas do português, conforme listado, na Tabela II, a seguir, que,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como já antecipamos, trata-se de uma sistematização de informações (muitas vezes divergentes entre si) retiradas de estudos como, por exemplo, Allen e Greenough (1903), Bennet (1913), Kent (1932), Sturtevant (1940), entre outros.

	Labial	Lábio-dental	Alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	p b		t d		k g	
Oclusiva Aspirada	p ^h		t ^h		k ^h	
Oclusiva Velarizada					k ^w	
Nasal	m		n		ŋ	
Vibrante			r			
Fricativa		f	s			h
Aproximante	w			j		
Aproximante Lateral			l			
Africada			dz			

Tabela II: Inventário fonético consonantal do latim Clássico.

Como na proposta de apresentação dos sons vocálicos, listamos, a seguir, exemplos de palavras (transcritas fonética e graficamente) em que os sons consonantais do latim ocorrem. As letras ou conjuntos de letras (dígrafos) que representam os referidos sons na escrita são destacados nas formas grafadas das palavras.

(22)[p]: [puer]	p	<i>puer</i>	‘menino’
(23)[b]: [b na]	b	<i>bona</i>	‘boa’
(24)[t]: [kaput]	t	<i>caput</i>	‘cabeça’
(25)[d]: [dīgītu s]	d	<i>digitūs</i>	‘dedo’
(26)[k]: [klawis]	c	<i>clavis</i>	‘chave’
(27)[k]: [kart ^h a go]	k	<i>Karthāgō</i>	‘cartago’
(28)[g]: [ga llus]	g	<i>gāllus</i>	‘galo’
(29)[p ^h]: [sulp ^h ur]	ph	<i>sulphur</i>	‘enxofre’
(30)[t ^h]: [t ^h ro ia]	th	<i>Thrōia</i>	‘Tróia’
(31)[k ^h]: [pulk ^h ra]	ch	<i>pulchra</i>	‘bonita’
(32)[k ^w]: [k ^w i nk ^w ε]	qu	<i>quinque</i>	‘cinco’
(33)[m]: [ma nu s]	m	<i>magnūs</i>	‘grande’
(34)[n]: [nowem]	n	<i>novem</i>	‘nove’
(35)[]: [beni nus]	gn	<i>benignus</i>	‘benigno’
(36)[r]: [reks]	r	<i>rex</i>	‘rei’
(37)[f]: [filius]	f	<i>filius</i>	‘filho’

(38)[s]: [septem]	s	<i>septem</i>	'sete'
(39)[h]: [hostis]	h	<i>hostis</i>	'inimigo'
(40)[w]: [wir]	v	<i>vir</i>	'homem'
(41)[j]: [jus]	i	<i>ius</i>	'direito'
(42)[l]: [lewis]	l	<i>levis</i>	'leve'
(43)[dz]: [dzep ^h rus]	z	<i>Zephyrus</i>	'Zéfiro'
(44)[ks]: [auda ks x]		<i>audāx</i>	'audaz'

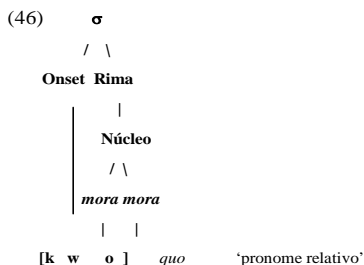
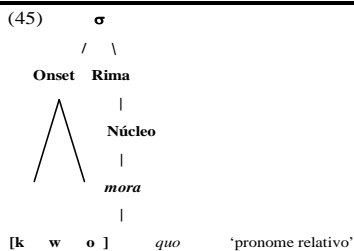
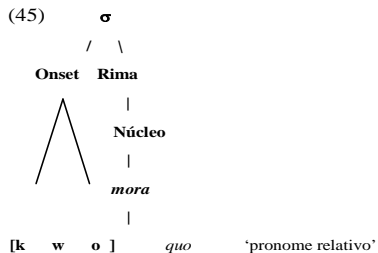
A série de oclusivas aspiradas [p^h, t^h, k^h] se distingue da série de oclusivas simples [p, t, k] por ter sua articulação prolongada por uma espécie de aspiração (simbolicamente representada por [h] sobrescrito). Na escrita, são representadas, respectivamente, por **ph**, **th**, **ch**, ou seja, as primeiras letras dos grupos consonantais representando os sons oclusivos seguidos de **h** que indica a aspiração. Estes sons foram introduzidos no latim para representar as palavras de origem grega e, na verdade, não se sabe ao certo se, embora presentes na grafia, eram mesmo emitidos na fala com aspiração. O conjunto de letras **ph** do latim se refere ao símbolo **φ** do Grego; já **th** corresponde a **θ** e **ch**, a **χ**. Por razões puramente históricas, preferimos manter esses fonemas na Tabela II, embora sempre tendo em mente que são fonemas importados para grafar palavras em grandes quantidades, mas em condições muito especiais.

Como podemos ver nos exemplos (26) e (27) o som [k] tanto pode ser representado na escrita pela letra **c** como pela letra **k** e, ainda, em alguns casos pela letra **q** (esta última afirmação será tratada com mais detalhes posteriormente). Contudo, como dissemos anteriormente, **k** ocorre exclusivamente em nomes estrangeiros e caiu em desuso.

A letra **b**, antes de **s** e **t**, nos grupos **bs** e **bt**, é pronunciada como sua contraparte desvozeada [p], como na palavra que traduz "povo" *plēbs* [ple ps]. O que se verifica, nesses casos, são processos de desvozeamento da oclusiva vozeada [b] devido ao contato com a fricativa [s] e a oclusiva alveolar, ambas desvozeadas.

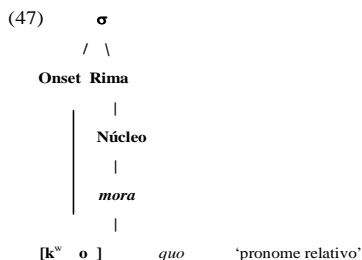
A oclusiva lábio-velarizada [k^w] é um dos sons que, em termos da língua latina, gera controvérsias. Alguns estudiosos sustentam que o som representado pela sequência de letras **qu** diz respeito a duas articulações: a consoante oclusiva [k] e a aproximante [w]. Nesses termos, a estrutura silábica que contém essa sequência de sons, como, por exemplo, na palavra *quo* (que traduz um pronome

relativo como “que” no ablativo), pode ser interpretada de duas formas: com um *onset* complexo, constituído por dois segmentos consonantais, como em (45), ou com um núcleo complexo, em que a aproximante [w] tem *status* de vogal, como em (46), a seguir:

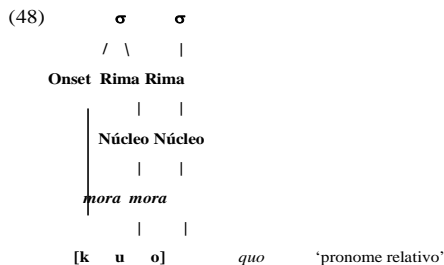


Por outro lado, há quem defenda que o som representado pelo conjunto de letras **qu** seja, de fato, uma oclusiva cuja articulação é prolongada por um processo de lábio-velarização marcada pelo símbolo [w] sobrescrito. Assim, no caso da palavra *quo*, o que se tem é

uma estrutura silábica relativamente simples, ou seja, CV, tal como podemos ver, a seguir:



Finalmente, uma terceira hipótese defendida por alguns gramáticos é a de que o conjunto de letras **qu** representa, respectivamente, a oclusiva velar [k] seguida da vogal [u]. Nesses termos, foneticamente, a palavra *quo* teria a seguinte configuração, em termos de estrutura silábica:



Essa terceira hipótese, entretanto, parece pouco consistente se levarmos em conta a duração das “supostas” vogais. Pela análise de sua presença nas poesias, sabe-se que na palavra *quo*, a vogal [u] é breve; já a média-baixa [o] é longa. Assim sendo, a representação, em (48), se torna pouco provável, pois, uma sequência de vogais em que [u] é breve e antecede outra que é longa, em geral, acaba constituindo um ditongo. Com isso, a vogal [u] pode ser enfraquecida na fala de modo a se comportar como a aproximante [w] tal como expresso na representação em (46).

Outra evidência de que a combinação **qu** é diferente de **ku** está ligada ao fato de os gregos terem importado do alfabeto semítico

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

as letras **q** (*qoph*) e **k** (*kaph*) e usaram **q** antes de vogais anteriores (STURTEVANT, 1939, p. 221). Com o tempo **k** tomou o lugar de **q**. Os etruscos herdaram **q** e **k** dos gregos. As inscrições antigas mostram que a letra **q** era usada nos mesmos ambientes em que os gregos a usavam e **k**, somente antes de **a**. Os etruscos não possuíam consoantes oclusivas vozeadas e empregaram **c** (do grego Γ) como uma oclusiva velar desvozeada, sendo que mais tarde esse grafema tomou conta dos outros dois. Assim, no Etrusco, **c**, **q** e **k** representavam um mesmo fonema. Inscrições latinas antigas mostram essas letras distribuídas como no Etrusco. Com o tempo, em latim, como já dissemos anteriormente, [k] acabou caindo em desuso. A ortografia padrão latina, contudo, manteve **q** no dígrafo **qu**. Os gramáticos latinos achavam pouco comum ter três símbolos para representar um som que, no Grego, só se referia ao som expresso pela letra κ (*kappa*). Entretanto, palavras, tais como *āqua* e *ēquos*, têm a primeira vogal breve, como se pode atestar na literatura poética, e dessas mesmas fontes atesta-se que palavras com duas consoantes como *ādversus*, *ōbvius*, *sīlva*, entre outras, têm a vogal anterior longa. Através da regra das duas consoantes, suspeita-se que o conjunto de letras **qu**, na realidade, se refere a uma única consoante, a qual, considerando os argumentos aqui apresentados, seria então a oclusiva velar lábio-velarizada [k^w].

Dessa forma, nos vemos ainda em um impasse sobre o som latino que, no final do Século I a. C., era representado pelo conjunto **qu** na escrita. A nosso ver, tanto a proposta de que as letras **qu** se referem à sequência oclusiva velar [k] e aproximante lábio-velar [w], como aquela que defende que o conjunto dessas letras corresponde à oclusiva lábio-velarizada [k^w] parecem pertinentes. Aliás, em termos fonéticos, a diferença entre as duas hipóteses na fala rápida é praticamente inexistente, de forma que nos parece desnecessária uma afirmação concreta de que uma ou a outra hipótese é a considerada correta. De qualquer modo, está aí uma questão que ainda pode render maiores discussões.

No nível das nasais, sobre a velar [], que os romanos chamavam *agma*, temos a considerar que, quando a letra **g** se encontra antes de **n**, no conjunto **gn**, esse grupamento de consoantes nasaliza a vogal precedente de modo que uma palavra como *āgnus* seria pronunciada da seguinte forma: [a nus]. Lindsay (1904, p. 402), base-

sadas costumam atrair o acento. Como já dito, uma sílaba pesada é necessariamente composta ou por uma vogal longa (núcleo complexo) ou por uma vogal e uma coda (posição silábica final preenchida por uma consoante). Desse modo, é compreensível que nas palavras da língua portuguesa “fazer” e “feroz” o acento recaia sobre as últimas sílabas, já que estas são pesadas por serem constituídas por VOGAL + CONSOANTE. Da mesma forma, em palavras como “casa”, “jogo”, “bebê”, é possível detectar a sílaba acentuada pelo critério de alongamento vocálico, conforme mostram as respectivas transcrições fonéticas dessas palavras: [ʃka za], [ʃCo go] e [beʃbe]. Isto é, dada uma seqüência de duas ou mais sílabas na palavra, será acentuada aquela que contiver a vogal mais longa.

Alguns casos, porém, podem suscitar dúvidas como, por exemplo, as palavras “mister” e “resposta”. Considerando o fator peso silábico e existindo em ambas as palavras mais de uma sílaba pesada (com coda silábica preenchida), sobre qual dessas sílabas cairia o acento e por quê? Uma resposta provável para tais questões pode ter respaldo em Prince (1983, p. 67) para quem a distinção entre sílaba pesada e leve não estaria em seus componentes estruturais (rima simples, ou seja, núcleo *versus* rima complexa, isto é, núcleo complexo ou núcleo + coda). Para o autor, a sílaba sobre a qual o acento pousa é aquela que encerra maior sonoridade vocálica.

A sonoridade vocálica pode ser entendida se pensarmos que as vogais são emitidas com graus diferentes de abertura da boca. Assim, quanto mais aberta estiver a boca na articulação de uma determinada vogal, mais sonoro será esse som; em contrapartida, quanto mais fechada a boca estiver, menos sonora será a vogal. Em geral, como vimos nos pressupostos teóricos, as vogais são classificadas como abertas ([a], [ɛ], [ɪ]) ou fechadas ([i], [u], [e], [o]). Todavia, buscando classificar com mais precisão as vogais quanto ao seu grau de abertura, muitas teorias fonológicas propuseram escalas para o traço fonético [aberto]. Uma dessas propostas para as vogais do português, baseada em Clements e Hume (1995), é dada na Tabela III, a seguir:

Abertura	i	u	e	o	ɛ	ə	a
Aberto ₁	-	-	-	-	-	-	+
Aberto ₂	-	-	+	+	+	+	+
Aberto ₃	-	-	-	-	+	+	+

Tabela III: Grau de abertura da boca (sonoridade) das vogais do português.

Notemos que o traço [Aberto₁] só está presente na produção da vogal [a]. Isso porque essa vogal é aquela em que o falante mais abre a boca ao produzir sons. O traço [Aberto₂], por sua vez, é característico de todas as vogais, exceto [i] e [u] que, aliás, não possuem o traço [Aberto] em nenhum de seus níveis. De fato, na produção de [i] e [u] praticamente não se abre a boca. O traço [Aberto₃] não está em [e] e [o] além de [i] e [u], sendo característico das vogais [ɛ] e [ə] que são quase tão abertas quanto a vogal [a].

Retornando ao caso das palavras portuguesas “mister” e “resposta”, tendo em conta o critério da sonoridade vocálica, então, é natural que as sílabas acentuadas sejam, respectivamente, “ter” e “pos”. Na palavra “mister”, a primeira sílaba tem como núcleo a vogal [i] que, por ser mais fechada que [ɛ], é menos sonora não podendo, portanto, receber o acento. Já na palavra “resposta”, o que ocorre é que a vogal [e] da sílaba “res” é mais fechada que [ə], em “pos”. Logo, [ə] é a vogal mais sonora e, em consequência, aquela que atrai o acento.

Enfim, mas em que, exatamente, a teoria de Prince (1983) pode nos auxiliar na explicação do porquê de, na palavra latina *terra*, a sequência de letras **rr** não corresponder ao dígrafo das línguas neolatinas que traduz sons fricativos como [ç], [X], [ʃ], [ʒ], ou a vibrante [R]? O fato é que há quem possa argumentar que a palavra latina *terra*, ao contrário do que estamos postulando, seja foneticamente representada pelas formas: [tɛ.Xa], [tɛ.ʒa], [tɛ.Ra] ou outras. Em termos de estrutura silábica, em qualquer uma das propostas, existiriam duas sílabas leves, o que levantaria outra questão: em qual dessas sílabas recairia o acento da palavra? Ora, segundo a literatura, nessa palavra, a sílaba acentuada é a primeira. Isso, porém, não esbarra na teoria de Prince (1983), já na primeira sílaba está uma vogal

menos sonora ([ɛ]) do que aquela que está na segunda sílaba, ou seja, [a]? E é aí que entra a teoria de Prince.

Em nossa opinião, a referida teoria não está falhando nesse caso porque a sequência de letras **rr**, na realidade, representa duas vibrantes geminadas que, entretanto, ocorrem em sílabas diferentes: uma na posição de coda silábica, a outra, na posição de ataque silábico, ou seja, como na representação [ter.ra]. Com isso, a primeira sílaba se torna pesada o que atrai para si o acento. Em outras palavras, diríamos que no caso do latim, a teoria de Prince (op. cit.) de que é a sonoridade que definitivamente torna uma sílaba acentuada em detrimento de seu peso, é aplicável em termos. Isto é, primeiro, verifica-se se o peso não é preponderante na definição do acento; caso não seja, então se parte para o critério da sonoridade.

No âmbito das fricativas, destacamos um detalhe sobre a glotal [h] que, de acordo com Kent (1932, p. 56), era nos tempos do Império, provavelmente uma palatal surda [ç] ou uma fricativa velar [X]. No fim da República, quase não mais se pronunciava esse som como pode ser atestado pela palavra *hānser* ‘ganso’ do latim arcaico que se tornou *ānser* no Século I.

No que respeita à lateral [l], não temos nada há comentar, já que sua ocorrência provavelmente é semelhante ao que se tem na língua portuguesa atual, mantendo, porém, sua pronúncia plena em final de sílaba. Isto é, ao contrário do que ocorre em muitos dialetos brasileiros (dentre os quais, o goiano, o mineiro de Belo Horizonte), a [l] não sofria um processo de labialização de maneira a ser articulada como a aproximante [w] em palavras tais como “mel” [ʃmew] e “sol” [ʃs w]. De igual modo, as aproximantes lábio-velar [w] e palatal [j] se assemelham aos sons do português.

Para finalizar, a africada [dz], que muitos autores descrevem como [ts] (a crença nessa pronúncia é baseada na do Velho Italiano em que **z** era [ts]), aparece na escrita como o grafema **z** que, no entanto, só existe em palavras de origem grega. Em nosso ponto de vista, [dz] deve prevalecer porque provavelmente **z** foi importado do símbolo grego *zeta* “ζ” cuja pronúncia é [dz] nessa língua.

Finalmente, embora não tenha sido destacada na Tabela IV, é preciso mencionar ainda o som [ks]. Trata-se de uma articulação du-

pla composta pela oclusiva velar [k] e a fricativa alveolar [s] que também é usada em palavras de origem grega. Representada na escrita latina pela letra [x], o som [sk] é praticamente uma transliteração da letra grega *ksi* “ξ”.

4. Conclusão

Este artigo mostrou uma breve proposta de descrição da pronúncia dessa língua tal como provavelmente era falada no fim do Século I a. C., ou seja, no final da República Romana. Essencialmente, buscou-se, a partir de informações diversas, apresentar um levantamento de sons vocálicos e consonantais que se constituem como os que eram falados na época especificada. No referido inventário de sons, alguns casos suscitam controvérsias entre os estudiosos. Desse modo, procuramos discuti-los propondo algumas hipóteses que, acreditamos, mais se aproximam da pronúncia real dos latinos.

Assim, com base em teorias fonológicas atuais ou em métodos da Linguística Histórico-Comparativa, concluímos, por exemplo, que o som representado pela sequência de letras **qu** pode se referir tanto a uma única consoante, a qual, considerando os argumentos aqui apresentados, seria então a oclusiva velar lábio-velarizada [k^w] ou mesmo a uma sequência de consoantes, isto é, a oclusiva velar [k] e a aproximante lábio-velar [w]. Com respeito à sequência de letras **rr**, defendemos a hipótese de que esse suposto dígrafo se refere, na realidade, a um encontro consonantal que ocorre na união de duas sílabas dentro de uma palavra. Assim, em *terra*, as sílabas *ter* + *ra* são representadas foneticamente como em [tɛr.ra], com a vibrante [r] sendo articulada de forma repetida.

Obviamente, as propostas de interpretação apresentadas ainda são passíveis de discussão, pois nosso objetivo não é encerrar o tema. Acreditamos, porém, que no universo das letras clássicas, ainda que se tenha uma ideia geral de que o tema possa estar esgotado, nossa opinião é de que muito há ainda a ser discutido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, J. H; GREENOUGH, J.B. *New Latin Grammar*. Boston:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

The Athenaeum Press, 1903.

BENNET, C. E. *A Latin Grammar*. Boston: Allyn and Bacon, 1913.

CLEMENTS G.; HUME, E. V. The Internal Organization of Speech Sounds in GOLDSMITH, J. *The Handbook of Phonological Theory*. London: Basil Blackwell, 1995. p. 245-306.

HAYES, B. *Metrical Stress Theory (Principles and Case Studies)*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

KELLY, D. H. Distinctive Feature Analysis in Latin Phonology. *The American Journal of Philology*, v. 1, n. 88, p. 67-77, 1967.

KENT, R. G. The Sounds of Latin: A Descriptive and Historical Phonology. *Language*, v. 1, n. 12, 1032, 206 p.

LEHMANN, W; SLOCUM, J. *Latin Online, Lesson 10*. Linguistic Research Center, University of Texas at Austin. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/cola/depts/lrc/eieol/latol-10-R.html>>.

LINDSEY, W. N. The Pronunciation of GN in Latin. *The Classical Review*, v. 8, n. 18, 1904, 402 p.

PRINCE, A. Relating to the Grid. *Linguistic Inquiry*, n.1, v. 14, p. 19-100, 1983.

SANTOS, R. S.; SOUZA, P. C. Fonética. In: FIORIN, J. L. *Introdução à linguística. II. Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33-58.

SILVA, T. C. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 1999.

STURTEVANT, E. H. The Pronunciation of Latin qu and gu. *Language*, v. 4, n. 15, p. 221-223, 1939.

_____. *The Pronunciation of Greek and Latin*. Chicago: Greenwood Press, 1940.

VERBOS-SUPORTE OU EXPRESSÕES LEXICALIZADAS?

Hilda Monetto Flores da Silva
hildaflores@globo.com

RESUMO

Ao pretendermos apresentar uma proposta de análise dos valores semânticos e discursivos de construções com verbo-suporte e de expressões cristalizadas correntes na língua portuguesa do Brasil, buscamos analisar um corpus constituído de textos de gêneros variados colhidos em jornais e revistas publicados desde 2003, nos quais se evidenciava o aparecimento cada vez mais frequente dos usos verbais em foco. Partimos do pressuposto teórico de que o verbo é o nó a ser desatado, pois, ao contrário, do que muitos autores vêm relatando em relação ao verbo-suporte, não há um completo esvaziamento semântico, mas uma nova forma de dizer em que se privilegia o uso conotativo do verbo que passa de pleno a leve, segundo a nomenclatura de vários estudiosos, que lhe atribuem valor de auxiliabilidade. Enquanto o uso dos verbos-suporte no Brasil vem-se fixando no léxico, outras formas cristalizam-se, enriquecendo o vocabulário, inovando falares, o que aproxima estas expressões de uma classe aberta. O verbo, somado a alguns nomes ou participando de expressões, longe de se esvaziar, estendem ou modificam a significação no processo discursivo.

Palavras-chave:

Verbo-suporte. Expressões cristalizadas. Polissemia.
Gramaticalização. Português do Brasil.

Começando nossa pesquisa teórica e, ao mesmo tempo, a busca por um exemplário que nos permitisse aplicar a teoria investigativa passamos à leitura de crônicas, editoriais, reportagens, escritos literários e, para a seleção, ficou estabelecido um período de 2003 a 2006. O material linguístico que levantamos para análise é o mais variado possível, incluindo dados encontrados em relatos, conversas sobre assuntos acadêmicos, em publicações (jornais e revistas) e muitos retirados do site <<http://acdc.linguateca.pt/cgi-bin/aceso.pl>> do Primeiro Milhão do CETEMPúblico revisto para a Floresta Sintactica. Universidade de São Carlos, São Paulo. Precisávamos traçar limites, visto tratar-se de um vasto material e era preciso, ainda, escolher os verbos que seriam analisados e que características deveriam ser observadas para que se adaptassem às questões sobre verbos-suporte e/ou expressões lexicalizadas (cristalizadas) ou solidariedades léxicas (segundo Coseriu). Os verbos-suporte e expressões

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cristalizadas vêm sendo usados com muita frequência e não poderíamos dizer que este é um fenômeno atual, pois nossa fala é marcada por perifrases desde a sua origem. O verbo é o elemento desencadeador da estruturação do enunciado, é o elemento vivo, dinâmico, em torno do que, outros elementos se encaixam. É preciso que esse núcleo seja amplamente analisado já que contém uma pluralidade de pistas essenciais a uma leitura interpretativa. Nele se concentram dados gramaticais e significativos que conduzirão às demais significações desses elementos.

Surge, então, um problema a ser solucionado. Que tipo de verbo é considerado suporte? Por que a nomenclatura “suporte”? Em geral, ao se estudar o assunto, alguns verbos se destacam e são os que aparecem na maioria das pesquisas. Mas é privilégio desses verbos, chamados gerais, tais como: *fazer, dar, ter, pôr, tomar*, essa categorização?

Num estudo feito por Maria Emília Barcellos da Silva e apresentado no Congresso Internacional “500 anos da Língua Portuguesa no Brasil”, na Universidade de Évora, em maio de 2000, foram apresentadas expressões sintáticas lexicalizadas encontradas no falar do Rio de Janeiro e de Lisboa. Embora os processos de formação de palavras indicados pela gramática comum sejam os mesmos, as expressões apresentam, semanticamente, diferenças entre falantes de culturas distintas. Há formações que nos permitem perceber uma lexia própria do português do Brasil na formação de verbos-suporte e expressões lexicalizadas ou cristalizadas. Esse fato também sustenta expressões próprias do português de Portugal (*cair para o lado*= *fli-par*; *mandar boca*= *comentar em voz alta*; *ir de patins*= *ser despedido*).

O léxico de uma língua não é homogêneo e, como nos afirma (VILELA, 1995, p. 16),

constitui um diassistema: as palavras de todos os dias convivem com as palavras dos especialistas, as palavras da língua falada (ou estilo coloquial) vivem lado a lado com as palavras da língua escrita (ou estilo reletido), as palavras ‘velhas’, ainda de uso corrente, coabitam com arcaísmos e neologismos.

Há uma língua histórica no Brasil em comum com Portugal, mas o léxico se adapta ao linguajar de cada comunidade linguística, pois existem especializações, segundo Vilela (1995, p. 16) “como em

mudar, trocar e cambiar, em que há uma delimitação de áreas: mudar situa-se mais no ‘mundo físico’(mudar de roupa, mudar de campo, mudar de banco – onde depositamos o dinheiro), trocar é o termo mais genérico”. No português do Brasil, tanto dizemos mudar a blusa como trocar a blusa, mas cambiar, usado em Portugal no sentido bancário/monetário, não é empregado no português do Brasil, em que empregamos trocar de banco, mudar de banco, trocar dinheiro (não ouviremos, no português do Brasil, cambiar dinheiro, cambiar de banco). Usamos coloquialmente os verbos mudar e trocar, como variantes discursivas: mudar de marido/trocar de marido, mudar de casa/ trocar de casa, mudar de hábito/trocar de hábito. Esses exemplos com o verbo seguido de preposição, também podem ocorrer em algumas formas do verbo+ nome: mudar a cor/ trocar a cor, mudar o dia/ trocar o dia, mudar o livro/ trocar o livro.

Maria Helena de Moura Neves reserva no livro *A Gramática. História, Teoria e Análise, Ensino* (2002) um capítulo “A delimitação das unidades lexicais: o caso das construções com verbos-suporte” (p. 189-206), estudo que apreciamos na pesquisa. A leitura desse texto foi usada como base do que nos propomos analisar quanto ao verbo-suporte e às expressões cristalizadas. A autora há algum tempo vem-se dedicando a esse assunto tão polêmico, mas, ao mesmo tempo, instigante.

Partindo do binômio verbos plenos e verbos-suporte, Neves “observa a importância da posição de objeto na apresentação de um único argumento novo e de um único SN lexical numa sentença”. O verbo-suporte apresenta-se com funções complexas e, embora pudesse ser encaixado na categoria de verbos genéricos, já que semanticamente necessita de um argumento nome-objeto, não deve ser simplesmente citado como exemplo definidor dessa categoria.

O verbo-suporte pode enquadrar combinações de “verbos gerais (classes especiais de verbos como fazer, dar, ter, pôr, tomar)” + SN em que os verbos apresentam certo grau de esvaziamento do sentido lexical, mas que conservam uma acepção cuja contribuição para o significado total pode ser explicitada (dar um riso = rir, dar uma investida = investir, dar uma olhada = olhar, ter confiança = confiar...). Ou a combinação de um verbo intransitivo “geral” com preposição e nome deverbal (andar por um caminho incerto).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É importante esclarecer que nos verbos chamados lexicais temos um inventário aberto e os verbos gerais (subconjuntos dos verbos lexicais) constituem um conjunto fechado. Esse semiesvaziamento semântico interfere no tipo de predicação verbal: ação, processo, estado.

O gerativista Radford (1988, p. 89-104; *apud* NEVES, 2002, p. 191) propõe uma série de testes para a questão que determina a estrutura de constituintes de uma dada sentença numa língua, pois, mesmo considerando a intuição do analista, observa que esta pode falhar, daí levantar a necessidade de certos instrumentos linguísticos como distribuição, anteposição, posposição, coordenação, intercalação de advérbios e elipse. Radford ratifica que esses critérios serão capazes de distinguir as construções com verbo-suporte das construções fixas, cristalizadas. O autor utiliza os testes a partir de uma pergunta: "Como se determina a estrutura de constituintes de uma dada sentença em uma dada língua?". Os critérios em número de três, propostos pelo gerativista Radford, para expressões ou combinatórias fixas, postulam o estatuto da unicidade (noção de unidade lexical). Neves adaptou e aplicou testes (em número de sete) para determinar a estrutura dos constituintes de uma construção com a finalidade de auxiliar na caracterização da natureza (*sui generis*, segundo a autora) das construções com verbo-suporte. Pudemos perceber que o uso desses verbos valoriza o processo discursivo e é mais adequado à fala coloquial, mais próxima do usuário. Ao mesmo tempo, ressaltamos que não é tão fácil reduzirmos esse estudo a um conjunto de regras ou testes que definam a questão tão claramente.

Numa língua em uso, enunciados, embora individuais, concretizam-se a partir de cada esfera de utilização elaborada pela língua, tipos relativamente estáveis que formam gêneros de discurso. A variedade de gêneros do discurso é infinita e a variedade virtual da atividade humana é inesgotável e pode lidar com a língua em seus diferentes aspectos orais e escritos, com as gramáticas da língua, com a formação do léxico e seu ordenamento e significados, além dos aspectos estilísticos.

Inês Duarte (2003, p. 311) explica que "existem verbos normalmente classificados como verbos principais que, em certas construções, não exibem propriedades típicas desta classe: os verbos leves".

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(a) O jornalista deu o resultado do jogo logo após o apito final do juiz. (Verbo + objeto)

(b) O jornalista deu contribuição importante para o esclarecimento da situação. (O verbo sofreu um processo de esvaziamento lexical __ verbo leve = contribuiu).

A autora em tela afirma que o esvaziamento não é total, sendo “preservada a grelha argumental que o verbo tem como pleno, quando o verbo leve é trivalente” e apõe aos exemplos acima o seguinte:

(b₁) O jornalista deu-lhe contribuição importante.

Não nos parece que haja esvaziamento lexical, mas um alargamento do significado reforçado pelo nome que lhe serve de complemento sintático e semântico. No caso do exemplo citado, ainda temos o reforço do adjetivo *importante* que reforça a tese da valorização de cada palavra constituinte dos argumentos discursivos. Na análise dos dados poderemos perceber que há expressões cujos papéis temáticos formam grupos significativos que se sedimentaram na língua e não permitem dissolução. Essas não são situações de verbo-suporte, mas “expressões cristalizadas, fossilizadas” que funcionam como fórmulas, segundo Jespersen (*apud* NEVES, 2002, p. 190). Como: “1. Vou dar uma chegadoinha na casa de meu primo”; “2. Parece que vão dar festa no apartamento vizinho”; “3. Dava sinais de cansaço ao fim da competição”; “4. Deu as costas e saiu apressado.”

Dar uma chegadoinha, dar festa, dar sinais de cansaço e deu as costas são expressões que constituem conjuntos fechados e que não necessitam maiores explicações, fazem parte do falar globalizado do usuário da língua comum e não contestados ou sinalizados como de significado desconhecido. Este processo é um recurso próprio da língua falada, seguindo condições de produtividade comuns em línguas vivas. As restrições e especificações das bases de uso ocorrem por exclusão ou inclusão, conforme são ou não acolhidos pela comunidade linguística. Já os nomes deverbiais oriundos dos verbos-suporte prototípicos encontram melhores condições de uso no português escrito formal, condições motivadas por características desta modalidade de língua, o que, talvez, tenha levado certos autores, como, por exemplo, Vilela, a considerarem os verbos-suporte como auxiliares.

O corpus, ao ser analisado, partiu do significado dicionariza-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do do verbo e das diversas possibilidades significativas que ele assume no discurso. Essa análise não vai comportar grupos divididos em: verbo-suporte, expressão cristalizada ou valor polissêmico do verbo. Os verbos-suporte prototípicos muitas vezes ao serem inseridos no contexto tornam-se polissêmicos, são usados estilisticamente.

Não há, em princípio, um limite fixo e claro para as significações das formas de verbo-suporte e de expressões lexicalizadas ou cristalizadas. É importante, ainda, ressaltar que mesmo os verbos-suporte podem ser usados conotativamente, como recurso estilístico, havendo casos de “dispersão semântica” em textos literários ou não. É, portanto, um processo em aberto. E, muitas vezes, é tênue a distinção entre umas e outras, assim como não se pode tratar esse estudo como finalizado, pois é um assunto cujos limites se diluem, vão além das regras e das comprovações. Haverá sempre novas formas surgindo, enquanto houver um homem e sua linguagem.

Diante de determinada situação um homem dirá “Fiz o possível.” e outro perguntará: “E o que significa fazer o possível para você?”. Possivelmente estes dois homens estarão em posições opostas, mas linguisticamente o que significa fazer o possível ou até fazer o impossível? E assim criaram-se formas de dizer para determinados momentos que nada significam senão expressões momentâneas, pontuais ou factuais. Como: levar um abraço, levar um alento, levar uma palavra a alguém; dar uma reprimenda/receber uma reprimenda, dar um aperto/levar um aperto, dar satisfação/tomar satisfação, dar conta/tomar conta. Se levarmos em consideração que dar e receber, dar e levar, dar e tomar, nas circunstâncias apresentadas, mudaram seus sentidos de base e os nomes, que lhes complementaram a expressão, foram usados com características de nomes abstratos, podemos concluir que as palavras que compõem o léxico de uma língua cambiam-se de acordo com o enunciado em que estão inseridas e a que situação do contexto se amoldam. Basta que confrontemos: dei um aperto no vestido/dei um aperto em José para saber a verdade. Dar um aperto, expressão estruturalmente equivalente e mesmo podendo ser transformada em apertei, não tem a mesma significação nas duas frases, pois na primeira o nome deverbal foi usado com “aspecto de concretude” e na segunda, há um uso mais abstrato.

Observemos os exemplos:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1. A fatura de pensamento pode *dar maus resultados* e nós não queremos *ter um enfarte*.
2. E apelava ao ‘idealismo e ao pioneirismo’ da América como o antídoto capaz de *dar sentido* ao seu enorme poder.
3. Os agentes poderiam *dar vantagem* aos raptos por estes terem ameaçado suicidar-se com os reféns fazendo explodir uma granada.
4. Parecia que tinha acabado de *dar um aperto de mão* a um velho amigo.
5. E têm de existir porque, neste momento, é impossível produzir um filme sem ser em coprodução e sem *dar contrapartidas* a realizadores estrangeiros.
6. O diretor da firma prometeu *dar uma percentagem* dos lucros da empresa.
7. Boris Ieltsin continua a *dar sinais contraditórios* sobre a forma como vai utilizar a sua vitória política.
8. A esperança *deu lugar* ao pessimismo.
9. Pretende *dar cursos* de aperfeiçoamento. (Contraponto: fazer curso=cursar)
10. Depois de ler o documento, o responsável disse que *daria autorização* para a visita.
11. Para que o rapaz se afastasse, a moça teve de lhe *dar um safanão*.
12. Ela não pode se *dar ao luxo* de não aceitar o emprego.
13. É a aplicação Voice Pilot, que permite *dar ordens* vocais ao computador.

O *corpus* está em aberto, pois pretendemos fazer apenas uma amostragem, já que se trata de assunto *ad infinitum*, isto é, em processo. A linguagem é a representação fiel do que somos, do que sabemos e discuti-la é ir ao encontro da pluridiversidade que desafia o pensamento e a realização deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem: estudos de teoria e metodologia linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

LINGUATECA. <http://acdc.linguateca.pt/cgi-bin/acesso.pl> do Primeiro Milhão do CETEMPúblico revisto para a Floresta Sinta(c)tica. Universidade de São Carlos, São Paulo. Acessado em várias datas.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática. História, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

SILVA, Hilda Monetto Flores da. *Verbo-suporte e expressões cristalizadas. Um enfoque sintático-semântico-discursivo*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Orientador: José Carlos Azeredo.

VILELA, Mário. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1995.

HOMENAGEM AO PROFESSOR LEODEGÁRIO

Adelto Gonçalves (USP, ABRAFIL)
marilizadelto@uol.com.br

CONGRESSO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, FILOSOFIA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA COMEMORATIVO DO 63º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DA ABRAFIL E DO 80º ANIVERSÁRIO DO PROFESSOR EMÉRITO DA UERJ, LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO, organizado por Leodegário A. de Azevedo Filho, Ilka Azevedo e Marcia Moraes. Rio de Janeiro: CCAA, 2008, 496 p.

I

Realizado de 17 a 21 de setembro de 2007, no Rio de Janeiro, o Congresso Internacional de Língua Portuguesa, Filosofia e Literaturas de Língua Portuguesa homenageou o 63º aniversário de fundação da Academia Brasileira de Filologia (Abrafil) e o 80º aniversário de Leodegário A. de Azevedo Filho, professor emérito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), fundador e presidente atual da Abrafil.

Com o apoio da Faculdade CCAA, saiu à luz um grosso volume de quase 500 páginas reunindo as conferências, resumos de comunicações livres e textos especiais apresentados durante a semana de realização do Congresso, que contou com a participação não só de renomados filólogos e acadêmicos brasileiros e portugueses como de estudiosos de vários países, como Inglaterra, Espanha, Suíça e Japão.

Encarregado por seu pares, o professor Antônio Martins de Araújo, presidente da Comissão Executiva do Congresso, destacou a carreira do professor Leodegário, titular cadeira de Literatura Portuguesa, aposentado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e professor emérito da Uerj, além de intelectual com vasta obra em que se destaca a hercúlea missão que assumiu de estabelecer a verdade textual da lírica de Luís de Camões. Já datam dos anos 70 seus *Ensaio de Linguística e Filologia*, ponto de partida para seus

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

estudos camonianos: *O cânone lírico de Camões* e *A lírica de Camões* e o *Problema dos manuscritos*.

Nos últimos tempos, o professor tem publicado e oferecido a sua legião de amigos uma série de plaquetes sobre o tema, além de liderar uma equipe de estudiosos que vem publicando a edição crítica da *Lírica de Camões*, planejada inicialmente pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (IN-CM), de Lisboa, para ser editada em oito volumes distribuídos em doze tomos. Como destacou o professor Araújo, cerca de dois terços do plano editorial da obra já se encontram editados.

Sua última grande missão foi a publicação de uma edição fac-similada de *Os Lusíadas*, pela editora Francisco Alves, do Rio de Janeiro, exemplar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que pertenceu à biblioteca particular do imperador Pedro II. É um trabalho que constitui uma contribuição inestimável para uma futura edição crítica ou uma edição diplomático-interpretativa que, como se sabe, ainda não se fez de modo satisfatório, ainda que já tenham sido publicadas tanto em Portugal como no Brasil edições que foram e continuam sendo muito úteis para o estudo da obra camoni-ana.

Nem por isso o professor Leodegário deixa de continuar a oferecer aos seus amigos e admiradores suas famosas plaquetes – as últimas, *Camões: um soneto do corpus possibile – o dia em que eu nasci moura e pereça* (Rio de Janeiro, H.P. Comunicação Editora, 2009, 2ª ed.) e *Fernando Pessoa, seus heterônimos e a emergência do novo* (2009), texto que ofereceu àqueles que tiveram a oportunidade de participar da cerimônia em que recebeu o Diploma de Doutor Honoris Causa conferido pela Universidade Fernando Pessoa, do Porto, no dia 13 de junho de 2008, data de nascimento do poeta português.

II

Entre as 41 conferências que fazem parte do livro-homenagem, aquela que abre a edição, “A moderna escola camoni-ana brasileira”, da professora Marina Machado Rodrigues, da Uerj, destaca exatamente esse trabalho da equipe criada pelo professor Le-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

odegário para lidar com um dos mais complexos problemas da Língua Portuguesa. Como se sabe, a Camões se chegou a atribuir mais de 600 composições até o final do século XIX. Depois, concluiu-se que teria composto minimamente 133 textos líricos.

Como observa a professora Marina, os equívocos em relação à autoria camoniana têm início ainda no século XVI, já que Camões publicou em vida, além do poema épico *Os Lusíadas*, de 1572, somente três textos líricos: a ode ao Conde do Redondo, “Aquele único exemplo”, em homenagem a Garcia d’Orta, nos *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, deste último (1563); o soneto “Vós nimphas da Gangética espessura” e a elegia “Depois que Magalhães teve tecida”, ambos dedicados a D. Leonis Pereira, embora os tercetos fossem em homenagem a Pêro Magalhães Gândavo, autor de *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil* (1576), onde foram publicados os dois últimos. Todas as outras composições, assinala a professora, ficaram dispersas em “cancioneiros de mão” e foram recolhidas mais tarde pela tradição impressa, o que favoreceu a inclusão de textos apócrifos.

Foi Emmanuel Pereira Filho quem, em 1967, escreveu o ensaio “Aspectos da Lírica de Camões”, publicado nas Atas do I Simpósio de Língua e Literatura Portuguesa, com uma proposta concreta para a revisão dos muitos equívocos que marcaram a edição impressa das obras de Camões. Foi com ele que nasceu a Escola Camoniana Brasileira, assim batizada por Antonio Houaiss, para destacar uma metodologia que se diferenciava das demais.

Com a morte prematura de Emmanuel Pereira Filho, o professor Leodegário assumiu a tarefa de se chegar próximo tanto quanto possível do original perdido, recusando critérios subjetivos e partindo de seguros métodos ecdóticos. É claro que, como ressalta a professora Marina, à falta de um autógrafo do poeta, lidamos sempre com hipóteses. E sempre haverá quem possa contestar este ou aquele critério ou definição.

III

Seja como for, como observa no ensaio “Posições teóricas de crítica textual de Leodegário A. de Azevedo Filho na edição de *So-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

netos de Luís de Camões em 2004”, o professor José Pereira da Silva, da Uerj e da Abrafil, o método adotado pelo professor Leodegário procura desenvolver um *corpus* com incerteza autoral mínima, criando assim “a primeira e mais importante dimensão da lírica de Camões”.

Afirma Pereira, com justiça, que o professor aplica critérios de crítica textual bastante rigorosos, que levam a um pequeno elenco de obras. “Busca estabelecer um conjunto de poemas líricos de Camões que materialize o conceito de *corpus minimum* – entendido este como o menor elenco de obras que apresenta um mínimo de incerteza autoral por atender, sem redundância, ao máximo rigor possível da crítica textual para determinação do autor”, diz. E acrescenta: “Consegue colecionar os poemas sobre os quais as dúvidas de autoria tornaram-se insignificantes mesmo para os mais céticos”.

Dessa maneira, lembra Pereira, com a perseverante dedicação do professor Leodegário, mais 31 sonetos puderam ser incluídos nesse *corpus minimum* (estabelecido por Emmanuel Pereira Filho), chegando ao total de 65 textos dos quais dificilmente se poderá negar a autoria de Camões. E que estão na edição de **Sonetos de Luís de Camões: Corpus minimum. Textos estabelecidos por Leodegário A. de Azevedo Filho, a partir de manuscritos quinhentistas** (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2004).

Agora, ficamos no aguardo da conclusão dos trabalhos da edição completa de Camões pela IN-CM, que deverá trazer a confirmação de todos os poemas líricos que resultaram da pena do maior poeta da Língua Portuguesa. “Senão de todos, ao menos daqueles para os quais esta possibilidade exista”, como observa Pereira.

A ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS DE NOVO

Amós Coelho da Silva (UERJ e ABRASIL)
amoscoelho@uol.com.br

SILVA, José Pereira da. *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa*. 1. ed. Niterói: Impetus, 2009. 16 + 151 p. ISBN 9788576263241

Tel. (21) 2621-7007 – www.editoraimpetus.com.br

O professor José Pereira da Silva, que estudou desde o início o Projeto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa, em outubro de 1990, escreveu *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa*, em vigor no Brasil a partir de 2008, centenário de Machado de Assis. Elucidou as possíveis dúvidas e realçou a importância política da universalização linguística deste Acordo Ortográfico para os países da lusofonia, ou seja, o conjunto de países de língua portuguesa como língua dominante ou oficial: *Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, posteriormente, por Timor Leste*. (Capítulo I: O que mudou para os brasileiros com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa)

A mídia, que se empenhou em divulgar, focalizou muito pouco do novo Acordo Ortográfico. De modo sucinto, mas suficiente, o professor José Pereira esclarece a significação do papel linguístico que compete ao português, nos custos de impressões editoriais ou na sua difusão internacional, ao terminar com a usual e habitual duplicidade, de apenas valor estilístico: Português do Brasil e de Portugal, que só há de interessar em formatação de computadores e, dado o Acordo, sua novíssima missão linguística, de fato: abranger a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que significa um avanço político para nosso idioma.

Assim, evidencia fatos filológicos, como na sua explicação da inclusão das letras *k*, *w* e *y*, *que nunca deixaram de ser utilizados* (No alfabeto não houve mudança, mas aceitação da realidade); a intenção na simplificação racional da acentuação gráfica; a eliminação do trema; uma nova e mais fácil organização no emprego do hífen; demonstração do critério econômico do uso de maiúsculas. Nas con-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

siderações sobre a acentuação gráfica oferece ao usuário de língua portuguesa um recurso didático inovador: *a acentuação natural de intensidade do* (nosso) *idioma* (Princípio básico da acentuação gráfica do português). Assim, se a intensidade for na penúltima sílaba e palavras terminarem em *a, as, e, es, o, os, am, em, ens, ou ditongo fechado* (*Ibidem*), tais palavras têm *acento natural de intensidade* (*Ibidem*), ou seja, não precisam de acento gráfico, o que significa a grande maioria no léxico português, ou melhor, *podemos eliminar quase todas as demais regras de acentuação gráfica destinadas a marcar a chamada sílaba tônica.* (*Ibidem*) Segue-se um quadro de sinótico das que recebem acento gráfico de apenas três regras, que, sem abandonar uma descrição epistemológica, aborda didaticamente estas mesmas três regras, que abrangem todo o nosso vocabulário: *as que têm acento antes da penúltima vogal* (letra): estudávamos, secretária, amáveis, apazíguem. (*Ibidem*); *as que têm intensidade na penúltima vogal* (letra) e terminadas em *consoante, i, is, us, on, ons, um, uns* ou *ditongo aberto.* Exemplos: *amável, hífen, repórter, clímax, tórax, bíceps, fórceps, táxi, tênis, bônus, próton, íons, fórum, álbuns, papéis, chapéu, céus, herói, espanhóis.* (*Ibidem*); *as que têm acento na última vogal* (letra) e *terminam em a, as, e, es, o, os, em e ens* (*nestes dois últimos casos, se tiverem mais de uma sílaba*). Exemplos: *Pará, chá, aguarrás, mais* (plural de *má*), *jacaré, fé, vocês, três, pó, cós, também e parabéns.* (*Ibidem*)

Seguem-se considerações filológicas e demais informações gramaticais de valor ortográfico e de interesse não só de especialistas, mas também de usuários da língua portuguesa que, dado o prestígio social, precisam dessas informações no dia a dia.

Para quem há de utilizar o idioma português em concursos públicos, nos exames escolares e no exercício de seus trabalhos, o professor José Pereira preparou uma série de exercícios com um gabarito de resposta ao fim.

Fecha-se a obra com utilíssimas referências bibliográficas que podem ajudar a professores que queiram atualizar e a futuros professores de língua portuguesa, bem como àqueles que de alguma forma não de usar em dados momentos a “última flor do Lácio”.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. As citações devem ser seguidas da indicação resumida da fonte, entre parênteses, como em (BECHARA, 2009, p. 387).
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de 100 a 250 palavras, com indicação de três palavras-chave, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
 - 3.10. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto.
 - 3.11. Em casos de dúvida, siga-se a NBR 6022.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail (ou cd-rom, **com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS
A/C de José Pereira da Silva
Rua Visconde de Niterói, 512/97
20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@filologia.org.br, pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal www.filologia.org.br/revista/